

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Júlia Araújo Carvalho

Do território originário ao confinamento territorial: uma análise histórico-cultural da política territorial indigenista no Brasil

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Fevereiro de 2023

Júlia Araújo Carvalho

Do território originário ao confinamento territorial:
uma análise histórico-cultural da política territorial indigenista no Brasil

Dissertação de mestrado em Geografia
apresentada à mesa avaliadora selecionada do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho" - Faculdade de Ciências e Tecnologia -
FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente – SP.

Orientação de Neide Barrocá Faccio

PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Verão de 2023

1º ano do terceiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva

C331t	Carvalho, Júlia Araújo Do território originário ao confinamento territorial : uma análise históricocultural da política territorial indigenista no Brasil / Júlia Araújo Carvalho. -- Presidente Prudente, 2023 135 p. : tabs., fotos, mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Neide Faccio 1. Decolonidade. 2. Terra Indígena Índia Vanuîre. 3. Terra. 4. oeste paulista. 5. ausências. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Do território originário ao confinamento territorial: uma análise histórico-cultural da política territorial indigenista no Brasil

AUTORA: JULIA ARAUJO CARVALHO

ORIENTADORA: NEIDE BARROCÁ FACCIO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. NEIDE BARROCÁ FACCIO (Participação Virtual) 
Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual) 
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. EDMUNDO ANTONIO PEGGION (Participação Virtual) 
Departamento de Ciências Sociais / Unesp/FCLAr - Câmpus de Araraquara

Presidente Prudente, 28 de fevereiro de 2023

Dedico este trabalho aos Povos da Terra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda comunidade de Vanuíre pela oportunidade de troca e aprendizado, em especial às fortes mulheres que em mim confiaram e tanto saber compartilharam.

A minha ancestralidade, agradeço por minha existência, por nossa potente trajetória, que embora, tenha sido historicamente apagada, segue viva e manifesta.

Irmãs, vocês são preciosas e mesmo com todas as dificuldades, vocês sempre foram a minha força secreta, o puxão de orelha quando necessário, o afago depois de um dia difícil, o apoio a todo instante, eu amo vocês!

Amigos, vocês são parte desse momento, valorizo cada momento, cada conversa, cada conselho, os momentos de trabalho conjunto e, também os momentos de diversão. Obrigada.

Ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), pelo suporte e pelas trocas; à minha orientadora, agradeço a paciência.

A todos que dedicaram seu tempo lendo e oferecendo contribuições que potencializassem o produto desta pesquisa, bem como à todas, todes e todos que acreditaram em meu potencial de desenvolvimento do processo investigativo, dentro e fora do ambiente acadêmico.

Agradeço ainda a generosidade de tantas e tantos pesquisadores que se dispuseram a partilhar seus processos de construção de conhecimento e mesmo seus saberes de modo a potencializar o desenvolvimento e a qualidade dos resultados apresentados neste trabalho, mesmo quando a Universidade e o meio acadêmico estimulam a competição entre pares, suas contribuições foram essenciais!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” (Provérbio nigeriano).

RESUMO

Com o objetivo de evidenciar como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil, a partir das narrativas dos agentes históricos que vivem na Terra Indígena (TI) Índia Vanuúre, de 1910 a 2021, bem como da análise arquivística documental, esse trabalho se apresenta em formato de dissertação, possuindo um momento específico para o debate intensivo das metodologias e suporte teórico-conceitual utilizado, de modo a potencializar caminhos outros que poder vir a ser construídos no futuro (por mim ou por outros). Partindo dos pressupostos da geografia humanista, em sua vertente cultural e, apoiando-me nos princípios do fazer decolonial, o que se observa é uma pesquisa localizada no âmbito da Pesquisa-Ação que, se viu dentro da necessidade de fluir e traçar o caminho do possível a partir da realidade pandêmica, de modo que a análise de fontes primários acabou ganhando grande destaque e, possibilitou importantes resultados como: o diagnóstico funcional das políticas indigenistas brasileiras no espectro tempo; evidênciação de ocultações seletivas de existências diversas na historiografia oficial; destaque para as iniciativas auto organizativas de gestão e reivindicação de direitos e pautas indígenas no cenário nacional, além de novos elementos e perspectivas em torno do processo de ocupação e constituição do oeste paulista.

Palavras- chave: Decolonidade; Terra Indígena Índia Vanuúre; Terra; oeste paulista; ausências.

RESUMEN

Con el fin de resaltar cómo las políticas estatales brasileñas impactaron el debate y la propiedad de los territorios originales en Brasil, a partir de las narrativas de los agentes históricos que viven en la Tierra Indígena (TI) India Vanuíre, de 1910 a 2021, así como del análisis archivístico del documental, este trabajo se presenta en forma de disertación, teniendo un momento específico para el debate intensivo de metodologías y apoyo teórico-conceptual utilizado, con el fin de potenciar otros caminos que puedan construirse en el futuro (por mí o por otros). Partiendo de los supuestos de la geografía humana, en su vertiente cultural y, a partir de los principios del hacer decolonial, lo que se observa es una investigación ubicada en el ámbito de la Investigación Acción que, se vio dentro de la necesidad de fluir y trazar el camino de lo posible a partir de la realidad pandémica, de modo que el análisis de fuentes primarias terminó ganando gran protagonismo y, permitió resultados importantes como: el diagnóstico funcional de las políticas indígenas brasileñas en el espectro temporal; evidencia de ocultaciones selectivas de diversas poblaciones en la historiografía oficial; énfasis en las iniciativas autoorganizadas de gestión y recuperación de los derechos y agendas indígenas en el escenario nacional, además de nuevos elementos y perspectivas en torno al proceso de ocupación y constitución del oeste de São Paulo.

Palabras clave: Descolonización; Tierra Indígena India Vanuíre; Tierra; oeste de São Paulo; ausencias.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	14
ENSAIOS E REFLEXÕES	17
1 Método e metodologias.....	18
1.1 Apresentação e problematização do método.....	19
1.1.1 Análise documental e bibliográfica.....	22
1.1.2 O campo	25
1.1.3 A escrita	29
1.1.4 Banco de dados e sínteses cartográficas.....	30
1.1.5 A divulgação/socialização do conhecimento produzido	31
1.2 Aparato conceitual	33
1.2.1 Tempo	33
1.2.2 Mata	33
1.2.3 Índio/Indígena	34
1.2.4 Terra/Território	35
1.2.5 Autonomia.....	36
1.2.6 Identidade.....	36
1.2.7 Memória	37
1.2.8 Poder e poder.....	38
1.2.9 cultura.....	39
1.2.10 política pública	40
1.2.11 política de Estado X política de governo	41
POLÍTICA INDIGENISTA E O “POVOAMENTO” DOS SERTÕES PAULISTAS	42
Bandeiras paulistas, a devassa de terras e a ampliação territorial	47
A marcha para o Oeste - economia, eugenia e o discurso civilizador	65
Um exercício de síntese	69
POLÍTICAS INDIGENISTAS: APROXIMAÇÕES NO TEMPO-ESPAÇO	74
Por que debruçar-se sobre a política indigenista?.....	75
1. Historiografias Indigenistas	77
1.1 Fase 1 – de 1570 a 1908.....	78
1.2 Fase 2 – de 1909 a 1967	82
1.3 Fase 3 – de 1968 a 2021	87
2. Historiografias indigenistas comparadas	96
2.1 Sínteses políticas - primeiras observações	101
SPI DE ONTEM, FUNAI DE HOJE: O ENCONTRO DO PASSADO COM O PRESENTE NO TERRITÓRIO	104

O surgimento de um órgão indigenista brasileiro	105
SPI, um órgão em crise - um palanque de publicidade internacional	109
Considerações: política indigenista <i>in locu</i> , avanço e/ou retrocesso	112
Desdobramentos das políticas instituídas no passado	113
APREENSÕES COLETIVIZADAS E CONSIDERAÇÕES	120
Políticas Indigenistas e a Terra Indígena Índia Vanuíre	121
Os processos de ocupação territorial e a manutenção do Estado colonialista	122
Política Indigenista - a negação sistemática de existências ao longo de 527 anos	123
Considerações	125
REFERÊNCIAS	128
Fundos arquivísticos consultados	133

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa visa mostrar como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil, a partir das narrativas dos agentes históricos que vivem na Terra Indígena (TI) Índia Vanuïre, de 1910 a 2021, bem como da análise arquivística documental.

Os resultados apresentados foram possíveis a partir de esforços anteriores e posteriores a minha inserção efetiva na comunidade. Isso porque, até que a mesma fosse viabilizada, foram necessárias décadas de trabalhos pedagógicos da Universidade Estadual de São Paulo "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) em parceria com a Escola Indígena Índia Vanuïre da TI Vanuïre, localizada no Município de Arco-Íris - SP, estabelecendo relações de confiança mútua, que possibilitassem a execução da pesquisa em tela. Os esforços posteriores dizem respeito à inserção da pesquisadora e da manutenção das relações de troca e confiança estabelecidas.

Minha presença na TI Vanuïre, principia no ano de 2016, como visitante (observadora) durante Trabalho de Campo promovido pela disciplina de Antropologia Cultural e mediados pela professora responsável da disciplina, Dr^a Neide Barrocá Faccio que, posteriormente veio a ser minha orientadora.

No ano seguinte, já como bolsista do projeto de extensão "Memória étnica em comunidade indígena" financiado pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da Unesp, tive o primeiro contato com os professores da TI na condição de pesquisadora, onde iniciou-se a construção coletiva de um livro com as temáticas e narrativas importantes para os professores da Escola Indígena Índia Vanuïre e tive os primeiros contatos com as metodologias de escuta ativa e transcrição.

No ano de 2018, com o projeto de iniciação científica "Historiografia Kaingang no estado de São Paulo" financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que analisou a historiografia Kaingang no estado de São Paulo e especificidades culturais da cerâmica Kaingang no território paulista e, possibilitou o aprofundamento dos conhecimentos acerca da historiografia da TI Vanuïre, bem como dos grupos que ali habitam e sua produção cultural material.

Já em 2019 com o projeto de iniciação científica financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sobre a Territorialização e Desterritorialização dos Krenak de Vanuïre, foi possível aplicar todo o conhecimento já construído sobre a historiografia local com acréscimo de análise política em torno dos processos constituintes do

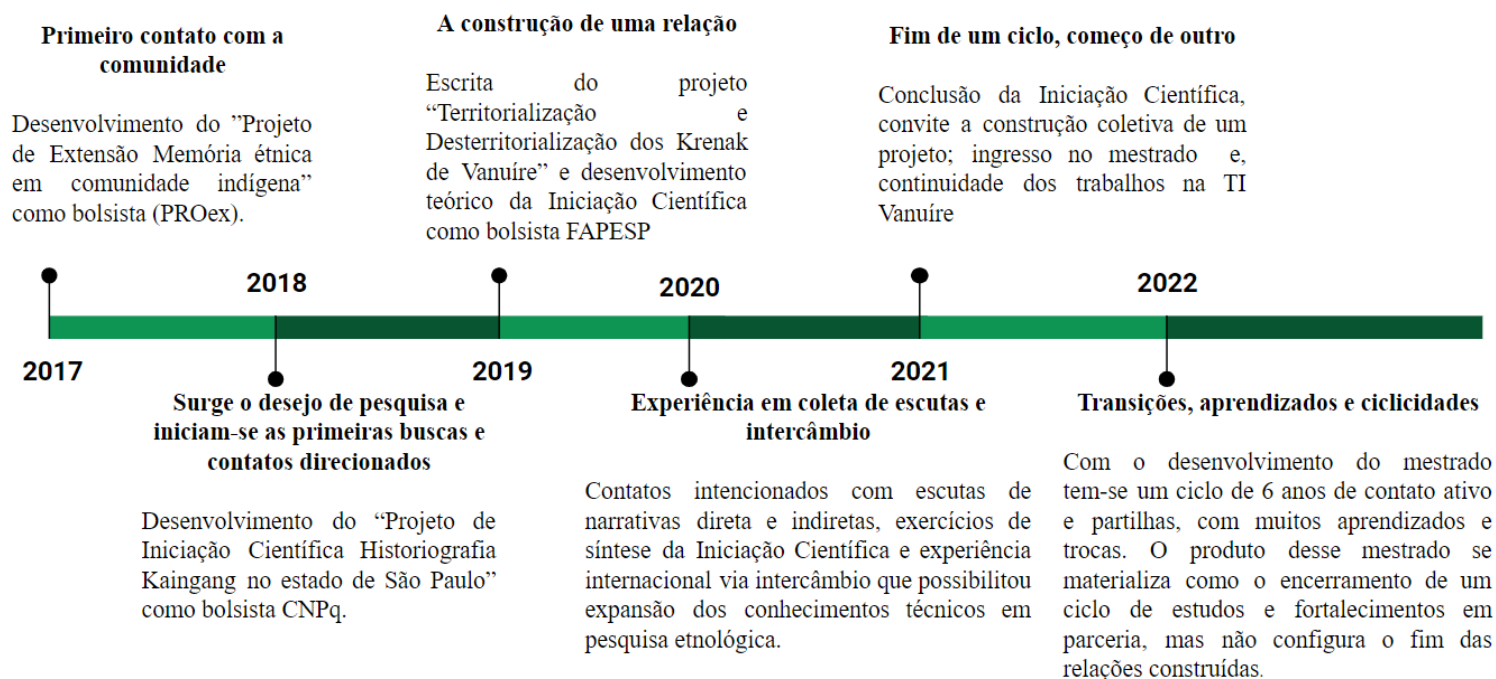
território político da TI Vanuíre, além de vivenciar todo o processo de construção de roteiro, aplicação, transcrição e análise de escuta ativa direcionada.

Além disso, durante o período formativo da graduação, houve ainda a vivência internacional via programa de intercâmbio financiado pelo Santander Universidades em parceria com a PROEX da Unesp, onde foi possível apreender os debates da área geográfica e antropológica da Universidad Nacional de La Plata (UNLP) - ARG, durante o primeiro quadrimestre de 2020. Tal experiência, contribuiu ativamente no processo de aproximação e gestão dos dados documentais, bem como na compreensão da importância da socialização dos dados documentais primários que, geralmente possuem riqueza de detalhes etnológicos que se ocultam por trás da densa burocracia de acesso informacional.

O projeto de iniciação científica financiado pela FAPESP foi concluído em fevereiro de 2021 e seguido imediatamente do desenvolvimento desta pesquisa que foi idealizada coletivamente, tendo início em março de 2021 e conclusão em fevereiro de 2023.

A **Figura 1** apresenta uma linha do tempo com as principais ações da trajetória da pesquisa.

Figura 1: A construção da pesquisa



Elaborado por: a autora (2022).

A realização destes projetos possibilitou, dentre outras coisas, o levantamento de dados, que se mostrou efetivo na ilustração da existência de uma conexão direta entre deslocamentos forçados de povos indígenas e políticas estatais de investimento sobre a terra/território

originário, para impulsionamento da economia nacional (CARVALHO, 2021). Tal observação também é identificada na afirmação de Porto-Gonçalves (2009), que aponta o território em seus múltiplos contornos e desdobramentos, como sendo o elemento central do debate indígena contemporâneo.

Foi exatamente dessa constatação coletiva somada à baixa densidade de debates temáticos desde à Geografia que surge a proposta dessa pesquisa que foi construída a seis mãos, sendo elas da pesquisadora, da cacica Lydiane Krenak e da orientadora desta pesquisa.

Em abril de 2021, após ser aprovada no programa de pós-graduação em Geografia da FCT - Unesp, o projeto foi novamente apresentado, desta vez para toda a comunidade indígena, e aprovado com algumas poucas adequações.

Ainda versando sobre as apresentações da pesquisa que desencadeou o presente documento, nos parece importante apresentar os objetivos idealizados inicialmente, os obstáculos e objetividades que se puseram frente aos mesmos e as adaptações necessárias durante o processo investigativo.

O objetivo geral da pesquisa que a princípio era “compreender como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil, a partir das narrativas dos agentes históricos que vivem na TI Vanuïre e suas ramificações identitárias”, mostrou-se demasiado ambicioso diante do período disponível para a execução do processo investigativo, uma vez que, para a efetivação do mesmo seria necessário uma análise crítica de no mínimo quinhentos e vinte e dois anos de história política.

Sendo assim, optamos por analisar o período republicano brasileiro com ênfase em dois períodos: a atuação do Serviço de Proteção Indígena (SPI) nos princípios da república brasileira e a atualidade, aqui tratada como sendo equivalente aos dois últimos ciclos governamentais (2002 - 2018 e 2019 - 2021).

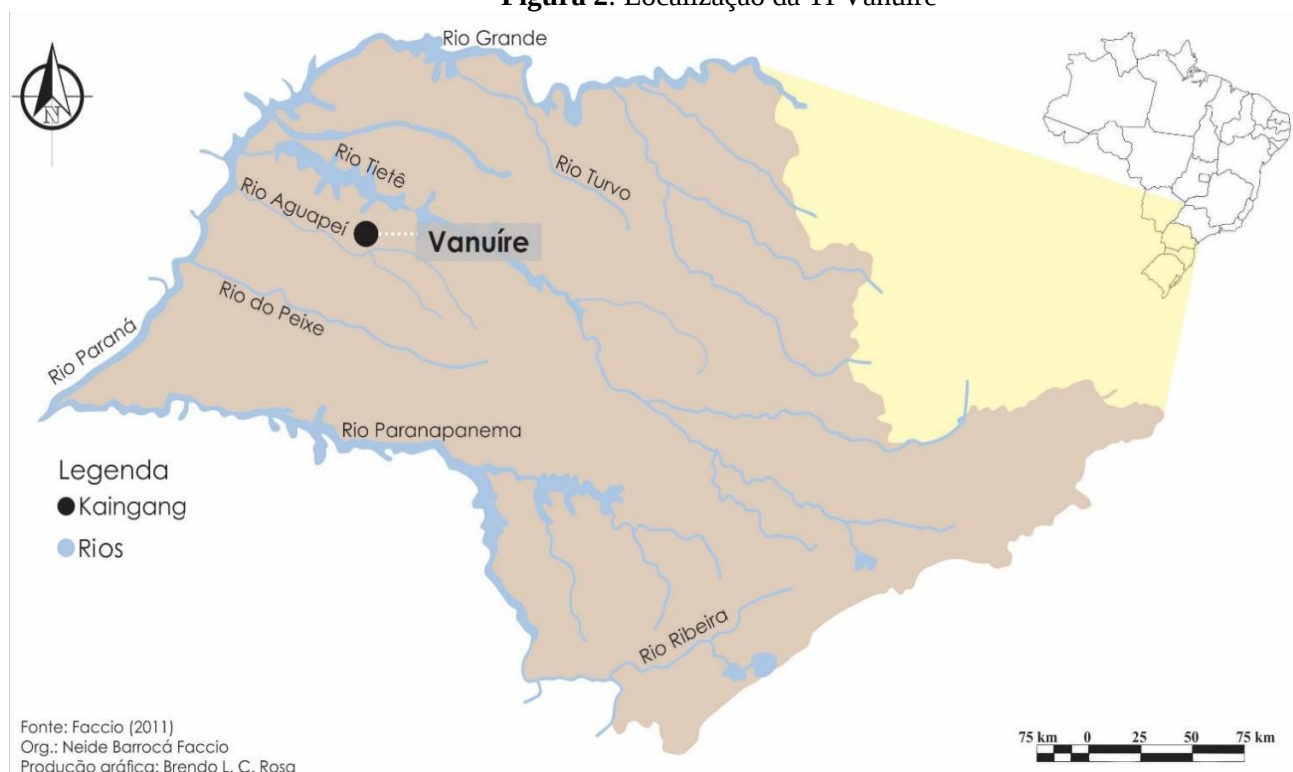
Tal adequação temporal, no objetivo principal da pesquisa, não só a tornou viável como não interferiu nos objetivos específicos, que passaram a ser os seguintes:

- a) Identificar como as políticas estatais influenciaram nas configurações e reconfigurações dos grupos étnicos Kaingang e Krenak, na busca por identificar a existência ou não de relação direta entre tais processos;
- b) Evidenciar o impacto das políticas de governo nas demandas de luta dos povos originários visando muni-los do panorama das pautas de luta históricas e recentes;
- c) Produzir material científico capaz de auxiliar os indivíduos indígenas no processo de garantia e manutenção de seu território.

INTRODUÇÃO

As políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil. A partir das narrativas dos agentes históricos, optamos por elaborar um documento capaz de reunir diferentes documentos oficiais que versam sobre a política indigenista nacional e os relatos dos agentes históricos que habitam a TI Vanuíre, localizada no município de Arco-Íris - SP (Figura 2).

Figura 2: Localização da TI Vanuíre



Fonte: Adaptado de Faccio (2011).

A área de estudo é originária do grupo Kaingang e a ocupação no Estado de São Paulo por esses indígenas é registrada desde o final do Século XVII, porém estudos arqueológicos recentes mostram que tal ocupação pode ser muito anterior (FACCIO, 2019). Trata-se de uma TI multiétnica, composta atualmente por oito diferentes etnias e, localizada em uma zona de fronteira cultural¹.

Ressaltamos que, a opção por tal TI se deu pela proximidade geográfica com o campus em que realizo meu processo formativo e pelo histórico de contato e parcerias entre o

¹ A concepção de fronteira cultural, debate as singularidades geradas no interstício entre duas culturas, no encontro e porque não sobreposição do Eu com o Outro. Encontro dotado de interesses, trocas, fusões e conflitos.

Laboratório de Arqueologia Guarani (LAG) por meio do Museu de Arqueologia Regional (MAR - Unesp) e, durante o desenvolvimento da pesquisa, mostrou-se muito assertiva quando, verificamos que, esta corresponde ao primeiro grupo oficialmente ‘pacificado’ pelo SPI, instrumento criado para produção e gestão das políticas indigenistas nacionais (RIBEIRO, 1962; JUNQUEIRA; CARVALHO, 1981).

Além disso, a localização da TI no Sudeste brasileiro, mais especificamente no Estado de São Paulo, “refuta a imagem bastante difundida que os indígenas são seres selvagens que habitam regiões remotas” (CPI - SP, 2018) que, além disso ainda encontram-se sujeitados a diminuição de suas áreas que sofrem impactos à medida que o estado se urbaniza, sem garantia da efetividade dos direitos originários já conquistados tampouco daqueles ainda em disputa, com dificuldades na reprodução física e cultural, além das questões derivadas da ocorrência de TIs como ilhas em meio à áreas rurais monocultoras de médio ou ainda grande porte (CPI - SP, 2018). Em outras palavras, além das especificidades históricas de implementação de políticas indigenistas, a TI Vanuíre, por seus aspectos localizacionais ainda lida, com insegurança/fragilidade territorial e, insegurança salutar e cultural, ao passo que, o uso de pesticidas e herbicidas² químicos afeta a qualidade da Água usada na alimentação e banho, além da diversidade biológica e cultural da Terra e da Mata.

Então, partimos dos pressupostos da Geografia Culturalista aplicada aos debates indígenas e territoriais de Sandoval Amparo que a define grosso modo como “o estudo da cultura e suas manifestações no espaço, com foco no protagonismo dos homens e mulheres como agentes de transformação do espaço” (AMPARO, 2021, p. 3), de modo que as identidades e diferenças produzidas possuem importante papel na condução e transformações produzidas pelos diferentes agentes.

Nos apoiamos ainda em uma condução política decolonial, com vistas à construção do conhecimento anticolonial pautada na Pesquisa-Ação. Os recursos de tempo foram investidos em trabalhos de campo de produção de dados primários (vivências partilhadas, escutas e coletas de narrativas temáticas) e, de coleta, seleção e análise de documentação primária (busca ativa em acervos e repositórios temáticos). Além disso, nos utilizamos do benefício de poder realizar disciplinas em programas de pós-graduação externos, para valermo-nos de debates e perspectivas distintas àquelas usualmente identificadas internamente.

Para a consolidação da nação dentro do cenário internacional é preciso estabelecer diretrizes próprias de condução da expansão econômica e consequentemente habitacional,

² leia-se AGROTÓXICOS.

ambas frentes dependem necessariamente das relações estabelecidas com a terra e, pelas questões próprias de nosso país, dos povos da terra. Sendo assim, a política indigenista nacional assume papel importante na compreensão da visão internacional do país no passado e, muito fala sobre as questões que seguem na atualidade.

No corpo do texto você encontrará os seguintes debates:

- Ensaios e reflexões ⇒ debates acerca das escolhas políticas e metodológicas adotadas durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como a apresentação do suporte conceitual adotado;
- Política Indigenista e o “povoamento” dos Sertões Paulistas
- Políticas Indigenistas: Aproximações no Tempo-Espaço
- SPI de ontem, FUNAI de hoje: o encontro do passado com o presente no Território
- Apreensões coletivizadas e considerações

ENSAIOS E REFLEXÕES

A natureza é cria da terra. Nós somos cria da terra. E é por ela que viramos fera, pois ela é mãe. Mãe que cuida. Mãe que gera. Como assim alguns a têm como propriedade? Deixando outros sem dignidade? Os rios são vertentes de sangue, seus fios de cabelo somos nós, assim como árvores e plantas, enraizados. Alguns a vendem, pois acham que dela não descendem, não compreendem sua importância e com a ganância roubam, envenenam e matam. Quem sobreviverá sem a mãe terra? Alguém? E o que será mais além? Salvem a mãe terra, salvemos povos que descendem e defendem ela (Angélica Kaingang, CEGOV, 2020, p. 56).

1 Método e metodologias

Partimos da abordagem proposta pela Geografia Cultural. Segundo Amparo (2007), trata-se de uma abordagem não dissociada da Geografia que, através de seus métodos e abordagens, “busca estudar a cultura e suas manifestações no espaço, com foco no protagonismo dos homens e mulheres como agentes da transformação do espaço. Envolve, portanto, “os fenômenos da identidade e da diferença, suas éticas, estéticas, lugares e territórios” (AMPARO, 2007, p. 255).

Partilhando também da reflexão proposta, pelo mesmo, de que a atuação de geógrafos e geógrafas junto às comunidades indígenas, ainda que não de maneira explícita configura-se como “um trabalho de geografia cultural, pois, para compreender a lógica do espaço que estuda, necessita penetrar um mundo de representações que lhe é atribuído pelas comunidades em questão” (AMPARO, 2007, p. 265).

Tendo tal compreensão, localizamos o trabalho investigativo que se pretende realizar como sendo um trabalho de Geografia Cultural, através de uma abordagem qualitativa e dos aparatos metodológicos da Pesquisa-Ação.

Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se por seguir a linha metodológica da Pesquisa-Ação, que a partir das contribuições de Thiollent (1947), não se constitui apenas da ação ou participação, é uma linha metodológica que pressupõe a troca e geração contínua de conhecimentos e saberes multidirecionais.

Não é constituída apenas pela ação ou participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. Parte das informações geradas é divulgada, sob formas e meios apropriados, no seio da população. Outra parte da informação é estruturada em conhecimentos. Estes são divulgados pelos canais próprios às ciências sociais e também por meio dos canais próprios a esta linha de pesquisa (THIOLLENT, 1947, p. 24).

Sendo assim, a proposta é desenvolver um processo investigativo integral onde a troca de informações e a construção do conhecimento é contínuo e horizontal, não esquecendo de produzir material de retorno à comunidade envolvida.

Para o desenvolvimento deste tema é necessário levar em conta algumas diretrizes para sua melhor gestão: 1) a definição da cultura; 2) a definição de território; 3) a abordagem metodológica da condução investigativa e o 4) o apoio bibliográfico. Estas são as contribuições

fornecidas por Abreu (1998), Claval (1999), Comaroff e Comaroff (2011), Holzer (1999), Neves (2002) e Walsh (2000).

Pontuamos ainda que não acreditamos na ideia de neutralidade científica, entendendo que ao deixar de posicionar-se acerca de um elemento, o pesquisador, explicita por meio das ausências seu posicionamento frente aos elementos e fenômenos observados.

Se a neutralidade científica não existe, a escolha do método embora possa ser fluida de acordo com a pesquisa, sua escolha é intencional por parte do pesquisador e logo, também se configura como um posicionamento político do mesmo perante a temática analisada.

A partir dessas contribuições, pontuamos, nossa convergência de pensamentos com Mota (2015), pautada em Geertz, Spivak, Mignolo, Quijano e Said. Mota (2015) defende a produção de uma Geografia que contempla os subalternizados, a partir da desobediência epistêmica, como opção metodológica pelo giro decolonial que, “significa reconhecer os múltiplos saberes, estórias, trajetórias, cosmogeografias subalternizadas pelos ícones universais ocidentais e coloniais” (MOTA, 2015, p. 104 - 105).

1.1 Apresentação e problematização do método

Sendo assim, em complemento a diversidade de posicionamentos já evidenciados para a execução e encaminhamento desta pesquisa, assumimos enquanto postura política o que Catherine Walsh (2000, p. 15 - 16) apresenta como decolonização, um movimento teórico e político que tem “a intenção de provocar um posicionamento contínuo de transgressão e insurgência. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua”.

Entendemos que o movimento decolonial deve compor documentos com posicionamento contínuo de transgredir e insurgir frente às versões históricas oficiais que, via de regra pregam o ocultamento de vozes e agentes históricos.

Além disso, utilizaremos as observações elencadas por Chimamanda Ngozi Adichie (2019) em sua obra “O perigo de uma história única”, para pensarmos as estruturas de todos os materiais derivados deste processo investigativo, potencializando o alcance e a diversidade de narrativas acerca dos fenômenos históricos a serem analisados.

Estabelecemos ainda, um conjunto de premissas que, tiveram por função guiar a relação pesquisadora x agentes da pesquisa, pesquisadora x ambiente acadêmico e pesquisadora x sociedade. Em outras palavras as premissas estabelecidas (**Figura 3**) têm a função de estabelecer parâmetros de atuação e hierarquia dos diferentes níveis que compõem um processo investigativo (pesquisa, extensão e função social).

Figura 3: Premissas da pesquisa



Elaborado por: Júlia Araújo Carvalho (2021).
Elaborado por: a autora (2021).

Tais premissas foram e seguem sendo a bússola que direciona a pesquisa e a pesquisadora. Minimizando as possibilidades de desvio metodológico e as possibilidades de adoção de postura violenta e colonial frente aos agentes do saber, os quais deverão evocar suas memórias coletivas para reivindicar suas trajetórias ao longo dos três últimos séculos.

Além disso, as premissas estabelecidas também funcionam como um lembrete contínuo dos cuidados a serem tomados por parte da pesquisadora, para não se envolver demais com a temática, perdendo assim a validade do fazer científico e, que o fazer científico carece de uma funcionalidade e direcionamento específico, de modo a garantir que a pesquisa não seja realizada apenas enquanto formalidade acadêmica, mas que cumpra sua função social.

Esse cuidado ganha peso adicional quando ocorre algo que será a frente melhor debatido que é, a construção de vínculos pessoais para além da pesquisa por parte dos envolvidos no processo de construção e consolidação do conhecimento.

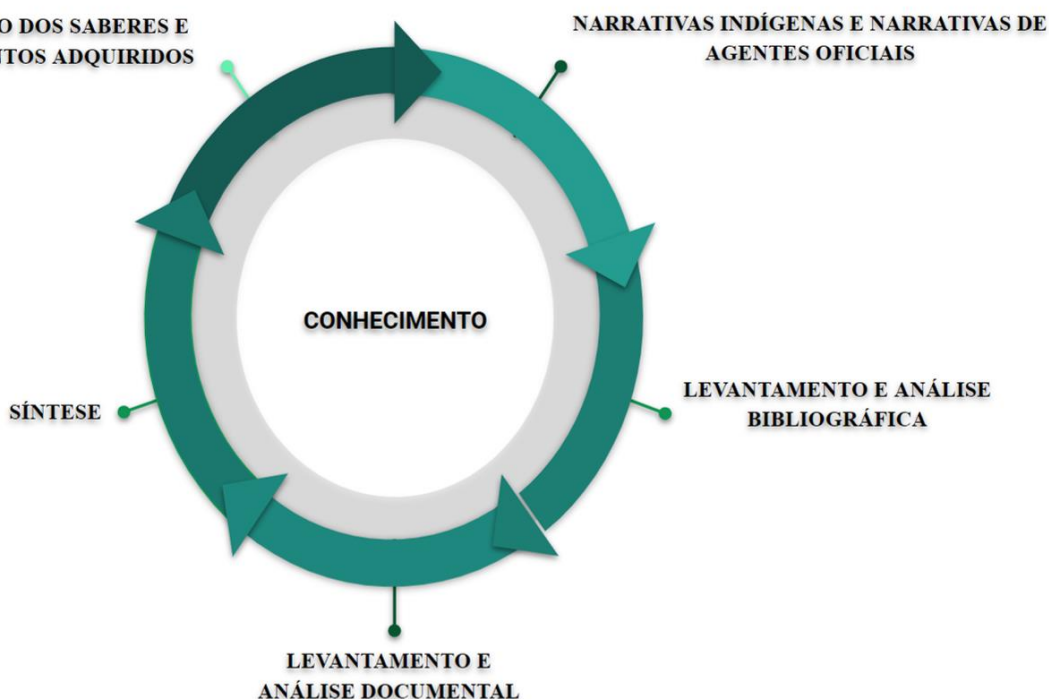
A partir das escolhas políticas de construção, produção e condução do conhecimento adquirido, localizamos a pesquisa dentro da epistemologia de fronteiras onde, segundo Lage (2008):

Na epistemologia de fronteiras os conhecimentos produzidos são inacabados, assim como são incompletas as metodologias utilizadas na sua produção. Diante disso, há uma exigência de utilização de um conjunto de técnicas de coleta de dados, numa perspectiva de complementaridade. Há, ainda, um permanente processo de reflexão e reconstrução que torna temporárias as verdades produzidas. Numa epistemologia de fronteira os conhecimentos produzidos têm uma perspectiva de solidariedade social. Há um sentido de responsabilização pelas consequências desses conhecimentos, como também um permanente compromisso em encontrar respostas para os problemas sociais. Há uma busca por justiça social por trás de cada investigação. Uma epistemologia de fronteira jamais pode ser utilizada como um método alheio aos sujeitos envolvidos e às suas experiências de vida. Isto significa dizer que tal é a sua intensidade, que qualquer outra forma “mais distante” do sentido de partilhar a própria experiência pode transformá-la em apenas mais uma metodologia de investigação ressequida de vida. Numa epistemologia de fronteira todos os sentidos interagem com as pessoas e com o mundo das pessoas, incluindo o/a próprio/a investigador/a e seu mundo. Viver uma epistemologia de fronteira significa irremediavelmente passar por processos de transformação pessoal (LAGE, 2008, p. 14).

Dessa busca de construção, deriva-se a importância da concepção de fronteira cultural nas análises que resultaram no processo de escrita e socialização do conhecimento construído, uma vez que dessa compreensão as ausências ganham relevância destacada, bem como as ocorrências pontuais que passam a indicar (possíveis) condições particulares de reprodução de um sistema cultural maior.

A pesquisa foi então elaborada a partir destas premissas, bem como de pilares metodológicos e bases procedimentais bem estabelecidas, de modo que o conhecimento alcançado se deu em um modelo transversal, horizontal e dinâmico (**Figura 4**).

Figura 4: Ciclo de construção do conhecimento



Elaborado por: Júlia Araújo Carvalho (2021).

Elaborado por: a autora (2021).

Tendo apresentado o método, a metodologia, a postura política e as premissas da pesquisa, seguiremos o debate metodológico a partir da apresentação da base instrumental utilizada na pesquisa. Foram elas: análise bibliográfica e análise documental, o campo, a coleta de narrativas, a escrita, produção de banco de dados e sínteses cartográficas e, a divulgação. A seguir, estas serão apresentadas e serão acompanhadas de breve relato de sua materialização no processo investigativo.

1.1.1 Análise documental e bibliográfica

A análise documental consiste em uma pesquisa que se utiliza de fontes primárias de informação, onde é essencial atentar-se para a legitimidade³ e confiabilidade dos dados, uma vez que não existem documentos anteriores que validem o documento em análise. Para a análise documental, relatórios, tabelas, legislações, fotografias, vídeos, cartas e discursos oficiais, bem

³ A legitimidade dos dados obtidos a partir de fontes, sejam elas primárias ou não, se deve pelo fato de que por vezes aquele (a) que produz o dado, o faz a partir de interesses pré-definidos e marcados por ideologias e conjuntos de valores específicos. Para ilustrar, suponhamos que nos utilizemos do Manifesto Comunista de Karl Marx: o conteúdo, bem como o teor do manifesto certamente será modificado a partir da língua que o mesmo se encontre, do período histórico em que ocorreu a tradução e dos ideais nacionais identitários em que se insere o/a tradutor(a).

como suas traduções são consideradas fontes primárias de informação (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Essa análise possui três etapas. A primeira etapa categorizada como pré-análise ou análise prévia, busca por todo material bibliográfico referente ao tema em foco, filtrando das referências bibliográficas as fontes primárias de informação e verificando a confiabilidade dos dados. A segunda etapa consiste na organização documental, seleção das fontes primárias a serem trabalhadas e análise individual de cada elemento. A terceira etapa consiste na análise dos resultados, uma análise conjunta de todo o material levantado, com produção de uma síntese cuidadosa dos dados obtidos. Por fim, realiza-se a verificação do material final, a fim de minimizar a postura de escrita tendenciosa.

A análise documental seguiu ainda metodologia própria da antropologia histórica e bibliotecologia no trato de documentos antigos, respeitando os princípios da arquivística e pesquisa em Arquivo (NACUZZI, 2002; 2011). Tal preocupação de cuidado diferencial com o material foi agregada durante a disciplina de Etno-história ofertada no ano de 2020 pela professora Ingrid de Jong, cursada junto à Facultad de Ciencias Naturales y Museo da Universidad Nacional de La Plata.

Por sua vez, o levantamento bibliográfico consiste em um tipo de pesquisa onde é consultado bancos de dados nacionais e internacionais para saber o que já existe sobre um determinado assunto.

Ao debruçarmo-nos sobre os documentos e bibliografias, em diversos momentos nos deparamos com incompatibilidades de dados não só entre as diferentes fontes, como também, incompatibilidades no corpo de uma mesma fonte, a estes casos, nos pareceu importante estabelecer leituras que para além do conteúdo fossem capazes de compreender minimamente quais interesses e motivações conduziam a produção de cada documento analisado e, para isso foi necessário construir temporalidades políticas para as diferentes frentes de atuação e produção documental, de modo que estas fossem capazes de auxiliar a explicar as oclusões, ausências, exageros e direcionamentos temáticos produzidos.

Sendo assim, as análises documentais, ganharam um teor qualitativo diferenciado pautado nas ausências e exageros produzidos intencionalmente pelos diversos produtores de fonte documental em períodos próximos. Ao analisar um relatório do Ministério de Relações Exteriores com um relatório anual do café no centro-sul brasileiro produzido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ambos referentes aos primeiros anos do século XX, se observa que não só a centralidade das problemáticas indígenas em torno da questão de terras, como a

forma de apresentação da temática serão extremamente diferentes. Tal incompatibilidade de dado histórico se dá pela necessidade de atender aos interesses e interessados na produção do documento. Não é interessante ao Ministério de Relações Exteriores que os governos externos, bem como os imigrantes em potencial conheçam a fundo a dimensão dos conflitos indígenas do período, bem como, não é do interesse da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo relativizar as perdas financeiras e as baixas de pessoal derivadas dos conflitos em questão.

Análise documental e bibliográfica na pesquisa

A análise documental é processo fundamental para pesquisas, independentemente de sua área de análise. Infelizmente, uma metodologia tão importante e tantas vezes utilizada, nem sempre recebe a devida atenção em sua sistematização, dentre outras razões, pelo fato de que por ser tão recorrente passa a ser compreendida como sendo uma metodologia pré-estabelecida.

Durante o processo investigativo realizamos análise de documentos primários e secundários. A obtenção de dados se deu por meio de pesquisa virtual em acervos, repositórios e buscadores, além de visita técnica a acervos documentais e iconográficos de museus associados ao Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM - SP).

Foram utilizados o Google Scholar, Scielo, Centro de documentação Getúlio Vargas, Repositório Institucional Unesp e Centro de documentação e memória da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além de visita aos acervos do Museu Pedagógico Índia Vanuíre e Centro de documentação histórica e iconográfica do Museu Paulista.

Foi realizada uma busca prévia, a partir das seguintes palavras-chave: política indigenista; território; SPI e Posto Indígena Índia Vanuíre. A partir dos resultados dessas buscas foi realizada uma análise de conteúdo a partir dos índices e sumários. No caso dos acervos, foi realizada uma busca a partir dos fundos disponíveis e seleção para visita técnica temática.

Me parece importante ressaltar que, durante as buscas via Google Scholar foram identificadas 15.400 correspondências sem filtros temporais de publicação e, 1490 correspondências datadas entre os anos de 2021 e 2022, sendo que destas, mil são oriundas das áreas de saúde e direito, restando 490 correspondências para as demais áreas do conhecimento, incluindo a Geografia.

Desta constatação, dois elementos chamam a atenção, a reafirmação da baixa densidade de estudos com a temática na área de Geografia⁴ e; o salto produtivo em um curto período de

⁴ Guerra e Auzzo (2020), apontam que, embora o número de produções acadêmicas publicadas pela geografia com temática direcionada às questões indígenas ainda não seja expressivo quando comparada à outras áreas do

tempo, a ponto de aproximadamente 10% de toda produção temática identificada pela base buscadora possuir menos de 24 meses de publicação, sendo este último elemento um possível reflexo dos desdobramentos políticos a nível federal, que a nação brasileira vem vivenciando durante o atual ciclo de governo federativo e/ou a abertura processual e socialização do conhecimento decorrente da democratização dos acessos à informação tanto recente, quanto histórico-arquivística.

Desse processo de busca inicial chegamos à uma seleção de doze documentos para análise integral de conteúdo, quatro fundos a serem investigados em detalhe e o Relatório Figueiredo (com 6.869 páginas).

A densidade do processo de investigação e análise documental exige rigor e sistematização dos conteúdos pesquisados, para além dos procedimentos de pré-análise, análise e crivo de conteúdo. Também é importante adotar metodologias próprias da arquivística e etnografia, como o uso de diários de campo e relatórios técnicos de busca ativa durante todo o processo, e assim fizemos.

Por conclusão temos que, a análise documental é um trabalho de campo e deve seguir para além de seus procedimentos próprios, recursos dos trabalhos de campo, como os relatórios de campo, registros iconográficos, relatórios de avanço periódicos em relação aos objetivos do campo e, por fim, mas não menos importante, a manutenção de comunicação ativa e funcional para com os agentes do espaço de modo a extrair os dados em sua potência máxima. Essa comunicação pode ser feita via e-mail, para autores, solicitando maiores informações ou para os colaboradores dos acervos solicitando indicações ou auxílio com as grafias em punho, uma vez que estes estão mais habituados com os materiais do que eu que visitei os fundos arquivísticos pontualmente.

1.1.2 O campo

O campo e as coletas de narrativas por sua vez, foram realizados a partir de metodologias próprias, elaboradas das diversas experiências vivenciadas pelo coletivo do LAG e tem como diferenciais, relações pendulares e não estáticas de acordos e contatos durante o campo e registro diferencial das narrativas, a partir dos registros de Formulário Complementar do Ouvinte (**Figura 5**), que permite uma maior compreensão do panorama geral em que as

conhecimento, o debate tem se apresentado fértil nos últimos dez anos e já tem impacto relevante nas rodas formativas dos principais eventos de geografia.

mesmas se deram, contextualizando-as no tempo-espaço, permitindo assim, uma melhor análise do material coletado.

Figura 5: Estrutura básica do Formulário Complementar do Ouvinte

Roteiro intuitivo	
PERGUNTA NORTEADORA	
⇒	
⇒	
Formulário Complementar do Ouvinte (um formulário por escuta ativa)	
1. Ouvinte:	2. Data da escuta:
3. Mecanismo de coleta da narrativa:	4. Houve interrupção na coleta? (S) (N) Motivo:
5. Nome do (a) informante:	6. Gênero do (a) informante:
7. Raça e Etnia do (a) informante:	8. Idade do (a) informante:
9. Religião do (a) informante:	10. Profissão/Função:
11. Viveu sempre em Vanuáre? (S) (N)	12. Em caso negativo, em que ano chegou à Vanuáre
13. Durante a escuta ativa, identificou algum possível conflito interno derivado de divergências culturais entre as etnias? (S) (N).	
14. Foi explicitada alguma modificação/ alteração de prática cultural ou ainda se relatou que alguma prática cultural já não é mais praticada? (S) (N)	
15. Em caso afirmativo para a pergunta 14, que categoria você atribuiria para a prática? (ex. dança, canto, alimentação)	
16. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS RELACIONADAS À ESCUTA ●	
17. Houve a solicitação de supressão de parte do material registrado ou solicitação de supressão total do material registrado? (S) (N) (SUPRESSÃO PARCIAL) (SUPRESSÃO TOTAL)	
18. Como foi o ambiente da escuta? (estéreo) (com ruídos) (em formato de roda de conversa)	
19. Como você percebeu o informante? (calmo) (agitado) (confortável) (desconfortável) (seguro) (desconfiado) (emocionado) (outro:)	
20. Como você se percebeu durante a escuta? (calmo) (agitado) (confortável) (desconfortável) (seguro) (desconfiado) (outro:)	
21. Houve alguma quebra de protocolo ético que invalide o material coletado? (S) (N) Qual?	
22. Local onde se tem registrada a narrativa:	
Área de registros do ouvinte	

Elaboração: a autora (2020). **Fonte:** Carvalho (2021).

O campo na pesquisa

Quando alguém fala em trabalho de campo, a primeira imagem que surge em minha mente é a estrada. A necessidade de organizar a rotina para sair de casa, com um destino na busca pela aquisição de informações e conhecimentos que contribuam diretamente para o avanço do exercício investigativo.

Que estranho, solitário e sofrível foi o exercício de aceitação e adaptação de uma realidade pandêmica, que obrigava a mim e aos demais pesquisadores a permanecer em casa, sem deixar o exercício acadêmico!

Como conciliar as demandas universitárias que se mantiveram intactas, apesar do novo modelo de aulas e desenvolvimento de pesquisa, com as novas dinâmicas domiciliares, marcadas pelo medo; enlutamento coletivo e, por vezes reprimido pela impossibilidade de velar os familiares; desemprego massivo, acompanhado de uma hiperinflação; no âmbito do exercício das atividades remotas, no meu caso, assim como muitos outros, ainda foi perpassado pela necessidade de revezamento de equipamento eletrônico entre os moradores e interrompido diversas vezes diante das demandas da(s) infâncias que agora, sem escola, também ocupam o espaço domiciliar em tempo integral.

Quais estratégias e adaptações seriam necessárias para que eu fosse capaz de captar as nuances próprias do campo, por meio de uma tela de celular, nas raras oportunidades em que consegui contatar os agentes de minha pesquisa? Como falar de pesquisa quando esses agentes tanto precisam desabafar sobre o luto, a estiagem, o medo e as violências do cotidiano pandêmico? Antes de agentes da pesquisa, são pessoas, não dá para ignorar.

Fazer pesquisa em pandemia foi sem dúvida um grande desafio e, apesar da possibilidade de migrar a pesquisa, baseada no modelo de netnografia ou ainda etnografia virtual, acabei por optar em manter a estrutura inicial da pesquisa, com algumas adequações.

A pesquisa previa quatro visitas à campo, sendo a primeira para apresentar o projeto à comunidade, a segunda com duração mínima de três dias, para coleta de relatos e dados selecionados coletivamente durante o primeiro encontro, a terceira seria feita apenas por mim ou no máximo mais dois membros com duração de uma semana, onde seriam captadas informações complementares e analisada as dinâmicas locais, enquanto avançávamos com projeto de memória da comunidade, que vem sendo construído desde 2014 e a quarta para entrega do material produzido durante a pesquisa e reunião coletiva de avaliação. A partir das

demandas e opções assumidas por mim, foi modificada para uma estrutura de reuniões virtuais com as lideranças, comunicações constantes e um campo.

As reuniões tiveram por pauta a apresentação do projeto e definição de direcionamentos a partir dos interesses das lideranças elencadas e, para tomada de escutas complementares e, posteriormente serão retomadas para entrega dos resultados da pesquisa e avaliação da mesma; as comunicações constantes tiveram por objetivo o contato, onde trocamos informações pessoais, falávamos sobre questões estruturais e seus impactos em nossas vidas.

Embora, o método por vezes pregue a necessidade do distanciamento, a aproximação e o contato interpessoal interessado no bem-estar das partes envolvidas, mostrou-se muito efetivo, possibilitando a pesquisa alcançar um nível de compreensão de alguns conflitos internos, que seriam inacessíveis se o contato fosse estruturado apenas no nível profissional (interesseiro).

Além disso, foi graças às interações não relacionadas diretamente à pesquisa que, em setembro de 2021 foi possível estar presencialmente em campo durante sete dias, tendo quatro dias ocorrido na sede municipal e três dias na TI. Na ocasião não só foi possível realizar uma série de escutas como também tive a oportunidade de conhecer a Mata e vivenciar um pouco do sagrado destas pessoas.

Diferente do que constava no projeto, sem reserva técnica embarquei sozinha em um ônibus intermunicipal, levando comigo, uma câmera e um tripé que peguei emprestado do Laboratório, um computador portátil, também emprestado, um pen drive com o modelo de relatório de escuta que elaborei durante a graduação, algumas cópias de autorizações de uso de imagem/voz e quatro mudas de roupas, até porque em princípio seria essa a duração da atividade.

Nos quatro dias que estive na sede do Município de Tupã realizei uma visita técnica ao Museu Pedagógico Índia Vanuíre, onde coletei dados complementares sobre as exposições permanentes e solicitei algumas referências à equipe responsável pela curadoria das exposições. Além disso me encontrei com duas das três lideranças (Lydiane e Susylene), com as quais já vinha me comunicando remotamente, ocasiões em que pude realizar escutas direcionadas ao tema da pesquisa e fazer caminhadas guiadas pela cidade, conhecendo um pouco da percepção e vivência da comunidade indígena da cidade, bem como da comunidade urbana e gestão pública em relação a presença dos indígenas. Oportunidade única de compreensão empática acerca de alguns posicionamentos que até aquele momento não faziam sentido para mim.

Foi por meio de uma dessas caminhadas guiadas que surgiu o convite para passar alguns dias na ‘Aldeia’, na condição de visitante e auxiliar das obras que estavam acontecendo na casa de uma das lideranças. Do aceite deste convite, durante os trabalhos, foi onde mais aprendi sobre Território, Terra, Mata, Tempo e Identidade⁵. Fui investigada, entrevistada, tensionada a explicitar meus posicionamentos políticos e religiosos, da mesma forma que me foram cobradas algumas explicações sobre meus objetivos com a pesquisa.

Sem tal experiência eu seria, hoje, incapaz de diferenciar o que é a pesquisa e como a pesquisa impacta diretamente a vida dos diretamente interessados, mas também dos afetados do entorno.

O acúmulo destas experiências, mostrou-se extremamente complexo e demandou tempo de reflexão e autorreflexão. Todas as vivências foram registradas em diário de campo e registros de escuta e, foram essenciais para retomadas posteriores ao material, indicando o contexto e a precisão dos acontecimentos, permitindo que as reanálises fossem melhor conduzidas.

1.1.3 A escrita

A escrita é o grande desafio do processo de pesquisa. Sintetizar um conjunto de vivências e apreensões diversas, que resultam em aprendizagens globais, via de regra agregam e dizem sobre a vivência pessoal de quem pesquisa. Nesse caso, eu mesma, sem tornar a escrita um relato pessoal de vida, ocultar dados por conveniência ou ainda expor os agentes do saber e informantes da pesquisa a situações desnecessárias é um exercício delicado, que demanda Tempo e dedicação.

Para não incorrer nesses equívocos, me apegar ao rigor metodológico foi essencial. Os registros precisos e detalhados de cada etapa procedimental, as visitas e avaliações constantes aos objetivos do projeto de pesquisa, as reuniões de orientação com avanços e retrocessos da pesquisa, com busca coletiva de resolução de problemáticas e a sistematização da execução da pesquisa em etapas com tarefas bem definidas.

Foi graças ao registro e memória constituída de cada uma dessas ferramentas que as inseguranças da escrita puderam ser minimizadas e, é por essa razão que foi possível que, nestas linhas eu fosse capaz de reproduzir em primeira pessoa, parte do processo, porque o processo evidenciou que minha individualidade enquanto pesquisadora não se dissocia de minhas escolhas e conduções de pesquisa, pelo contrário a integram.

⁵ Destacamos que, por vezes na redação, nos referimos à território, terra, mata, tempo e identidade em maiúscula. Isso se dá, uma vez que, para os povos originários, tais elementos guardam significado mais amplo em determinadas situações, adquirindo o status de ser vivente, de modo que, tornam-se substantivo próprio.

Outros pesquisadores que viessem a se debruçar diante da mesma temática, dificilmente adotariam a mesma condução que tive por diferenças de método e abordagem, mas também por seus atravessamentos subjetivos na sociedade, eu, mulher negra, caipira e candomblecista, enxergo a vida a partir de um lugar que me permite mais ou menos empatia e visão global dos fenômenos em relação a outros pesquisadores em potencial. É desse lugar que escrevo, é desse lugar que anseio que minhas palavras sejam bem recepcionadas por você.

1.1.4 Banco de dados e sínteses cartográficas

Ao final do processo investigativo percebeu-se a existência de uma correlação entre os caminhos fluviais tardios e/ou descontínuos no espectro tempo (Rios Aguapeí, Peixe e Paranapanema) e a presença de sítios arqueológicos no estado de São Paulo.

Pra verificar tal percepção foram coletados pontos de 1027 Sítios Arqueológicos no Estado de São Paulo com e sem o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA diretamente do Banco de Dados Abertos do portal IPHAN (dados atualizados em janeiro de 2023), deles aplicou-se os seguintes filtros: 1) sítio georreferenciado, 2) sítio arqueológico de natureza lítico, 3) sítio arqueológico de natureza cerâmica, 4) sítio arqueológico de natureza líto-cerâmico e 5) sítio arqueológico de natureza jesuítica/colonial, obtendo-se então um total de 827 sítios no Estado de São Paulo.

Na sequência, utilizamo-nos da base de dados fornecida por *Perez et.al* (2020) onde, os autores realizaram para o mesmo banco de dados do IPHAN (dados atualizados em julho de 2020) os mesmos filtros temáticos para a área correspondente às bacias dos rios Aguapeí, Peixe e Paranapanema, exatamente o mesmo recorte por nós adotado e obtiveram na época um total de 727 Sítios Arqueológicos na área de interesse de um total de 836 sítios até então cadastrados.

Apenas este dado já seria o suficiente para corroborar a hipótese por nós defendida que trata sobre importância da valorização dos estudos geoarqueológicos na região compreendida, mas a evidenciação imagética dos fenômenos observados na historiografia oficial somado aos testemunhos materiais dos sítios arqueológicos seguia se fazendo necessário, principalmente por entendermos relevância do debate à região que teve seus processos de ocupação estrategicamente subnotificados e até hoje segue sendo uma região de conflitos territoriais em torno dos direitos sobre a terra.

Sendo assim, confrontamos os dados dos dois bancos consultados (1617), excluindo os dados duplicados, bem como os sítios cujas coordenadas disponibilizadas se encontravam

incompletas e por fim, adicionando os dados referentes aos sítios atualmente em estudo pelos membros do LAG e, obtendo um total amostral de 1036 Sítios Arqueológicos.

Na sequência utilizamos os dados derivados desse processo de construção de banco de dados derivado convertendo-o em camada ‘*delimitado por texto*’ e posteriormente em ‘*shapefile*’ a partir do *software* QGis 2,14 e produzindo imagens a partir dos produtos disponibilizados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2023) e pelo GeoServer integrado (2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Assim, foi possível produzir cartografias temáticas que evidenciam o período registrado de início do uso de cada via fluvial no Estado de São Paulo, a localização das Terras Indígenas, a disposição dos sítios arqueológicos e sua disposição em relação à geomorfologia.

1.1.5 A divulgação/socialização do conhecimento produzido

Antes de apresentar os mecanismos adotados na socialização do conhecimento, entendo ser importante diferenciar conhecimento de sabedoria.

O conhecimento⁶ é resultado de um processo mais ou menos denso que possibilita a compreensão de algo ou alguém em determinada situação. Trata-se de uma capacidade cognitiva e experimental. Por exemplo, eu conheço todas as pessoas que se graduaram em minha turma, convivi diariamente com eles durante cinco anos e tive oportunidade de troca, que me possibilitam identificá-los em meio a um grupo de pessoas. No entanto, não conheço a realidade de cada um deles ou as especificidades comportamentais e/ou afetivas que cada um possui. Em outras palavras, conhecê-los não implica ter ciência sobre a diversidade de suas existências.

A sabedoria⁷ por sua vez, possui um caráter qualitativo superior em relação ao conhecimento, implica ciência, erudição sobre um determinado tema ou sujeito. A sabedoria deriva da sapiência, resultado de um conhecimento profundo de determinado algo ou alguém a partir de diferentes perspectivas que, conduzem a possibilidade de compreensão da realidade a

⁶ De acordo com o Dicionário Michaelis, conhecimento corresponde ao conjunto de informações e princípios que o homem aprende; ato de conhecer por meio da razão e/ou da experiência; cognição; ou ainda relação entre indivíduos que, embora não tenham laços de amizade, mantêm contatos sociais.

⁷ De acordo com o Dicionário Michaelis, a sabedoria corresponde ao conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, geralmente por meio de reflexão ou experiência; sofisticação. Conjunto prático de valores e regras que orienta a vida quotidiana de uma pessoa; filosofia. Ou ainda prudência e moderação ao falar ou agir; saber, sensatez.

partir de um novo prisma filosófico construído da junção de vivências com conhecimentos, que também são construídos na Universidade, mas não só.

Sendo assim, defendo que independentemente do nível de aprofundamento da pesquisa que, neste caso, trata-se de uma pesquisa de mestrado, a academia como um todo e eu, como pesquisadora, sou incapaz de produzir e socializar sabedorias. O que faço é, produzir conhecimentos diversos que dialoguem com as demandas observadas em campo e com as vivências experienciadas de modo a potencializar as sabedorias já existentes ou ainda proporcionar a produção de sabedorias.

Tendo essa diferenciação bem definida, confesso a vocês que tive muitas dificuldades ao estabelecer as estratégias de divulgação do conhecimento produzido. Isso porque entendi que a divulgação deveria ser prioritária ao grupo diretamente envolvido, mas que, a temática é delicada e o debate é amplo, de modo que tive de fazer escolhas que privilegiam alguns veículos e formas de comunicação em detrimento a outros.

Elegi construir este documento de forma mais direta, sem tantos termos técnicos, buscando maior fluidez no texto e evitando também discursos prolixos. Optei por uma estrutura textual que distingue com muita objetividade os elementos teóricos dos elementos próprios do desenvolvimento temático da pesquisa, além do grande esforço em sintetizar eventos historicamente interligados à temática materializada em temporalidades, quadros, gráficos e produtos imagéticos que sintetizam debates densos em torno do eixo espaço-tempo-ação.

Poucos foram os produtos derivados do processo investigativo que vieram a ser veiculados dentro dos circuitos acadêmicos (congressos, encontros, eventos científicos e revistas). De todas as possibilidades existentes foram selecionados três eventos científicos com enfoque para as trocas possíveis entre estudantes da graduação e pós graduação em torno de suas temáticas de pesquisa em geografia, de modo a coletivizar os processos investigativos, com ênfase nas metodologias de campo; nos processos que conduziram as sínteses temporais, bem como nas evidências derivadas das mesmas (sínteses) e; panoramas para a construção futura, a partir dos contributos da pesquisa associados à responsabilidade social da pesquisa e pesquisadora.

Estes já foram finalizados e aguardam aceite para apresentação e divulgação em anais científicos.

1.2 Aparato conceitual

Entendemos que muito embora, os conceitos dialoguem com o corpo do texto, se faz importante evidenciar alguns processos e articulações que conduzem nossa postura e abordagem das temáticas inerentes aos debates a serem tecidos a partir de alguns conceitos transversais e onipresentes.

Tais conceitos têm origens diversas, não tendo nenhum compromisso com compatibilidade com a concepção geográfica, embora, muitas vezes a mesma ocorra. Os termos e/ou conceitos apresentados serão: Tempo, índio/indígena; Mata; Terra/Território; identidade; autonomia; memória; poder/Poder; cultura; política pública; política de Estado/ política de governo.

1.2.1 Tempo

O Tempo é uma entidade viva, é a regulação da vida. Diferentemente do tempo capitalista, não é possível antecipar os acontecimentos próprios da natureza e da Terra, cada um tem seu próprio tempo, seu próprio ciclo de concretização e autorregulação. Já na concepção capitalista, o tempo é uma barreira imaterial, um empecilho que deve ser superado, encurtado ou comprimido de modo que o tempo necessário para superar um ciclo natural possa ser capaz de produzir mais produtos e de maior qualidade.

1.2.2 Mata

A Mata, assim como a Terra, é uma entidade viva, dotada de habilidades e vontades próprias tal qual a humanidade e, justamente por isso, deve ser tratada com honras, de modo a não a macular ou ofendê-la.

Segundo os *kaingangkofá*/velhos e *Kujas*/líderes espirituais, que são considerados os mestres detentores de saber e do conhecimento tradicional, as plantas têm espírito/alma; por isso, eles devem pedir licença ao entrar na mata ou ao pegar uma planta para a cura antes de a coletarem [...] Colher uma planta medicinal requer pedir licença para colhê-la. Essa relação não é somente harmoniosa, como muitos romantizam, mas uma relação de respeito mútuo, pois, assim como existem os espíritos bons, também existem os ruins, e a eles se deve respeito, visto que são eles os donos daquele espaço. Essa relação Kaingang também ocorre com várias outras etnias indígenas, em contextos, formas e histórias diferentes: na relação com os animais, os rios, a terra e a mata, uma vez que a autenticidade se dá na lógica do respeito e do diálogo com a própria natureza como se tudo fosse humano. Isso é o que difere os povos indígenas enquanto coletividades, pois tudo é relevante e, portanto, ultrapassa

a visão sobre a vida que os não indígenas possuem. Assim, podemos dizer que isso faz parte da humanidade do ser indígena (GALEANO, *in*, CEGOV, 2020, p. 64).

A compreensão dessa relação metafísica do ser indígena que se relaciona diretamente a estas entidades (Mata e Terra) vivas e integrantes da constituição da sociedade coletiva indígena é essencial para o desenvolvimento do debate acerca dos impactos que as políticas estatais geram sobre o ser indígena, ainda que, a política em questão não dite diretamente acerca da temática indígena.

Ēgjamã/nossa terra refere-se a ligação muito forte com seus antepassados que ali estão enterrados e até mais, os seus próprios umbigos, que é parte do corpo Kaingang. Portanto, não é uma simples relação de terra como mercadoria, ali a mãe terra está guardando a memória de seus antepassados, guardando parte de nossos corpos, isto é, a história do povo Kaingang (BRAGA, 2015, p. 48, *apud*, CEGOV, 2020, p. 66).

No idioma Kaingang existe uma palavra que os define (*Nãnga*), trata-se de uma junção de mata e terra, ou piolho de terra, o que enfatiza a forte relação da discussão sobre o território e sua imbricação com a terra, com a natureza. É na Terra e no interior das Matas que se encontram a materialização dos pactos identitários e de pertencimento com entidades estabelecidas (CEGOV, 2020, p. 65 - 67).

1.2.3 Índio/Indígena

É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana, que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico, cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional (Estatuto do Índio, 1973, artigo 3º). O termo indígena é utilizado pela maioria dos indígenas como autodesignação, pela compreensão coletiva que o termo 'índio' é racista, sendo assim, indígena ganha legitimidade jurídica e, justamente por isso, nos utilizaremos do termo 'indígena' e não 'índio' (KAISER, 2010).

Nos poucos momentos em que se encontra o termo "índio", o mesmo é utilizado respeitando o referencial bibliográfico, muito embora, enquanto postura política, sugerimos que, leia-se "indígena", terminologia por nós adotada sempre que possível.

1.2.4 Terra/Território

Os povos originários falam Mãe Terra por muitas razões. Aprendemos que, sendo uma mãe, não devemos dividi-la, dando a cabeça para uma filha, o estômago para outro e o pé para outro. Ela só existe em sua unidade e unicidade. E é por isso que passamos de uma luta para obter um pedaço de terra para a concepção de construir um território [...] Território é então um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida (FERREIRA, 2021, p. 43).

Território é espaço de construção e reprodução da vida, é fluido e diverso. Nele se encontra a Terra, princípio e conexão ancestral que parte da diversidade cosmogônica de existências materiais e imateriais, e, as individualidades que compõem a Terra, mas que tem em si, o componente reflexivo do território por meio da corporeidade⁸.

Território é o princípio, meio e o fim. Princípio porque toda nossa ancestralidade estava alicerçada na terra, o princípio é a terra, a luta por se manter nela ou retornar para ela. O fim, é o território descolonizado [...] e o meio é a luta pela vitória nos territórios, produzindo alimentos, dando autonomia, organizando pessoas e protegendo a vida (FERREIRA, 2021, p. 45).

Assim como já antecipado, a Terra é parte integrante e indissociável do território, é uma entidade viva que se remodela e responde ativamente aos estímulos incutidos sob ela. “Se queremos alimentar nosso povo, nossos ancestrais e quem vêm depois de nós, nossos filhos e filhas, netos e netas, precisaremos sempre contar com a generosidade da terra [...] como ensinam os mais velhos, no princípio de tudo há a semente” (FERREIRA, 2021, p. 80).

Para efeitos da lei, o conceito de “terra indígena” tem destacada relevância no Direito indígena brasileiro. “Pois suas terras não representam para os índios puramente recursos econômicos, e sim, recursos de sobrevivência” (KAISER, 2010, p. 41). Sobre isso, a Constituição Federal vigente, em seu artigo 231, parágrafo primeiro, estabelece ainda que Terra Indígena é “terra em posse tradicional dos índios”, não especificando o recorte temporal de interesse à análise de validação.

⁸ “Aos povos subalternizados o que sobra é seu próprio corpo e ninguém deve, portanto, ser violado, muito menos pela forma como expressa e usa seu corpo. então, se ao despossuído sobrou apenas a identidade, compreendemos que é a partir daí que deve se manifestar sua política”, logo o corpo é a manifestação política do território que transpõe seus limites e fronteiras físicas e se expõe as reações coletivas à sua externalidade (FERREIRA, 2021, p. 117).

1.2.5 Autonomia

“Autonomia é entender que o Estado é racista, patriarcal e burguês” (FERREIRA, 2021, p. 52). Autonomia é entender que o Estado, sendo o que é, sem luta desde as camadas inferiores (e massivas), suas propostas e políticas serão sempre direcionadas ao conformismo popular e à uniformização comportamental da sociedade pautada nos princípios que o mesmo (o Estado) se constitui.

É a partir dessa compreensão coletivizada que se faz possível a organização orgânica em busca do levantamento, reivindicação e cobrança de direitos.

1.2.6 Identidade

A identidade constitui-se instrumento político de identificação e organização. No entanto é importante conceber que, sua mera enunciação não é suficiente, sobretudo quando se fala de identidades outrificadas, uma vez que para atingir os pressupostos de um “projeto decolonial de emancipação não visa apenas o reconhecimento dessas identidades, mas subverter aquilo que as produziu” (CURIEL, 2014, p. 58).

Sendo assim, a concepção de identidade por nós defendida não nega a existência das interseccionalidades, mas abre ressalvas importantes:

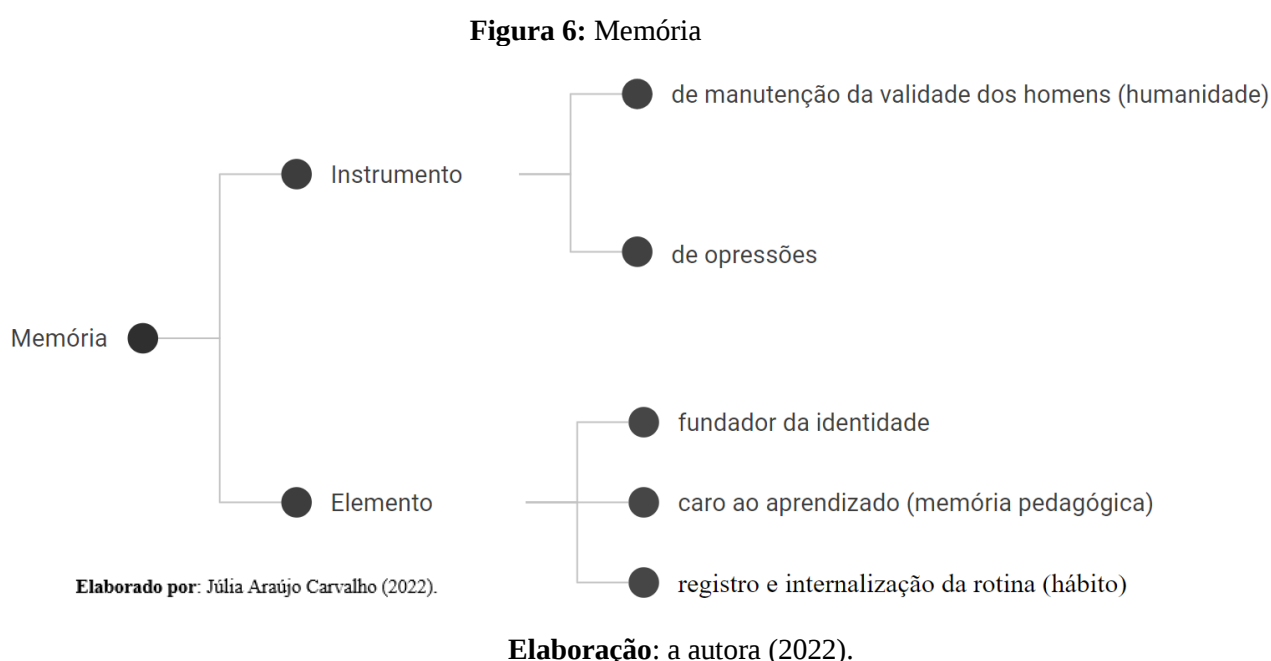
O problema com a interseccionalidade é que ela não pergunta como são produzidas as identidades e diferenças que produzem os sistemas de opressão. Por que sou negro, por que sou indígena? Por que sou lésbica? As respostas: sou negra ou indígena por causa do racismo, sou lésbica por causa do heterossexismo. Em outras palavras, independentemente de usarmos essas categorias para nos articularmos politicamente, devemos saber que esses lugares foram produzidos pela colonialidade. Nossas lutas, portanto, não se limitam a reconhecer identidades e diferenças, mas a acabar com os sistemas de dominação. A interseccionalidade não se aprofunda nisso. A interseccionalidade é liberal, pois reconhece apenas eixos de diferenças. Não é apenas uma questão teórica ou conceitual, mas uma questão que tem implicações para nossas práticas políticas (SILVA, *et al*, 2020, 274-275, *apud*, LACET, 2021, p. 84).

Sendo assim, identidade como assumida por nós, configura-se antes de mais nada, elemento unificador de pautas e lutas frente um horizonte de produção da autonomia em um Estado anticolonial.

1.2.7 Memória

Por memória, entendemos o registro de experiências e conhecimentos adquiridos no Sistema Nervoso Central. Embora cética e direta, tal compreensão não nega as especificidades do funcionamento e mecanismos próprios da memória, tais como: tempo, duração, intensidade, mecanismo de (re)ativação e funcionalidade da memória (BOSI, 1994).

As reflexões da professora Ecléa Bosi nos conduziram a elaborar dois esquemas que guiaram nossa conduta perante a memória (**Figura 6**).



A **Figura 6** evidencia que a memória assume duas roupagens distintas que são perceptíveis no cotidiano e distinguível por meio da oralidade e corporalidade dos agentes do saber, ora elemento constitutivo das individualidades, ora instrumento de poderes, sendo que, neste processo, os agentes do poder podem inclusive enxertar memórias coletivas distorcidas e/ou irreais, de modo a garantir a manutenção do status de dominação.

Sobre o conjunto de memórias potencialmente distorcidas e/ou irreais, é importante ter em mente, sua origem que geralmente deriva de processos de manutenção do poder. Como supracitado, também pode ser produto de uma miríade de processos psicológicos de autopreservação e, muito embora, seja importante para nós, enquanto pesquisadores, identificar tais processos, não nos cabe o lugar de explicitá-los aos agentes do saber. Pelo contrário, cabe a nós assumirmos postura cuidadosa perante a memória que se apresenta a nós (**Figura 7**).

Figura 7: Cuidados ao lidar com memórias



Elaborado por: Júlia Araújo Carvalho (2022).

Elaborado por: a autora (2022).

Sendo importante então, não tomando por verdade absoluta relatos memoriais que possam estar afetados por tais mecanismos de autoconservação, não impondo nossa compreensão dos fatos sobre a psique alheia, nem corrompendo os contextos relatados de modo a transpor na escrita elementos que sejam interessantes à pesquisa.

1.2.8 Poder e poder

Raffestin (1993) nos atenta para a relevância do debate do poder que, não é uma categoria espacial tampouco temporal, mas, no entanto, se faz presente em toda dinâmica produzida e reproduzida no espectro tempo-espço. Trata-se de um elemento de difícil representabilidade, porém de identificação e debate essencial para compreensão de processos pertinentes ao par complementar “violência x resistência”. Sendo, portanto, “a representação de um equilíbrio entre uma infinidade de desequilíbrios possíveis que podemos imaginar, mas não verificar. As relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa” (RAFFESTIN, 1993, p. 6 - 7).

O autor também enuncia vozes outras na busca por reforçar a ideia de que o poder, diferente do que se veicula costumeiramente, não é atributo ou adjetivo próprio e exclusivo do Estado. É atributo de toda relação desigual de forças e interesses. "Todo poder se exerce num campo de comunicação; toda comunicação se manifesta no campo de um poder" (SCHAEFFER, 1972, p. 220, *apud*, RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Tendo em mente que poder sempre se relaciona a tensionamentos localizados tempo-espacialmente, façamos então a distinção entre Poder e poder que, é apresentada nas palavras de Foucault:

Poder corresponde a um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado. O poder com uma letra maiúscula postula, como dados iniciais, “a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, em nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder” [...]. O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: “O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares” (FOUCAULT, 1976, p. 121 - 122, *apud*, RAFFESTIN, 1993, p. 52, grifo nosso).

Em síntese, o Poder é institucional, aparelhado e tático; enquanto o poder está inscrito no Poder, se utilizando de aparatos invisíveis das sociedades de modo a garantir a continuidade dos processos de dominação, violência e supressão da diversidade. Então, ao analisarmos relações permeadas pelo par complementar “violência x resistência”, falamos do par “modernidade⁹ x colonialidade¹⁰” e assim, temos condições de qualificar os esforços históricos de manutenção das estruturas formais (Poder) por meio de mecanismos diversos (poder/poderes) da construção de um imaginário coletivo, ou ainda pela restrição ao acesso de instrumentos específicos.

1.2.9 cultura

Utilizamo-nos aqui dos pressupostos de Botelho (2001) que compreende a cultura como sendo construída por meio de interações sociais dos povos, que estabelecem seu modo de pensar e sentir reproduzem seus valores, constroem suas identidades, suas desigualdades e organizam

⁹ Modernidade: “se a Modernidade é uma retórica, um conjunto de narrativas, a Colonialidade é aquilo que essas narrativas não expressam explicitamente, isto é, aquilo que está escondido ou disfarçado” (MIGNOLO, 2003; 2011; 2017, *apud*, LACET, 2021).

¹⁰ Colonialidade: a colonialidade opera através da lógica de negação dos espaços, tempos e modos de vida não europeus (Castro-Gomez, 2005, *apud*, LACET, 2021, p. 24). Aquilo que emergiu positivado na Modernidade foi erigido através de atos constitutivos da colonialidade: “a invenção, transformação e gestão das diferenças epistêmicas e ontológicas coloniais e imperiais” (MIGNOLO e WALSH, 2018, 155- 156, *apud*, LACET, 2021, p. 24).

seus costumes. Logo por ser a cultura resultado de um conjunto de interações contínuas, torna-se um elemento vivo e constantemente mutável, sendo que, as mudanças são próprias das estruturas sociais vivas e representam perda de identidade, uma vez que esta é construída culturalmente, ou seja, sua essência é dinâmica.

1.2.10 política pública

Ao anunciarmos política (do grego *polis*), pré-estabelecemos o manejo da coisa pública que se deriva da construção de resoluções de pautas e/ou demandas advindas das relações entre os diferentes atores de uma determinada sociedade. Compreendendo a estrutura social vigente, entende-se que os diversos atores sociais produtores de política possuem forças desiguais em relação a tomada de decisões e acesso à direitos, logo, na sociedade moderna, ao trabalhar política, trabalha-se também direta ou indiretamente com: conflitos, desigualdades, violências, guerra (re)existências e resistências.

No que concerne à ação política, suas principais características são: a ação coletiva, que considera as diferentes perspectivas sobre fins e meios; a necessidade de aceitação da decisão tomada e o caráter impositivo da decisão coletiva (RUA, 2012). Muito embora, a política pública não seja produzida exclusivamente pelo aparato estatal, via de regra reverbera sobre ele através das medidas de trato, gestão e controle social.

Sobre os diferentes atores que produzem política pública, Lima (2019, p. 52 - 53) afirma ainda que “os atores podem ser indivíduos, instituições ou coletivos, no qual as ações buscam produzir uma consequência ou um processo político qualquer. Os interesses dos atores políticos podem ser afetados negativa ou positivamente diante do rumo que alguma política toma”.

Lima (2019) apresenta ainda os possíveis atores de política pública como pertencentes a dois grupos, sendo eles: atores governamentais e atores não governamentais (**Figura 8**).

Figura 8: Agentes governamentais e não governamentais da política pública

GOVERNAMENTAIS	01	Políticos	Exercem suas funções nos poderes Executivo e Legislativo, por meio de voto popular. Sua função é identificar problemas e soluções no âmbito público. Representam interesses próprios, dos partidos, grupos de pressão ou coletividade.
	02	Nomeados	Indicados por políticos eleitos, para cargos de carreira, comissionados. Seu cargo dura mediante o mandato vigente. Sua nomeação e exoneração é livre e funciona como moeda de troca aos atores políticos.
	03	Burocratas	São os funcionários públicos, que executam os serviços técnicos e mantêm contatos mais próximos junto à população. Sua administração independe dos ciclos eleitorais e influencia todas as fases da política pública.
	04	Juízes	Aplicam as injustas ou justas leis e produzem súmulas em que tornam público o conhecimento sobre alguma norma. São constantemente afetados por grupos de interesse, uma vez que centralizam a tomada de decisões quanto a economia e política.
NÃO-GOVERNAMENTAIS	01	Grupos de Interesse e Intelectuais	Grupos formais ou informais que utilizam recursos financeiros, cognitivos e organizacionais a fim de influenciar quanto a definição e soluções de problemas, tomadas de decisões, implementação e avaliação de políticas públicas.
	02	Partidos Políticos	Organizações formais registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral que influenciam o governo como aliados ou opositores. Funcionam como elo entre sociedade e governo no que tange o preparo de políticos para se tornarem governantes, controle governamental, formular e avaliar as políticas públicas.
	03	Mídias	Exercem controle sobre políticos e administração pública e influenciam quanto a prioridades de agendas quanto a divulgação ou não divulgação de problemas e soluções de políticas pública
	04	<i>Policytakers</i>	São os destinatários as quais as políticas públicas são formuladas. Podem ter pouco ou bastante influência nas decisões a depender de sua heterogeneidade, localização ou incapacidade de organização.
	05	OTS	Organizações privadas, sem fins lucrativos que estabelecem parcerias com o setor público a fim de implementar políticas públicas.

Elaborado por: Júlia Araújo Carvalho (2022) Adaptado de: Secchi (2010) e Souza et al. (2017), *apud*, Lima (2019).

Elaborado por: a autora (2022) Adaptada de: Secchi (2010) e Souza et al. (2017), *apud*, Lima (2019).

1.2.11 política de Estado X política de governo

Mesmo dentro dos debates da área de relações internacionais e estudos políticos não existe um consenso acerca da diferenciação com limites objetivos entre as políticas de Estado e as de governo. Sendo assim, optamos pela abordagem na qual, por política de Estado entende-se, o conjunto de ações governamentais continuadas independentemente da continuidade ou descontinuidade da base governamental e; na contramão da mesma encontram-se as políticas de governo que são propostas e aplicadas durante a gestão governamental vigente, a partir das prioridades do governo vigente, não atendendo necessariamente as demandas da sociedade e, geralmente sendo descontinuadas com a troca da base governamental.

POLÍTICA INDIGENISTA E O “POVOAMENTO” DOS SERTÕES PAULISTAS

Ao depararmos-nos com documentos, sejam eles oficiais ou extraoficiais, de valor histórico ou atual, devemos ter em mente sempre que, a produção documental carrega em si, objetivos e interesses políticos de modo que, invariavelmente a voz oculta que produz o documento aplica o filtro que melhor se enquadre no objetivo de veiculação dele. Isso significa que, é possível e altamente compreensível a existência de dois produtos extremamente distintos que tenham sido baseados em um mesmo conjunto de dados, produzidos e publicados em períodos igualmente idênticos. Justamente nesta possibilidade que deriva a necessidade de um grau elevado de rigor metodológico ao debruçar-se no fazer analítico, perante o referencial documental.

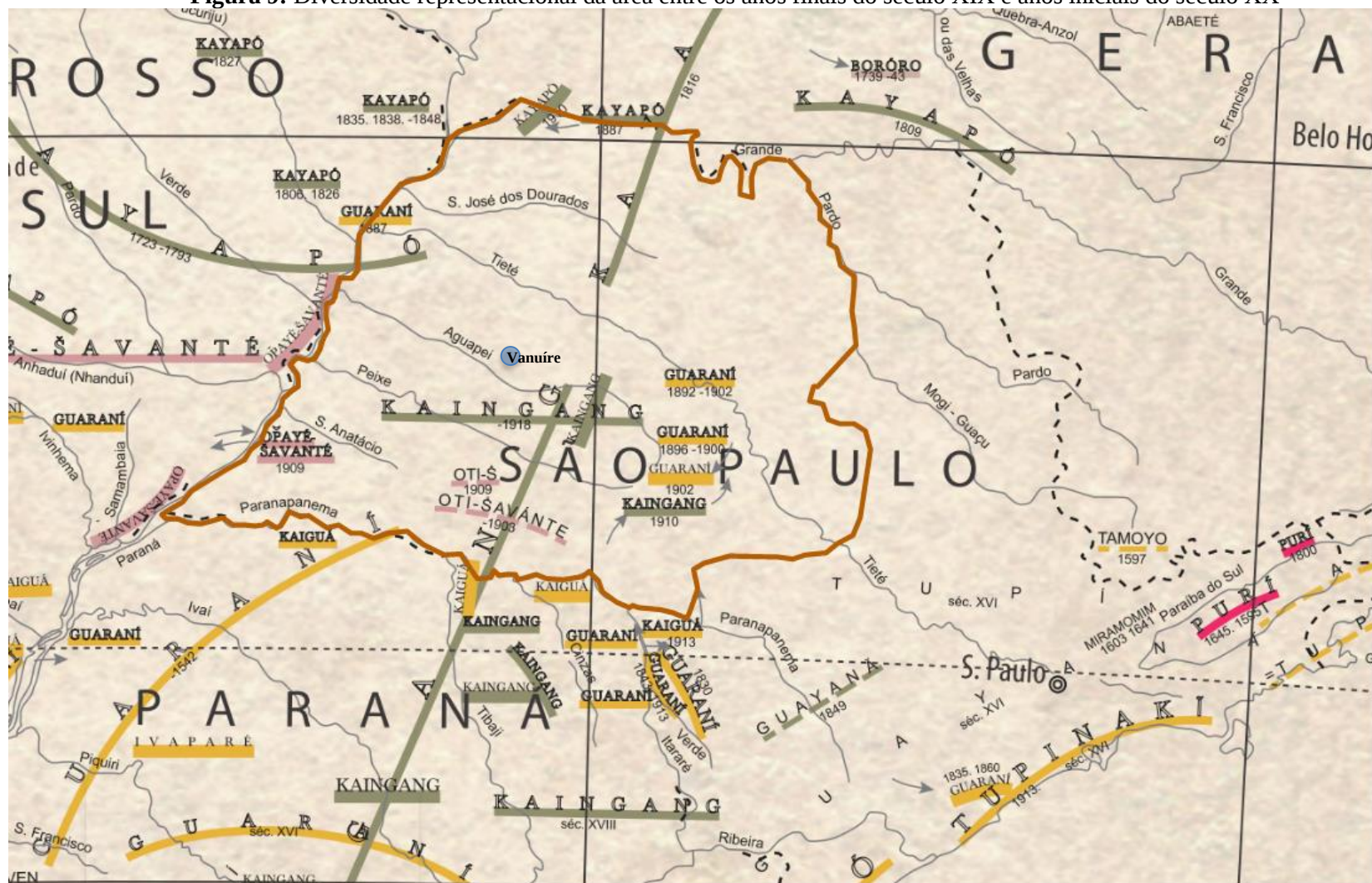
A seguir, nos dedicamos a evidenciar algumas incompatibilidades literárias observadas na documentação oficial brasileira, a partir dos interesses da entidade veiculadora, buscando correlacionar os diferentes dados em um espectro temporal e correlacional nos diferentes níveis de impacto do dado (local, nacional e internacional). Buscamos ainda, rascunhar uma narrativa alternativa, pautada no encontro de dados entre as diferentes fontes e na ausência de vozes de produção histórica específicas.

Destacamos que, os dados analisados seguem o filtro da interiorização do estado de São Paulo, de modo que o intervalo temporal abrangido vai do século XVII ao século XX. Tal recorte, se dá, de modo a potencializar a análise focal proposta pela pesquisa que, parte do estudo de impactos na TI Índia Vanuíre.

As principais fontes utilizadas para elaboração deste conteúdo que se segue são: Azevedo, 1950; Brasil, 1948; Sampaio, 1890; Taunay, 1937; 1924; 1925; 1930; 1941 e 1943(?).

A representação da/na historiografia oficial brasileira variou muito no espectro tempo de acordo com os interesses representacionais de cada momento político, elemento que buscamos evidenciar na **Figura 9** de modo introdutório aos debates acerca das possíveis motivações para tal fenômeno.

Figura 9: Diversidade representacional da área entre os anos finais do século XIX e anos iniciais do século XX



Adaptado de: Nimuendaju (1943; 2022); Sampaio (1890); IPHAN, 2023; Acervo APESP (s.d).

Muito embora a historiografia apresente diversos relatos da presença de povos indígenas na região do oeste paulista, de modo que, todos os relatos históricos desde o século XVI, apontem a presença de grupos indígenas tidos como hostis ou ainda bravios perante a invasão de seus territórios sob pretexto colonizador. Eis aí a primeira incompatibilidade representacional: enquanto a cartografia confere vazios ocupacionais, a grafia confere amplas matas densas altamente povoadas por grupos indígenas belicosos que são representadas pela **Figura 10**.

O mapa mostra a distribuição territorial dos diferentes grupos étnicos no atual estado de São Paulo. As áreas são coloridas e rotuladas:

- PURIS**: Área vermelha no extremo leste.
- CHAVANTES**: Áreas vermelhas no norte e centro-norte.
- CAYUA**: Áreas azuis no norte-central e central.
- GUARANIS**: Áreas verdes no sul e sudoeste.
- CAINGANGES (COROADO)**: Áreas amarelas espalhadas pelo interior.

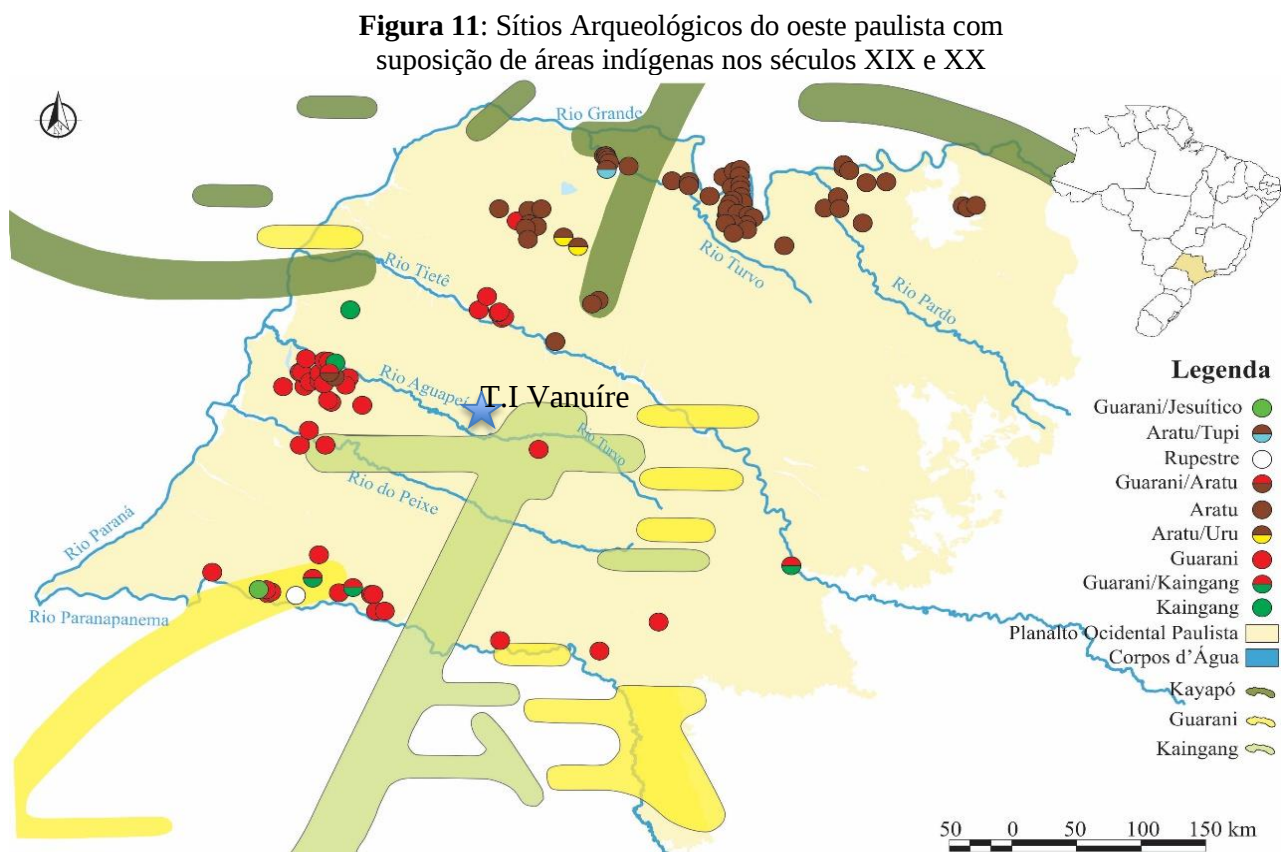
Rios importantes mostrados incluem o Rio Grande, Rio Tiete, Rio Paraíba do Sul, Rio Itaipu e Rio das Velhas. Cidades marcadas são S. Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Ilha de S. Sebastian.

45

Ao analisarmos os elementos presentes na Figura 10 e, confrontá-los com aqueles apresentados na Figura 9, identificamos uma divergência notável a respeito da diversidade étnica habitante na região do ‘sertão despovoado’, sendo que, ambas representações se constroem justamente a partir dos relatos produzidos pela Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo.

O resultado final, aponta para o fenômeno de três cartografias com o mesmo objetivo representacional e que se basearam em um mesmo referencial teórico, mas que produziram resultados distintos entre si, em forma e conteúdo apresentado, evidenciando assim, uma provável ocultação seletiva de dados, principalmente quando sabe-se que tais incompatibilidades não são exclusivas destas produções cartográficas, sendo também observadas em Sampaio, 1890; Taunay, 1922; 1924; 1930; 1937; e Brasil, 1948.

Outro elemento interessante reside na localização da TI Vanuïre que, encontra-se em sua conformação multiétnica em zona fronteiriça como pode ser observada na **Figura 11** que sobrepõe os possíveis domínios territoriais descritos por Nimuendaju (1943) aos Sítios Arqueológicos identificados na região.



Fonte: Adaptado de Faccio (2019).

A análise conjunta das **Figura 9, 10 e 11** evidenciam dois importantes processos:

1) A área criada como estratégia de redução dos conflitos na região nunca foi local de atração de indígenas das etnias Kayapó e Oti – Xavante que, também estiveram ativos na frente de resistência à implementação da linha férrea no oeste e noroeste paulista, enquanto foi utilizada como área de contenção dos Krenak arredios por meio das estratégias de desarticulação do SPI, como poderá ser observado em tópico próprio.

Muitas inferências podem ser realizadas acerca da ausência de indivíduos de pertença étnica correspondente às etnias Kayapó e Oti – Xavante, onde duas são mais consistentes, a primeira é a da chacina deliberada e fuga dos indivíduos remanescentes e a segunda que, é de que as reduções e postos de atração indígenas funcionaram de maneira semelhante às estruturas escravistas que, buscavam manter distantes indivíduos que partilhassem a mesma língua ou relações anteriores, evitando a organização de motins e/ou resistências. Fator que aumenta ainda mais a necessidade de debater-se os processos que conduziram diferentes etnias a fixar-se em Vanuíre.

2) É possível observar que, a distribuição de sítios arqueológicos na região evidencia uma diversidade muito grande de etnias que povoaram a área e, cujas datações remontam ao período pré-colonial ou colonial anterior aos relatos da historiografia oficial. A esta diversidade defendemos a possibilidade de tal diversidade ser atribuída às ocultações estratégicas durante a produção dos documentos oficiais.

Bandeiras paulistas, a devassa¹¹ de terras e a ampliação territorial

Ao pesquisar-se o processo de povoamento e ocupação do dito “sertão paulista”, a massiva produção documental se baseia nas fontes históricas brasileiras que, embora admitam, desde meados do século XVIII, ter conhecimento parcial dos povos originários que habitavam a região, tem como marco exploratório os trabalhos da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo de 1886, que resultou na publicação do relatório do mesmo em 1890. Justamente do compilado destes estudos ainda em 1890 o Ministério de Relações Exteriores do Brasil e a Secretaria de Planejamento e Imigração do estado de São Paulo, divulgam as mais usuais e conhecidas cartografias da região (**Figura 12**).

¹¹ Devassa: Ato ou efeito do verbo “devassar”. Devassar: verbo, ato de invadir, observar, conhecer por completo (o que é defeso ou vedado).

48

No entanto, diferente do que indicam tais documentos, como a Figura 12, os estudos arqueológicos temáticos, bem como os derivados de processos de prospecção, resgate e salvaguarda vinculados a licenciamentos ambientais na região, produzidos pelo LAG, têm identificado evidências de contato entre povos originários e colonizadores¹² pelo menos desde princípios do século XVII. Dado que se reforça por meio do “*mappa de Cespedes*” documento presente no Archivo General de Indias em Sevilla é considerado a primeira carta de penetração do Brasil, o primeiro mapa bandeirante. O documento em questão revela que pelo menos desde 1628 o curso superior do Rio Paraná já era conhecido e amplamente utilizado no transporte fluvial. Os detalhes precisos do curso de alguns trechos hídricos do Brasil, bem como as distorções representacionais de trechos outros, permite a reafirmação de que no princípio do século XVII, já era recorrente a navegação dos rios Sorocaba, Tietê e Paraná, bem como seus afluentes, corroborando ainda com as narrativas dos primeiros *chronistas* acerca das primeiras expedições paulistas (TAUNAY, 1925, p. 15 - 18).

Para debater tal incompatibilidade temporal, bem como outras ausências históricas, voltemo-nos para a história, de modo a compreender os processos de conformação territorial do Brasil e do estado de São Paulo especificamente (**Figura 13**).

A Figura 13 apresenta o detalhe dos atuais territórios dos estados de São Paulo e Paraná cortados pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (1494 - 1750) - representado em tracejado verde - e com indicações pontuais de bandeiras identificadas na historiografia por Taunay (1937) e verificadas por Rios (2019).

É possível observar que a porção oeste do atual estado de São Paulo (teoricamente pertencentes ao domínio espanhol) possui registros de bandeiras desde o século XVI, com um registro de José de Anchieta em 1560 (?) e estendendo-se ao longo de todo o século XVII e primeiro quarto do século XVIII; muito embora também se observe que, as rotas que culminaram em bandeiras no atual território do estado do Paraná, tenham se configurado muito mais frequentes, tal fenômeno se explica como poderá se compreender mais adiante, pela atratividade da presença de indígenas catequizados, somada a necessidade de fazer-se frente a presença jesuítica nas áreas limítrofes.

¹² Por colonizador, leia-se invasor de terras, genocida.

The map illustrates the territorial expansion of Portugal in Brazil over three centuries. Key features include:

- Geographical Features:** The coastline of Brazil is clearly defined, with major rivers like the Amazon, São Francisco, and Rio de Janeiro shown. The map also depicts the surrounding oceans and the Atlantic archipelago.
- Colonial Expansion:** The map shows the progression of Portuguese colonies from the northeast (Pernambuco, Bahia) to the south (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, and Rio Grande do Sul).
- Key Dates and Events:** Numerous dates are marked, indicating significant events such as the discovery of Brazil (1498), the establishment of the first colonies, and the signing of the Treaty of Madrid (1494) and the Treaty of Madrid (1763).
- Explorers and Settlers:** The names of prominent Portuguese explorers and settlers are listed, including Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, and others.
- Map Details:** The map includes a scale bar, a compass rose, and a legend. The text is in Portuguese, and the map is titled "Mapa do Brasil de 1500 a 1800".

Fonte: Taunay, 1937, *apud*, Rios, 2019.

Figura 15: Bandeira/Expedições identificadas entre 1560 e 1599

Índice	Bandeiras / Expedições	Ano
6	Pe. Jose de Anchieta	1560
7	Pe. Jose de Anchieta	1560
8	Brás Cubas	1560
9	Luiz Martins	1561
10	Eleodoro Eobanos	1585
11	Jerônimo Leitão	1585
12	Manuel Fernandes Ramos	1590
13	Jerônimo Leitão	1590
14	Affonso Sardinha	1590
92	Affonso Sardinha (o moço) / João do Prado	1590
15	João Pereira de Souza (Botafogo)	1596

Fonte: Rios, 2019, p. 358.

Dentre essas bandeiras, destacam-se:

1) As do Padre José de Anchieta (índices 6 e 7) que, ao compreender que o avanço das ocupações vinculada a qualidade das relações estabelecidas para com os indígenas locais, configurava-se importante mecanismo de avanço territorial, estabeleceu Vilas estratégicas para o avanço da ocupação estadual, de modo que, a Vila de Piratininga fundada em 1554 ficou conhecida como “a porta do sertão”;

2) A de Jerônimo Leitão (índice 11) que, em 1585, partiu do Paranaguá em direção dos rios Tibagi, Cinzas e Paranapanema, aprisionou grande quantidade de indígenas sob o pretexto da “guerra justa”, visto que “nesse período havia carência de mão-de-obra¹³ escrava devido a epidemias que causaram muitas mortes entre os indígenas” (MONTEIRO, 1994, p. 52-56, apud, RIOS, 2019, p. 357) e;

3) As de Affonso Sardinha pai e filho (índices 14 e 92) às margens do Rio Grande que, segundo diversos autores, apontam correlação à exploração aurífera na região da Serra da Mantiqueira (TAUNAY, 1924, p. 172-177; RIOS, 2019, p. 358).

Ainda na Figura 14 observa-se a presença das primeiras Vilas espanholas que foram instaladas na Província do Guairá (atual estado do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul). São elas: Ontiveros (1554), Cidade Real do Guairá, (1557) e Vila Rica do Espírito Santo (1576) às margens do rio Ivaí e nas proximidades da foz do rio Corumbataí (TAUNAY, 1924, p. 41-43; RIOS, 2019, p. 358).

¹³ O termo “mão-de-obra” sempre que utilizado, se faz, respeitando o referencial bibliográfico, muito embora, enquanto postura política, sugerimos que, leia-se “força de trabalho”, terminologia por nós adotada sempre que possível.

Seguindo os modelos da América espanhola, os anos finais do século XVI são marcados pelo forte estímulo ao financiamento privado das incursões territoriais com fins de descoberta de minas, bem como do aprisionamento de indígenas¹⁴ com fins de usufruto da força de trabalho e conhecimento territorial. O forte incentivo financeiro, vinculado à adesão processual dos caminhos fluviais - possível graças ao uso dos conhecimentos, tecnologias e força de trabalho indígenas - aumentou significativamente o número de bandeiras de aprisionamento, bandeiras estas que, a partir de 1610 possibilitaram que, as bandeiras paulistas figurarem papel imprescindível na interiorização do país (Figura 16).

Figura 16: Bandeira/Expedições identificadas entre 1600 e 1634

Índice	Bandeiras / Expedições	Ano
85	D. Francisco de Souza	1600
90	Jorge Correa	1600
16	Manuel Preto	1600
17	André de Leão	1601
18	Nicolau Barreto (1602 / 1604)	1602
19	Martim Rodrigues Tenório	1607
20	Belchior Carneiro	1608
21	Sebastião Preto	1612
22	Lázaro da Costa	1613
23	Pedro Vaz de Barros	1615
24	Fernão Paes de Barros	1615
84	Fernão Paes Leme	1620
25	André Fernandes	1620
26	Antônio Bicudo	1620
27	Martim de Sá	1620
28	Antônio Castanho da Silva	1622
29	Henrique da Cunha (Gago)	1624
30	Manuel Preto / Antônio Raposo Tavares	1628
31	Antônio Bicudo Mendonça / Manuel Mourato	1628
32	Simão Álvares / Salvador Pires / Brás Leme	1628
33	João Pedroso Moraes	1628
34	D. Luís de Cespedes Xeria	1628
35	D. Luís de Cespedes Xeria	1628
36	Mateus Luiz Grou	1629
37	André Fernandes	1630

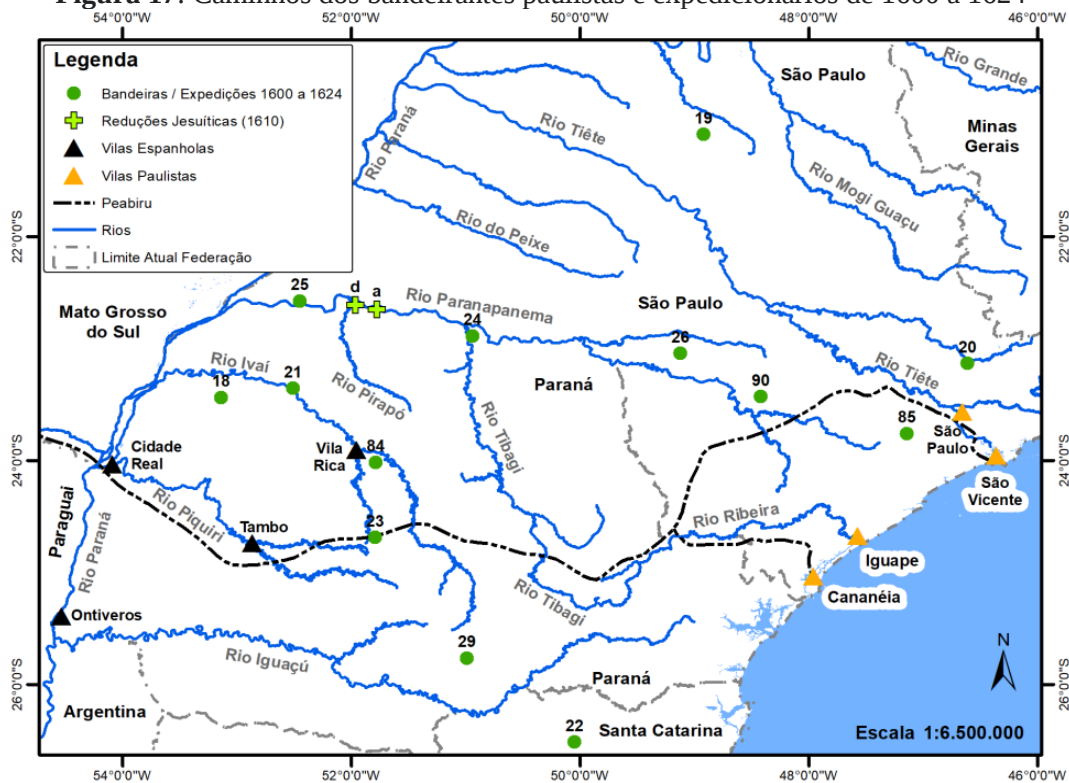
¹⁴ Os aprisionamentos indígenas ou ainda as caçadas aos indígenas, se deram entre os séculos XVI e XVII (de 1530 a 1700) com fins de usufruto da força de trabalho indígena na condição escravizada e, posteriormente, no século XIX se deu pelos imigrantes que desejavam a garantia estatal de uma parcela de terras mediante o casamento com uma indígena (BRASIL, 1948).

38	Pedro G. Varejão / Álvaro Neto / Álvaro Rebelo	1630
39	Paulo do Amaral	1631
40	Christovão Diniz	1631
41	Antônio Raposo Tavares	1631
42	Antônio Raposo Tavares	1633

Fonte: Rios, 2019, p. 361 – 362.

O ano de 1610 também é o marco da criação das Reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Ignacio, que potencializam o crescimento considerável do número de Bandeiras de aprisionamento, uma vez que para além das novas estratégias de avanço paulista supracitadas, tais Reduções representavam um maior número de índios catequizados entre os rios Piquiri, Ivaí e Paranapanema, sendo estes mais cobiçados por estarem mais “integrados à civilização” (Figura 17).

Figura 17: Caminhos dos bandeirantes paulistas e expedicionários de 1600 a 1624



Além disso, nesse período também passam a observar-se alianças pontuais entre indígenas e os paulistas contra algumas reduções, bem como o inverso, alianças entre indígenas e jesuítas em resistência ou ainda fuga dos paulistas (TAUNAY, 1924, p. 325-326; 334 - 338).

Para se pensar a ocupação do oeste paulista, faz-se importante destacar as Reduções de Santo Inácio (1610) e Nossa Senhora do Loreto (1610) - índices d e a da Figura 17-,

estabelecidas no baixo Paranapanema (SP e PR), caracterizavam-se como missões longitudinais de até 20 léguas (aprox. 96,5 km) ao longo de seu rio principal, interiorizando-se em até 8 léguas (aprox. 38,6 km) através de seus afluentes tendo como objetivo reduzir a zona de locomoção dos grupos étnicos ali reunidos, mas reservando área suficiente para a agricultura, domesticação de animais de pequeno porte, edificação de estruturas habitacionais e comunais, como as de culto religioso e, áreas para o sepultamento; bem como garantir a interiorização das missões de modo a estabelecer potenciais vilas espanholas mais próximas aos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas (TAUNAY, 1924, 1925, 1937).

Ora, foi do êxito de tais empreendimentos, que a atenção dos bandeirantes voltou-se à área e, a partir de 1618 passaram a investir fortemente em missões de devassa de tais reduções jesuíticas, uma vez que, a mesmas representavam um grande número de indígenas reduzidos em um mesmo local, ‘amansados’ pela catequização em curso, já introduzidos à língua geral e relativamente habituados à agricultura, elementos que tornavam tais expedições muito interessantes pelos ganhos potenciais derivados da captura e comércio desses indivíduos indígenas como força de trabalho escravizada (RIOS, 2019; TAUNAY, 1924).

Os anos 1625 e 1634 foi marcado pela fundação de várias reduções jesuíticas na Província Guairenha, ocupando as margens do Rio Tibagi, próximo às áreas de cultivo de erva-mate e, posteriormente, fundaram reduções próximas à Vila Rica, atraindo muitos grupos indígenas da região que abrigaram-se nas recém-criadas reduções, aproveitando a possibilidade de proteção jesuítica contra as práticas de escravidão dos moradores das vilas espanholas, bem como de possíveis incursões paulistas (RIOS, 2019, p. 361).

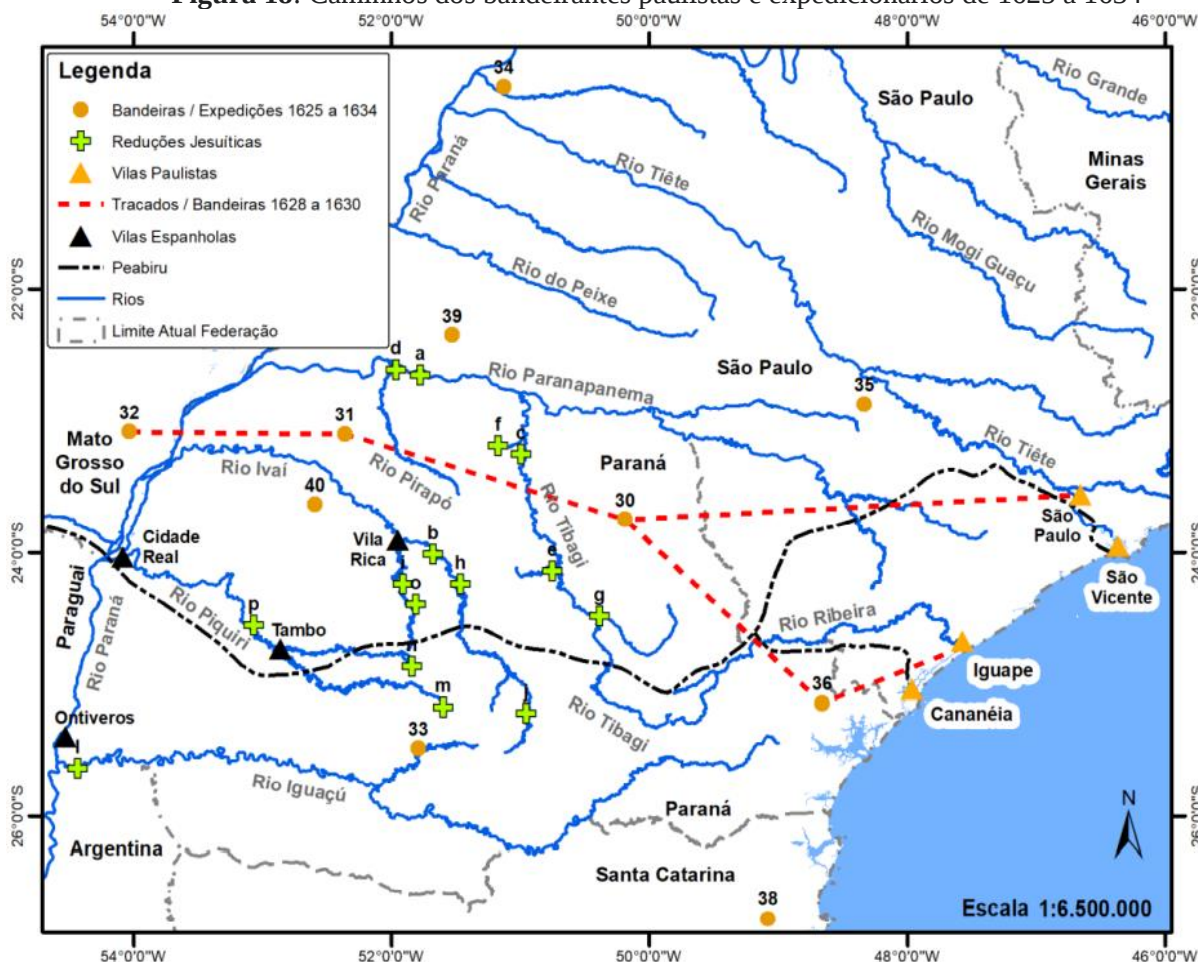
A fundação de reduções relativamente próximas entre si atraiu o interesse dos paulistas que organizaram Bandeiras para aprisionar os índios dessas reduções jesuítas. Uma das mais importantes bandeiras, foi a de 1628 que teve fundamental importância na ampliação das fronteiras sul e sudeste do país. A bandeira em questão rumava à Guayra¹⁵, tida por muitos estudiosos como inaugural do sistema de bandeiras paulistas como atualmente conhecemos, foi chefiada por Manuel Preto, mas que teve destaque estratégico e de chefia de Antônio Raposo Tavares (sua primeira bandeira).

Nas palavras de Taunay (1925, p. 95) “Não fora a ação de Antônio Raposo Tavares e a fronteira do Brasil seria hoje o Paranapanema, com o Paraguay ou a Argentina pouco importa e Matto Grosso também não nos pertenceria, sendo hispanizado pelas reduções dos Itatins”.

¹⁵ Guayra, foi inicialmente ocupada pelos jesuítas espanhóis no ano de 1556 e, desde então passou a figurar como ponto de tensão entre os colonizadores portugueses e espanhóis.

Foi graças a essa bandeira (1628 - 1629) que se ampliaram as fronteiras do Brasil, assegurando a posse dos territórios dos atuais estados do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul, saldo da destruição de treze reduções jesuíticas seguidas da expulsão de jesuítas e espanhóis do território em questão e do aprisionamento de aproximadamente cem mil indígenas (**Figura 18**).

Figura 18: Caminhos dos bandeirantes paulistas e expedicionários de 1625 a 1634



Adaptado de: Taunay, 1937, *apud*, Rios, 2019.

Os relatos documentais comprovam que entre 1628 e 1631, a densidade de Bandeiras que avançar ao sul do Rio Paranapanema foi tamanha e tão brutal que, resultaram no deslocamento de “cerca de 12.000 índios que estavam concentrados nas reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Ignácio para a região dos Tapes (próxima aos rios Paraná e Uruguai) através do rio Paraná, conduzidos pelo padre Montoya” (RIOS, 2019, p. 363); enquanto os colonos espanhóis da região cruzaram o rio Paraná e fundaram outras vilas na região paraguaia (MONTROYA, 1985, p. 134-140; TAUNAY, 1925, p. 113; 127; 142 - 144; 146 - 150).

Sabe-se ainda que, houve Bandeiras entre 1631 - 1632 (rumando à Villa Rica) e 1633 (sem precisão territorial), porém sem detalhes, aliás, sem ao menos registros na documentação portuguesa, tendo apenas os referenciais derivados de documentações espanholas:

A ausência absoluta, até hoje, de documentos portugueses referentes a tão importante acontecimento, como esse do cerco de Villa Rica pelos paulistas, não nos permite sinão conjecturas sobre os chefes bandeirantes que levaram a cabo as operações de guerra, graças às quais foram os hespanhões enxotados além Paraná, incorporando-se ao Brasil esta larga zona do sul, que legitimamente, à fé dos tratados, devia ser castelhana. Seria Antonio Raposo Tavares o promotor desta pressão contínua exercida sobre os hespanhões? Provavelmente. Na década de 1628 a 1638, caber-lhe-ia tomar a chefia dos grandes movimentos bandeirantes de S. Paulo e a sua acção decisiva se deveram certamente nos abalancamos a dizer-lo, as operações que motivaram a expulsão dos castelhanos da zona do Guayrá. Sabedores dos desastres de Villa Rica e antes que soffressem o assalto paulista deram-se pressa os habitantes de Ciudad Real em abandonar a sua povoação «aldehuella indigna por certo de aquel especioso nombre». como diz Lozano, Dentro em pouco não haveria um único branco mais naquella enorme área limitada pelo Tibagy, Paranapanema, Paraná e Iguassú, e esta ausência de civilizados ocorreria até os dias de hoje em que apenas começa o «farwest» paranaense a ser colonizado. Tal o despovoamento alli que, exterminados os fugitivos, os guaranis guayrenhos outrora tão numerosos, este desaparecimento permittiu que tribus gês de além Paraná com os Kaingangs viessem estabelecer-se naquella solo guaranítico (TAUNAY, 1925, p. 149 - 150).

A devastação foi tamanha que em 1671, a área foi redescoberta, tendo sido classificada como cidade em completa ruína e sem traços de ocupação civilizada em curso. Após a tomada de Guayra, tendo obtido êxito em seus objetivos (defesa de fronteiras e captura de indígenas), as Bandeiras passam a investir esforços em novas áreas, Taunay, 1925, defende que “a conquista do Itatim em 1632, transportou, pôde-se dizer, a nossa fronteira de Oeste do Paraná para o Paraguay e cerceou ao norte o desenvolvimento paraguayo” (TAUNAY, 1925, p. 194).

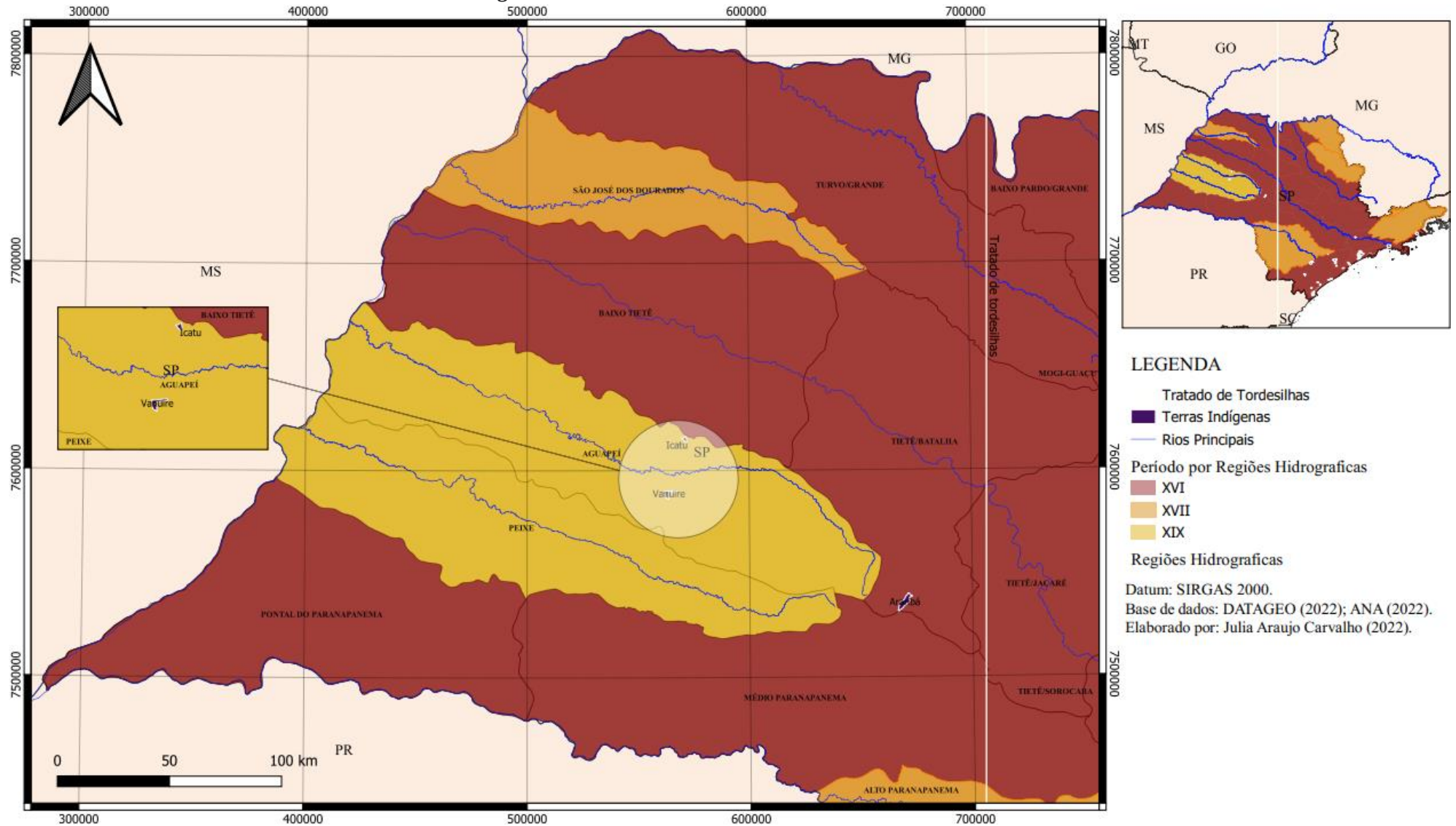
Entramos então em um grande hiato de relatos acerca da área de interesse de análise, tendo os relatos das Bandeiras efetuadas a partir de 1633, apenas o uso do registro da via fluvial adotada, sem grandes detalhes acerca das populações identificadas no trajeto, com destaque ao uso do alto curso do Tietê, o Rio Grande e alguns trechos do Paranapanema.

Diante deste hiato temporal, compilamos os dados acerca da mobilidade fluvial (**Figuras 19 e 20**) tanto dos invasores portugueses, quanto dos invasores espanhóis de modo a visualizar os trechos conhecidos e registrados pela historiografia (TAUNAY, 1937; 1924; 1925; 1930).

Figura 19: Caminhos fluviais conhecidos no estado de São Paulo e seus pontos finais no Paraná

Curso d'água	Complemento	Século	Situação de tráfego	Usuário da rota
Paraná	todo curso	XVI	Parcialmente ativa	Povos originários, Portugueses e Espanhóis
Paraná	alto curso	XVI	Parcialmente ativa	Portugueses
Guaíra	todo curso	XVI	Ativa	Espanhóis e Povos originários
Tietê	alto médio curso	XVI	Ativa	Portugueses
Grande	médio/baixo curso	XVI	Ativa	Portugueses e Povos originários
Pardo	todo curso	XVI	Ativa	Portugueses e Povos originários
Tietê	todo curso	XVI	Parcialmente ativa	Espanhóis e Povos originários
Anhambi/Anhambi	sem dados	XVI	Parcialmente ativa	Portugueses e Povos originários
Paraíba	sem dados	XVI	Parcialmente ativa	Portugueses e Povos originários
Peixe	todo o curso	XVI	Parcialmente ativa	Portugueses e Povos originários
Tibagy	todo curso	XVI	Parcialmente ativa	Espanhóis e Povos originários
Paranapanema	todo curso	XVI	Ativa	Povos originários
Paranaguá	sem dados	XVI	Parcialmente ativa	Povos originários, Portugueses e Espanhóis
Paranapanema	baixo/médio curso	XVII	Parcialmente ativa	Espanhóis
Tietê	todo o curso	XVII	Ativa	Portugueses
Paranapanema	médio/baixo curso	XVII	Parcialmente ativa	Portugueses
Rio das Velhas	sem dados	XVII	Parcialmente ativa	Portugueses e Povos originários
Guaíra	todo o curso	XVII	Ativa	Portugueses
Paranapanema	todo o curso	XVII	Paralisada	Espanhóis e Portugueses
Peixe	todo o curso	XIX	Paralisada	Espanhóis e Portugueses
Tibagy	todo o curso	XVIII	Paralisada	Espanhóis e Portugueses

Figura 20: Caminhos fluviais conhecidos no estado de São Paulo



Elaborado por: A autora (2022). **Fonte:** Montoya, 1885; Sampaio, 1890; Taunay, 1937; 1924; 1925; 1930; Brasil, 1948; Campestrini; Guimarães, 1991.

Analisando os caminhos fluviais adotados pelos invasores europeus, em conjunto com a documentação advinda dos fundos históricos consultados, observamos que:

- 1) Grande parte dos rios que cortam o dito Sertão Paulista já no século XVI eram utilizados para navegação e, possui registros com dados que afirmam a presença de povos originários na região, logo a cartografia que se tem acesso sobre a região, até o momento presente, não considera tais dados, muito embora, não possamos precisar as motivações que explicam tal fenômeno;
- 2) Os invasores europeus não possuíam conhecimento e tecnologia náutica compatível às condições de navegação presentes em território nacional, de modo que, geralmente, se utilizavam das conexões estabelecidas sobretudo com os Guarani para estruturar suas estratégias de navegação e interiorização territorial;
- 3) Os caminhos fluviais desde sua implementação foram utilizados pelos invasores europeus com objetivo de tomada de terras e violação de modos de vida;
- 4) O tempo de assimilação da tecnologia originária de navegação não foi o mesmo entre os grupos invasores, tal fato tem como plano de fundo, elementos próprios da geomorfologia do terreno em que cada grupo se encontrava, facilitando ou não a adoção das vias fluviais e ainda, o tipo de relação estabelecida entre os povos originários que se tinha contato;
- 5) O fato de que muitos trechos fluviais se configuraram como parcialmente ativos, seja pela frequência inconsistente de missões de incursão que se utilizavam do curso ou pela adoção de rotas alternativas em alguns trechos de difícil navegação, possibilitou que, tais áreas assistissem à uma fluidez territorial por parte dos povos originários mais densa, onde estes se moviam hora por fuga, hora pela necessidade de realocar-se distante das interferências causadas pela presença dos invasores;
- 6) Os trechos que foram paralisados durante os séculos XVII e XVIII acabaram por configurar, novas áreas de fluidez dos povos originários, dessa vez advindos dos atuais estados de Goiás, Minas Gerais, e Mato Grosso do Sul que, desde o terceiro quartel do século XVI, vinham lidando com o avanço das bandeiras que rumavam inicialmente à Miranda e, posteriormente, aos países vizinhos de Latinoamérica.

Sobre o hiato de dados, Azevedo atribui a dificuldade de adentrar o território do planalto paulista a ferocidade dos indígenas que ali habitavam e resistiam, bem como os interesses econômicos vigentes, sobre o planalto, em suas palavras “o que impeliu os paulistas, no

movimento das bandeiras, e, em consequência, o avanço para o sertão e a expansão territorial, foram no século XVII e nos primórdios do XVIII, a caçada aos índios e a exploração do ouro” (AZEVEDO, 1950, p. 101). Destacamos ainda que, entre o terceiro quartel do século XVII e o século XVIII o foco das expedições bandeirantes se encontrava na atual região do nordeste brasileiro e na contenção das revoltas que se ocorreram na zona da mata e agreste, abrangendo a atual região do nordeste brasileiro e parte do norte, centro-oeste e sudeste.

“Em 1750 os bandeirantes haviam dilatado as fronteiras do Brasil até os rios Paraguai, Guaporé e Javari, o que dava ao país configuração aproximada à de hoje” (BRASIL, 1948, p. 12), entendendo que o Tratado de Tordesilhas já não mais seria útil para definição dos limites territoriais das colônias em América, os reis de Portugal e Espanha se puseram a estabelecer novos limites baseados no princípio "Uti possidetis" em que, o domínio das terras seria definido pela coroa sob a qual esta, a terra, se via ocupada. De modo que “o Tratado assinado em Madrid consolidou as conquistas territoriais dos bandeirantes, conservando as colônias da América” (BRASIL, 1948, p. 12).

Os bandeirantes percorreram os mais remotos sertões do país em busca de ouro e pedras preciosas, desbravando as terras do interior do país; se utilizaram de picadas de indígenas nos trechos por terra e, de tecnologia e conhecimento indígena nos trechos fluviais. Pelo Rio Paraná penetraram no que antes era tido como território paraguaio, interiorizando o território nacional para os atuais estados do Paraná e Santa Catarina ao sul; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no centro-oeste e Rondônia ao norte do país. Em suas incursões, estiveram ainda em terras internacionais, com passagens registradas na Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru, tendo neste último atingido o feito de alcançar o Oceano Pacífico (BRASIL, 1948).

Sobre o ciclo do ouro e o dito “sertão paulista”, Taunay (1924) explica que, muito embora tenha se verificado a retração da presença paulista na região a estes, muito interessava que “dos campos meridionais lhe viessem boiadas e muladas para abastecimento próprio e dos territórios auríferos” (TAUNAY, 1924, p. 205), dessa lucrativa demanda, estabelecem-se as estradas boiadeiras do sul do país ainda no primeiro quartel do século XVIII.

Sabe-se ainda que, para além das pressões territoriais exercidas nas terras planálticas do sul durante os séculos XVII e XVIII - anunciadas por Taunay- a declaração de ‘Guerra justa’ inicialmente aos Botocudos do sul (Paraná) e sudeste (Minas Gerais) do atual Estado brasileiro auxiliou fortemente a potencialização dos processos de fluidez territorial voltados ao avanço

dos grupos Jê¹⁶, advindos sobretudo do estado do Paraná sobre a porção planáltica do território paulista.

Ainda durante o hiato de registros, no outro extremo dessa porção territorial (planalto ocidental paulista), as pressões se davam pelo avanço das incursões bandeirantes que rumavam à Cuiabá, bem como a terras internacionais, como anteriormente citado e, posteriormente pelo avanço das linhas telegráficas e de transporte ferroviário, de modo que, uma vez mais as terras do oeste paulista figuravam uma boa alternativa de deslocamento ao grupos enfraquecidos pelas constantes resistências (**Figura 21**).

¹⁶De acordo com o Instituto Socioambiental, por meio de sua plataforma virtual Povos Indígenas do Brasil – PIB, as etnias que compõem a família Jê, advinda do tronco linguístico Macro-Jê são: Akwén; Apinayé; Suyá; Timbira; Panará; Xoklég; Kaingang e; Kayapó, sendo as três últimas etnias cuja presença ancestral é reconhecida pela grande maioria dos referenciais bibliográficos das mais diversas áreas do conhecimento, juntamente com as etnias Guaraní Caiuá e Nhandeva. Anexamos ainda o esquema fornecido pela plataforma de modo a atentar que, tanto os Krenak que, vieram a fixar-se posteriormente no território em questão, quanto os Ofayé, cuja presença em território paulista, embora não comprovada por documentação é frequentemente relatada na área imediata ao Rio Paraná também integram o tronco linguístico Macro-Jê.

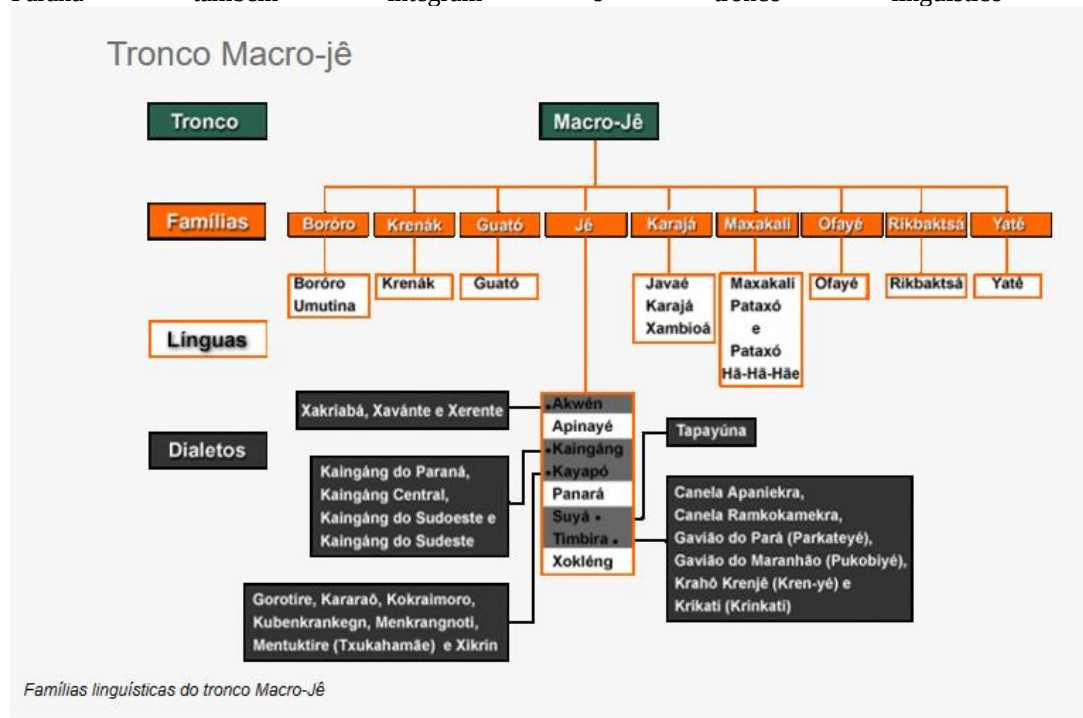
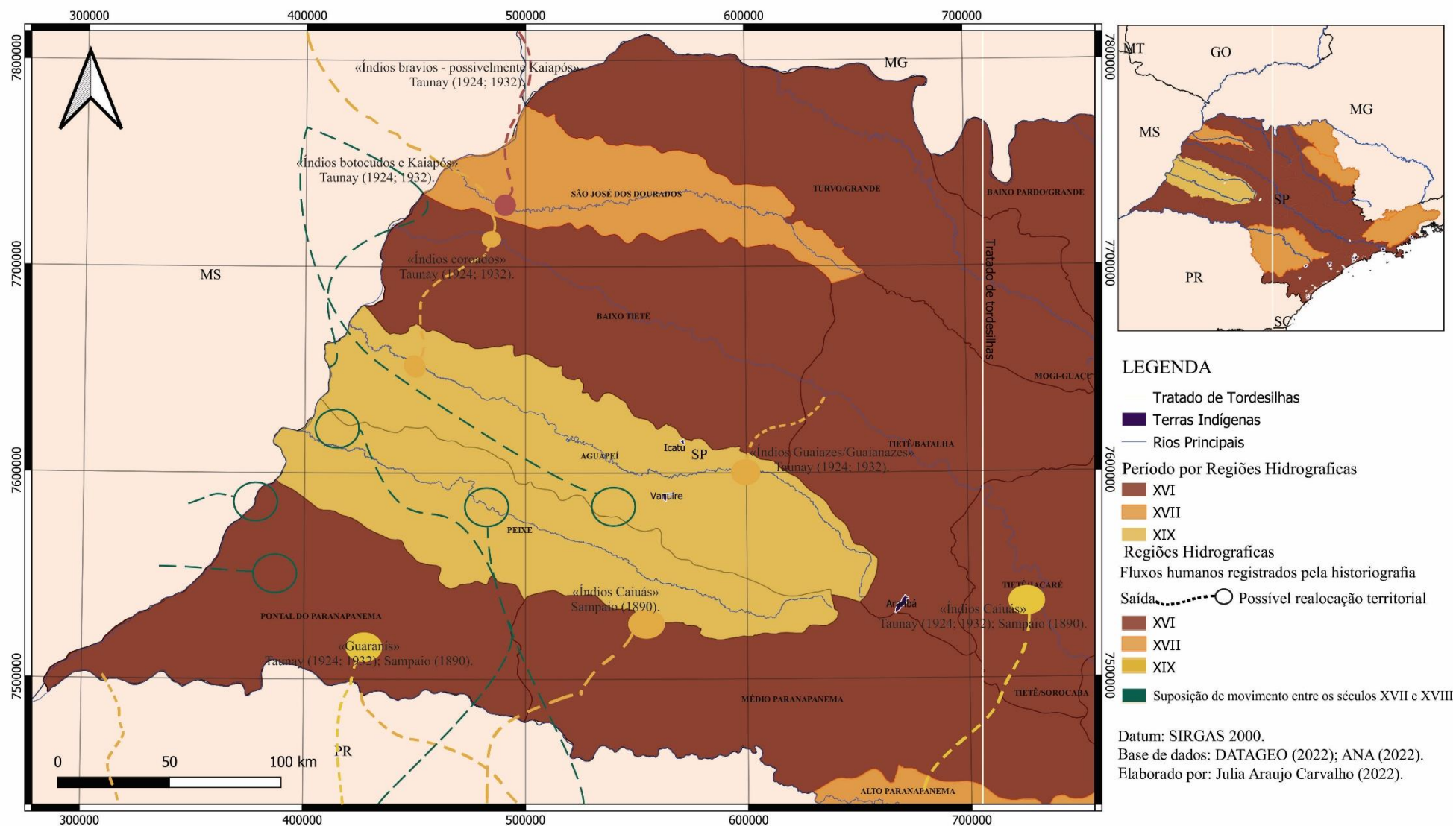


Figura 21: Registros etnográficos de deslocamentos indígenas pelo oeste paulista



Elaborado por: A autora (2022). **Fonte:** Montoya, 1885; Sampaio, 1890; Taunay, 1937; 1924; 1925; 1930; Brasil, 1948; Campestrini; Guimarães, 1991.

A Figura 21 evidencia o possível movimento de diversos grupamentos indígenas derivado das constantes pressões territoriais exercida que, conduziram os Jês a avançarem sobre o território paulista; entendendo que alguns indivíduos e/ou famílias dos grupos em questão podem ter convertido o território paulista em território ancestral e, por conseguinte, extensão cosmogônica, política e identitária de seus territórios originários. (TAUNAY, 1924; 1925; 1937).

Azevedo, 1950, p. 103, complementa ainda que, a importância econômica e territorial no sentido da expansão fronteiriça acompanhada da caça e captura de indígenas e descoberta de minas, representada pelo bandeirantismo nos séculos XVII e XVIII, foi substituída pelo café no século XIX que, se aproveitou das terras ‘conquistadas’ pelos bandeirantes para expandir sua área produtiva.

A marcha para o Oeste - economia, eugenia e o discurso civilizador

Pela densidade das matas e pela fúria dos indígenas (inferida a partir dos relatos dos sertanejos, caçadores e “índios mansos”), pouco conseguiu adentrar a “Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo” aos interiores do “sertão paulista” na da região dos Agudos¹⁷ e do vale do Rio do Peixe, porém por meio da observação comparativa, infere-se que as terras entre o Rio do Peixe e o Rio Paranapanema possuem “lençóis de rocha eruptiva de que se origina a Terra Roxa, é de crer que a atitude aí inferior e das outras Chapada. Aqui nós temos referidos, mas ainda assim, suponho que se acha em Horizonte bastante elevado e apto para a cultura do café” (SAMPAIO, 1890, p. 104).

Ao descrever a ocupação regional, Sampaio, 1890 discorre, “É certo que populações novamente imigradas se têm ido estabelecer, do lado paulista, para além da Laranja Doce Rio, já inferior ao Tibagy, e que a conquista destes sertões por esse lado, segue rapidamente” (SAMPAIO, 1890, p. 102); explica ainda que, a população imigrante é quase toda oriunda do sul de Minas, que juntamente de suas famílias, migrou para a região continuamente desde a falência do ciclo do ouro até pelo menos 1886; além disso, descreve que os grupos mais bravios,

¹⁷ “A região dos Agudos denominação, que abrange vasto território entre o Rio Tietê e Paranapanema ao oeste de Lençóis” (SAMPAIO, 1890, p. 88).

segundo os relatos coletados, se encontram em ambas as margens do Paranapanema, bem como Tibagy e Rio do Peixe (SAMPAIO, 1890; ABREU, 1972¹⁸; LEITE, 1998).

É Teodoro Sampaio que, ao identificar o vale do Rio do Peixe, região totalmente composta de terras devolutas que, sugere a instalação de reserva indígena:

No vale do Rio do Peixe, todo o território em poder dos índios parece-nos devoluto salvo qualquer concessão antiga ignorada. É aí, nesse vasto território que o governo ainda a imitação dos E.U.A podia mandar demarcar extensa área reservada aos índios. Os quais sobre proteção dos aldeamentos ou das missões, se tornariam donos efetivos de uma pequena fração ao menos desse vastíssimo território de que vão sendo esbulhados dia por dia (SAMPAIO, 1890, p. 114).

A instalação de reserva indígena como sugerida na produção de Teodoro Sampaio (1890), reuniria as mais diversas etnias da região em um território comum, cujas terras estariam em posse do Estado - não produzindo disputas de propriedade ou ainda necessidade de compensações - e cuja localização não produziria grandes impasses na interiorização das linhas férreas, bem como no avanço e aprimoramento da via fluvial do Paranapanema (SAMPAIO, 1890, p. 113 - 118).

Para ele, tal mecanismo, não só garantiria a minimização dos conflitos e mortes derivadas das disputas territoriais, como também, facilitaria a interiorização da linha férrea Sorocabana que todavia não havia penetrado no vale do Paranapanema, com seu objetivo principal de escoadouro produtivo da região; ao mesmo tempo, potencializaria o avanço desenvolvimentista das hidrovias pelo vale do Paranapanema, bem como a ampliação e melhoramento das linhas telegráficas com destino à Miranda (SAMPAIO, 1890, p. 115 - 119).

A soma de tais meios de transporte, somados às estradas boiadeiras já estabelecidas além da Serra do Diabo, possibilitaria um avanço expressivo na velocidade do trânsito de cargas, pessoas e informações entre os estados de São Paulo, Mato Grosso (atual MT e MS), bem como toda a região sul do país, sobretudo o estado do Paraná (SAMPAIO, 1890, p. 120 - 123; ABREU, 1972, p. 25).

Sobre o povoamento originário da região Sampaio, 1980, admite imprecisão na densidade populacional da região, tendo relatos que vão de aproximadamente 2000 indivíduos

¹⁸ Muito embora, reconheçamos a importância do contributo de Dióres Abreu, entendemos que, sua conduta política em muito se afasta dos princípios por nós aqui defendidos, de modo que, sempre que possível, não o citamos.

à 10000 indivíduos para cada um dos três grupos identificados: os Coroados; Caiuás; Xavantes (soma-se aos Xavante alguns possíveis Guaranis):

- 1) Coroados - “é robusto e entroncado, de estatura média ou pouco abaixo da média, cabeça grande, rosto largo com os maxilares muito desenvolvidos. Olhos pequenos e vivíssimos, é o índio mais feio e mais audaz destas paragens” (SAMPAIO, 1890, p. 124).
- 2) Caiuá - “é um índio forte e de melhor aparência do que o coroados. De índole mais branda, mais comunicativo, o Caiuá é o mais numeroso dos grupos estabelecidos no vale do Paranapanema” (SAMPAIO, 1890, p. 125).
- 3) Xavante - “são índios do campo e vivem exclusivamente do que nele há. São de tez escura, quase negra, sujos e mais feios do que os Caiuá (SAMPAIO, 1890, p. 126).

Quanto a fixação territorial ele localiza os Coroados e Caiuás entre os rios Ivaí e Paranapanema com um esquema de mobilidade territorial que abrange desde o vale do Rio do Peixe até as margens do Rio Tietê; Os Xavante por sua vez, teriam por hábito ocupar áreas de campo, próximos às entradas da Mata Atlântica, raramente sendo observados nas proximidades dos rios (SAMPAIO, 1890, p. 124 - 130; TAUNAY, 1941, p. 186; ABREU; 1972, p. 15).

Os dados de tal expedição foram utilizados tanto pelo governo do estado de São Paulo, quanto pelo governo federal para divulgar, planejar e impulsionar a ocupação regional que fora pautado na produção cafeeira (BRASIL, 1948; AZEVEDO, 1950; TAUNAY, 1941; 1943(?)).

Desde os anos do Primeiro Império, como vimos, cresce imenso o cafézal brasileiro, ocupando áreas cada vez maiores na província fluminense, na Mata de Minas e no norte de S. Paulo. Enormes superfícies magnificamente florestadas haviam sido tomadas de assalto pelas lavouras da rubiácea. (..) inspeção das diversas cartas geográficas da região centro meridional do Império, os mapas sucessivamente impressos, onde vemos os núcleos de população, vilas e cidades surgirem rapidamente em zonas onde, havia bem pouco, reinava a solidão e vagueavam índios. Posseiros derrubavam a mata e abriam lavouras que, dentro em breve, os enriqueceriam. Cada vez mais intenso o apelo ao avolumamento dos braços, reclamados pelos cafêzais novos. Ignitas violências se praticaram nos distritos recentemente conquistados pelos cafêzais, como era inevitável que assim sucedesse, pois sempre ocorre em terras desertas que se afeiçoam à civilização (TAUNAY, 1943(?), p. 117).

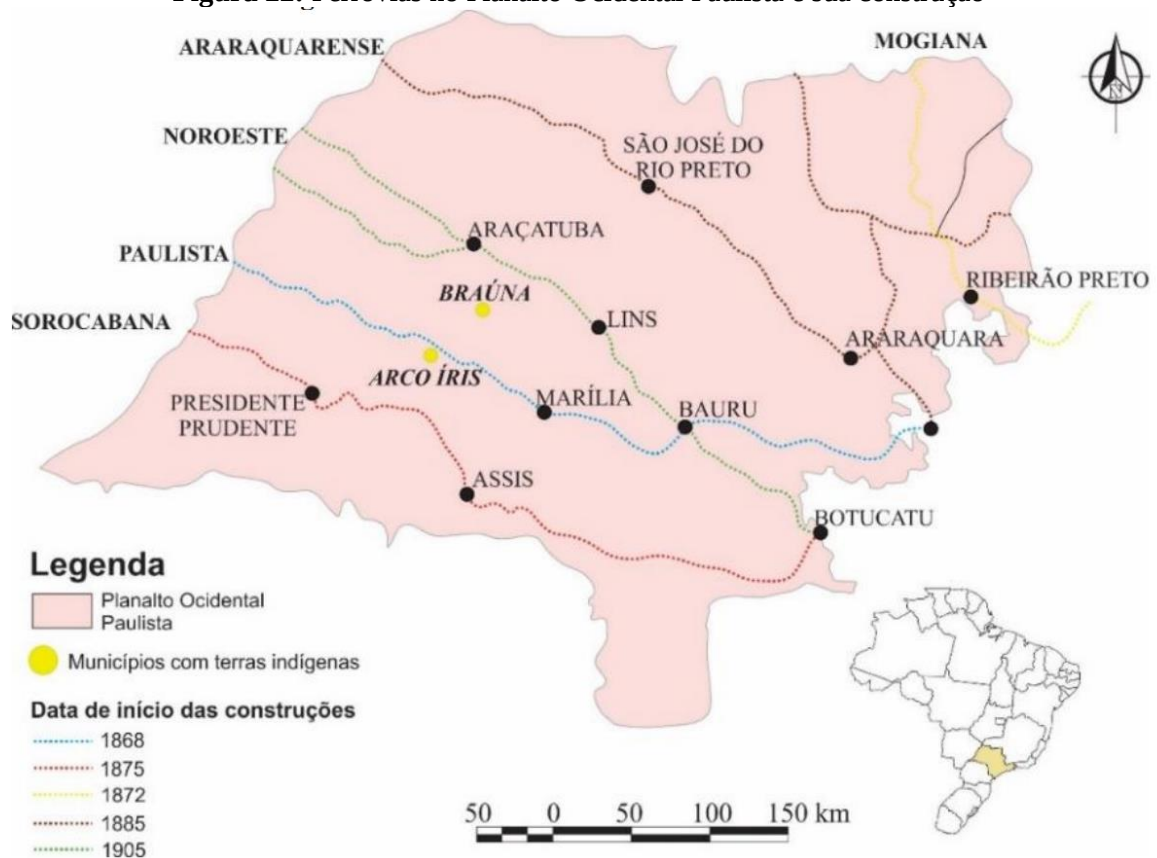
A necessidade de maiores áreas produtoras, gerou a necessidade de mecanismos de transporte de cargas mais efetivos, de modo que, financiadas pelos grandes ganhos do café, surgem as primeiras grandes ferrovias nacionais, constituindo verdadeiras estradas de café sobre aquilo que a princípio fora picada de indígenas mata adentro. O café, que nos últimos anos do império chegaram a representar 57% da produção mundial, na última década do século XIX atingiu a marca de 66% que, somada a enorme valorização fictícia de terras e lavouras, assim como a intensa propaganda e estímulo estatal pela interiorização produtiva no oeste paulista, conduziram não só a ocupação regional como a necessidade de estabelecer-se um mecanismo efetivo de fixação produtiva em território até então quase que exclusivamente indígena (TAUNAY, 1943(?), p. 237 - 260).

Taunay, 1941; 1943(?), ao analisar a decadência do café no Brasil, sugere que, a expansão e, decorrente massacre deliberado dos povos originários poderia ter sido evitado ou em um cenário mais realista, ter tido menores proporções, se não fosse o denso trabalho de publicidade e estímulo por parte do estado de São Paulo:

Escreve Simonsen: “À mentalidade gerada entre os agricultores de que pelas sucessivas intervenções oficiais acabariam saindo das dificuldades, estimulava a ausência de uma política governamental que os esclarecesse sobre os perigos econômicos decorrentes da manutenção do estado de superprodução cafeeira. Assim, não obstante a dura experiência do começo do século, o café se alastrara por todas as zonas do oeste paulista”. Invadira a rude mata de extensa região, onde, ainda em princípios do século XX, vaguearam Kaingangs e Caiuás apossando-se de quanto solo havia propício à vida da rubiácea”. Segundo as mais recentes estatísticas, estavam as zonas da Noroeste, da Alta Paulista e da Sorocabana, e as de Aguapei, de S. Anastácio, do Peixe, do Tietê e do Paranapanema, produzindo 60% do café paulista. Graças às estradas de ferro e de rodagem, às construções civis das primeiras zonas cafeeiras do oeste paulista, como a da grande mancha de Ribeirão Preto, não se verifica, propriamente, nas chamadas zonas cansadas, a grande decadência registrada no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais (TAUNAY, 1943(?), p. 525).

O trecho acima apresentado, evidencia uma série de elementos para além do grande sucesso da produção cafeeira na região e a dependência da manutenção desta para com as intervenções oficiais; também denuncia a grilagem e ocupação de terras devolutas e o desrespeito sistemático das demarcações de terras indígenas realizadas no início do século XX, dado que se confirma pelo traçado final das ferrovias no estado de São Paulo (**Figura 22**).

Figura 22: Ferrovias no Planalto Ocidental Paulista e sua construção



Fonte: Faccio, 2019.

Os planos de eugenia do Estado que, previa a supressão da identidade negra e indígena por meio dos matrimônios interracialis e relações de permuta cultural, potencializadas por um discurso civilizador e de prosperidade econômica aos imigrantes europeus e, conseqüentemente à nação e o cenário criado propício à produção cafeeira em um curto/médio prazo, conduziram ao fortalecimento do ideal já enraizado de uma sociedade colonialista que, valoriza os ganhos próprios em detrimento da vida da outriedade.

Um exercício de síntese

Os bandeirantes percorreram os mais remotos sertões do país em busca de ouro e pedras preciosas, desbravando as terras do interior de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além de suas incursões pelo Peru (tendo Antonio Castanho alcançado o Oceano Pacífico), Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai (TAUNAY, 1937; BRASIL, 1948).

A conquista dos sertões brasileiros foi sempre baseada no sentido do curso dos rios, que convidavam à penetração no interior, como verdadeiras estradas [...] O rio Tietê foi o caminho que os levou ao interior; por ele alcançaram o Paraná e, pelos afluentes dêste, os campos de Mato Grosso (BRASIL, 1948, p. 10).

Não se pode relativizar o grande feito territorial dos bandeirantes, ora, não fosse por eles pouco ou nada teria se interiorizado o país além dos limites do Tratado de Tordesilhas, e seu limite inferior estaria contido pelo Paranapanema em seu leito paulista. De igual grandeza foram as atrocidades cometidas por estes personagens históricos em nome do crescimento econômico e territorial da colônia.

As definições territoriais do Brasil da atualidade, foram obtidas por meio de muito espólio, expropriação, violências e chacinas. A história do país foi escrita à sangue.

No que diz respeito, ao dito sertão paulista, é importante considerar que, muito embora, a documentação reafirme reiteradas vezes a dificuldade da interiorização da área, a mesma também documenta e estabelece que, desde meados do século XVI, os agentes invasores europeus já possuíam conhecimento mínimo da topografia regional, bem como faziam uso da hidrologia como recurso de transporte e localização e tinham conhecimento dos territórios originários ocupados e dos fluxos territoriais estabelecidos por estes seja por motivos bélicos, seja por motivos culturais.

Significa dizer que, diferentemente do que contam os mapas históricos do século XIX e XX, a área não é desconhecida, tampouco despovoada, de modo que se evidenciam os interesses de tal registro como estratégia político-econômica-populacional do governo do estado de São Paulo.

Se avançarmos a análise aos anos iniciais do século XX, observamos ainda que, o estabelecimento de políticas indigenistas no âmbito nacional, seguiram o mesmo padrão das políticas instituídas na ordem do estado de São Paulo. Tendo a gestão e o protecionismo dos povos originários como plano de fundo para a redução territorial e liberação de terras férteis para impulsionamento da economia cafeeira, bem como da pecuária, ambas voltadas para o mercado externo e atrelando valor ao produto por meio do ideal publicizado pelos veículos de massa de atenção e respeito aos povos originários.

Voltemos finalmente à Figura 2, apresentada na introdução desse documento, bem como, as Figuras 9, 10, 11 e 12. Nelas observamos que, o ‘sertão despovoado’ ou ainda ‘sertão paulista’, termo por nós utilizado na construção deste capítulo, corresponde à uma área cuja ocupação indígena é registrada somente a partir da última década do século XIX nos trabalhos

de Curt-Nimuendaju, corroborando com o ideal de território despovoado e, simultaneamente, negando todo o aparato documental por nós apresentado.

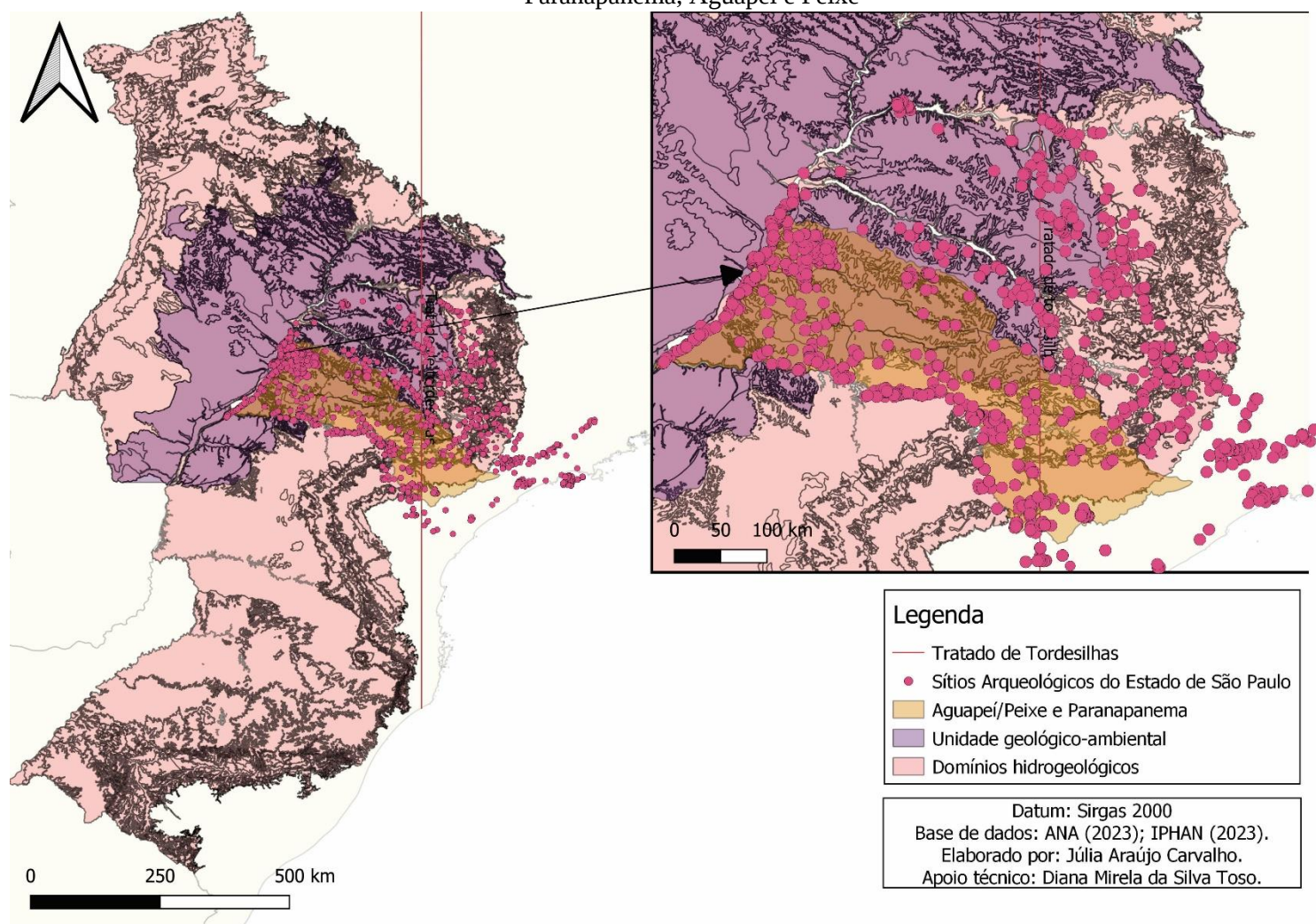
Não nos aventuramos ao exercício de inferir as motivações de tal incompatibilidade, mas, evidenciamos aqui, a grave lacuna e falha histórica que, ao assumir Curt-Nimuendaju como referencial principal nos estudos de dispersão originária no território nacional, negamos pelo menos duzentos anos de diversidade e resistência em terras que seguem até a atualidade sob os holofotes do capital monocultor e grileiro, seja ele o café do século XIX, o algodão, as leguminosas e cana do século XX ou ainda a cana, a soja e o gado do século XXI.

Isso não significa que o referencial não seja rico e extremamente importante no vislumbre de um passado diverso da nação, mas, este não se configura como referencial suficiente para analisar a complexidade da ocupação regional do Oeste paulista.

Além disso, a análise estrutural de todos os dados coletados e supracitados, somada aos debates atuais do LAG acerca das diversas hipóteses do panorama arqueológico regional, nos conduziu a defender que para além dos povos que tinham na região parte integrante de seu território originário, povos outros aqui se ancestralizaram a partir dos processos de resistência e resiliência cultural e territorial derivadas das violentas frentes de saque, morte e subtração territorial exercidas pelos diferentes invasores desde o Século XVI que, ora forçavam o deslocamento de etnias completas seja por supressão da Mata, por frentes de combate belicoso, emboscadas com fins de sequestros ou ainda pelo afugentamento da caça disponível; ora forçavam tais processos por vias burocráticas, com mecanismos de deslocamento forçado e aprisionamento de indivíduos ou ainda de formação de aldeamentos e reduções.

A soma de tais percepções geoarqueológicas, com os dados historiográficos aqui elencados, conduzem então a crença de que os aspectos físicos do terreno que tanto dificultaram a penetração territorial dos invasores; somada ao ostracismo político-econômico da região derivado das novas demandas imputadas durante os séculos XVII e XVIII pelo ciclo do ouro, bem como os levantes e conflitos bélicos entre os séculos XVIII e XIX, tiraram o foco nacional da região, tornando tal parcela um abrigo potencial para os povos já fragilizados pelo longo processo de resistência, sendo o oeste paulista, mais especificamente a faixa territorial composta pelos Rios Paranapanema, Aguapeí e Peixe (cuja relação de navegabilidade reduzida e/ou tardia pode ser constatada na Figura 19), um grande território ancestral de resistência originária e que, atualmente segue sendo uma das frentes de maior resistência (no âmbito rural) do Estado de São Paulo (**Figura 23**).

Figura 23: Sítios Arqueológicos do Estado de São Paulo com destaque aos Rios Paranapanema, Aguapeí e Peixe



Elaborado por: A autora (2023) **Fonte:** IPHAN (2023); ANA (2022); PERES (2020).

Evidencio ainda que, os direitos de reivindicação territorial indígena não sofrem interferência legal diante dos Sítios Arqueológicos datados do período colonial, uma vez que, as datações arqueológicas são obtidas majoritariamente a partir da técnica de termoluminescência que indica a última exposição a temperaturas elevadas da amostra de material cerâmico, evidenciando assim, o período último que se observou a presença de grupo em dado local; além disso, a ancestralização territorial ocorre pela impressão de carga cultural-identitária sobre e com a Terra. Tais processos são contínuos e, anteriores à firma do Tratado de Madrid (1750), de modo que, até meados do Século XVIII, se quer tratava-se de parcela territorial pertencente ao atual Estado brasileiro e, conseqüentemente, anterior à Lei de Terras de 1850 e à firma da Constituição Federal de 1988, denotando assim, território tradicionalmente ocupado por Povos Originários.

Por fim, tal caracterização transposta a realidade histórico-temporal do Oeste-paulista, ganha peso adicional de análise, uma vez que, quando da Lei de Terras, esta parcela do território nacional não se encontrava inserida na lógica de ocupação e/ou cessão de uso, sendo assim, trata-se de parcela territorial majoritariamente composta de terras devolutas e griladas e que, contraditoriamente, se vê atualmente povoada de monocultivos, em contraposição com a configuração original do território que, assim como evidencia a Figura 23, caracteriza-se como território ancestral diverso e amplamente povoado por diversos grupos de pelo menos cinco grupos étnicos originários distintos.

POLÍTICAS INDIGENISTAS: APROXIMAÇÕES NO TEMPO-ESPAÇO

Por que debruçar-se sobre a política indigenista?

A nação brasileira, historiografada desde 1493, sempre contou com a presença dos povos da terra que até 1522 eram tidos como força de trabalho barata e conveniente dada às habilidades de retirada do pau-brasil em diferentes pontos do território então desconhecido pelos invasores portugueses e pagamento em escambo de produtos simples (BRASIL, 1948).

Posteriormente esses indígenas converteram-se em força de trabalho escrava, estratégia rapidamente substituída pela força de trabalho negra escravizada, uma vez que o amplo conhecimento do território os permitia fugir com facilidade (RIBEIRO, 1962; IBGE, 2008).

Converteram-se então em folhas em branco, passíveis de socialização por meio da conversão religiosa cristã – católica. Do insucesso da catequização, os povos da terra passaram então a representar empecilho para o avanço econômico, sendo alvos da ‘guerra justa’, declarada pela primeira vez em 1808 (RIBEIRO, 1962; IBGE, 2008).

Sendo uma colônia de Portugal, não é de se admirar que a condução da temática indígena não fosse o foco da atuação da Coroa e, posteriormente, tendo o império sido estabelecido por membros da família real portuguesa, segue sendo compreensível a não existência de uma preocupação massiva em torno da questão indígena, muito embora, estes tenham sido fundamentais no processo de consolidação da federação, por meio da construção da identidade nacional.

Parece-nos importante, então, indagar “se” e “como” a instituição do modelo republicano de governo impactou e segue impactando na condução da temática indígena, uma vez que, sendo a nação algo público, torna-se direito de todos e a estes deve resguardar.

Nos primeiros anos do Brasil República coube a função de conduzir a questão indígena indicando a postura que agora o país adotaria em relação aos povos da terra. Ao mesmo tempo em que deveria produzir uma identidade nacional que representasse as massas e estabelecer um programa de desenvolvimento econômico nacional de modo a fortalecer suas relações externas.

Nos primeiros vinte anos de vida republicana nada se fez para regulamentar as relações com os índios, embora neste mesmo período a abertura de ferrovias através das matas, a navegação dos rios por barcos a vapor, a travessia dos sertões por linhas telegráficas, houvessem aberto muitas frentes de luta contra os índios, liquidando as últimas possibilidades de sobrevivência autônoma de grupos tribais independentes. Em 1910, ano da fundação do Serviço de Proteção aos Índios, largas faixas do território nacional estavam interditadas a

qualquer atividade econômica pelas lutas sangrentas que levaram tribos inteiras ao extermínio (RIBEIRO, 1962, p. 7).

A temática indígena ganhou enfoque, as populações sertanejas das frentes de expansão exigiam medidas para assegurar a conclusão das estradas de ferro, garantindo assim as condições de cultivo e escoamento do café a ser produzido por estes e pelos colonos estrangeiros que haviam recebido a outorga de uso das terras habitadas por tribos hostis (RIBEIRO, 1962, p. 8).

Era esta a situação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, interrompida algumas léguas adiante da capital de São Paulo pelos Kaingang, que infundiam o terror numa frente de 300 quilômetros ao longo daquela ferrovia e na região compreendida entre os rios Tietê, Feio, do Peixe e Paranapanema. A situação era igualmente grave nas matas do sul do Rio Doce. Ali os Botocudos se opunham de armas na mão ao devassamento do seu território tribal. [...] O extermínio dos índios era não só praticado, mas defendido e reclamado como remédio indispensável à segurança dos que construía civilização no interior do Brasil (RIBEIRO, 1962, p. 8-9).

Em contraposição à postura dos sertanejos e colonos, a população citadina, acostumada ao ideal de '*bom selvagem*' de Rousseau, era incapaz de se satisfazer com o cenário apresentado nos noticiários. Em meio a esta divisão de opiniões contrárias, coube ao Estado estabelecer uma política de intervenção que garantisse os interesses econômicos da nação ao passo que garantia a manutenção da vida daqueles que agora habitavam o status de *heróis nacionais* desde os centros urbanos. Como solução possível havia duas propostas, uma religiosa de catecismo católico e outra assistencial gerida pelo Estado (RIBEIRO, 1962; JUNQUEIRA; CARVALHO, org. 1981).

Assim, se estabelece o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, criado pelo Decreto nº 8072, em 20 de junho de 1910, prevendo uma organização que principiou em núcleos de atração aos 'índios hostis e arredios', passando a povoações destinadas a indígenas já mais habituados a costumes sedentários e, finalmente atingindo a estrutura de centros agrícolas onde, os indígenas já propícios ao trabalho rural nos moldes da sociedade vigente, deveriam receber uma gleba de terras para se instalarem junto aos sertanejos (RIBEIRO, 1962, p. 22).

O SPI atua até o ano de 1967, quando é substituído pela FUNAI. Este período, de 1910 a 1967 configura-se o período de interesse de análise para esta pesquisa somada ao período das duas últimas décadas (2002 - 2021) de modo que, é possível assim, alcançar o objetivo deste: como políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil republicano.

1. Historiografias Indigenistas

Carvalho (2021, p. 84) afirma que “é por meio da análise geográfica que se faz possível identificar o caráter político do debate territorial dos povos originários do Brasil através da análise tempo-espaço” e, a partir desta compreensão coletivizada, optamos por estruturar uma análise dos acontecimentos relevantes à população da Terra Indígena Índia Vanuïre temporalmente localizada e, referenciada nas dinâmicas governamentais de cada período de análise, períodos estes que serão apresentados no **(Quadro 1)**.

Carvalho (2021) ainda observa a possibilidade de identificação de diferentes conduções estatais no espectro temporal. No nosso caso, são elas: imperialista-colonial; imperialista; ditatorial e republicana que, tendo resguardadas suas especificidades, “possuem um trato com a terra e os povos que a ela pertencem muito bem estabelecido que nos dá elementos suficientes para adotarmos a postura de afirmar que o etnocídio no país é estratégico e estruturalmente constituído” (CARVALHO, 2021, p. 61). Para reforçar tal percepção, realizamos ainda destaques de redação para os períodos ditatoriais vivenciados pela nação brasileira e, para o período atual de governo, de modo a evidenciar a relação “Política de Governo X direito indigenista” e traçar algumas problemáticas.

Vale ainda destacar que, o critério de seleção dos acontecimentos relevantes se deu a partir da recorrência da apresentação de tais acontecimentos como marcos na análise e debate temático a partir dos referenciais bibliográficos e documentações selecionadas¹⁹. Além disso, durante o processo de construção e síntese desta análise, optou-se por apresentar o debate em cronologia sub-classificada em três fases de análise estruturadas a partir da atuação do SPI de modo a responder à pergunta de pesquisa estabelecida “como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil”. Dessa forma, a cronologia do período de 1570 a 2021 foi dividida em três fases (**Quadro 1**).

¹⁹ Os critérios de seleção de fontes documentais e bibliográficas se encontram no capítulo 1, deste documento.

Quadro 1: Fases de análise política

Fase 1 - de 1570 à 1908

Período anterior a atuação do SPI. Compreende o período colonial e imperialista brasileiro, além dos primeiros vinte (20) anos do Brasil república que neste recorte, comporta o intervalo entre os anos de 1570 e 1908. Este período tem função de contextualização temática, uma vez que não faz parte do recorte temporal em análise.

Fase 2 - 1909 à 1967

Atuação do SPI. Período que compreende a Segunda República, englobando o período da Ditadura Vargas e primeiros anos da Ditadura militar brasileira, comporta o intervalo entre os anos de 1909 e 1967.

Fase 3 - 1968 à 2021

Período posterior a atuação do SPI que, comporta o intervalo entre os anos de 1968 e 2021.

Optamos por produzir uma cronologia para cada fase, de modo a facilitar a compreensão de cada grupamento de informações sintetizadas em cada bloco de análise.

1.1 Fase 1 – de 1570 a 1908

O **Quadro 1** apresenta a cronologia de contextualização temática fase 1, a partir da seleção de acontecimentos relevantes, que demonstram como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil no período de 1908 a 1957 (**Figuras 23 e 24**).

Figura 23: Cronologia de contextualização temática correspondente a Fase 1, de 1570 a 1908

Ano	Dirigente nacional do período	Acontecimento	Síntese
1570	D. Sebastião I (1557 - 1578)	1) Primeira lei contra o cativo indígena.	Esta lei só permitia a escravização dos indígenas com a alegação de "guerra justa".
1609	Filipe II (1598–1621) Domínio espanhol	2) Lei que reafirmou a liberdade dos índios do Brasil.	Importante lei que tentou garantir novamente a liberdade dos índios, ameaçada pelos interesses dos colonos.
1686	D. Pedro II (1667–1706)	3) Decretação do "Regimento das Missões".	Estabelece a base de regulamentação do trabalho missionário e do fornecimento de força de trabalho indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará.
1697	D. Pedro II (1667–1706)	4) É encontrada a primeira jazida de ouro em território brasileiro.	Como desdobramento de tal acontecimento, o processo de interiorização do território ganha aceleração proeminente.
1755	D. Jose Emanuel (1750–1777)	5) Aprovado o Directório, que visava, através de medidas específicas, à integração do índio na vida da colônia.	O Directorio proibia definitivamente a escravidão indígena, no entanto isto não se efetivou na prática.
1758	D. Jose Emanuel (1750–1777)	6) Fim da escravidão indígena: Directorio foi estendido a toda a América Portuguesa.	Secularização da administração dos aldeamentos indígenas: abolida a escravidão, a tutela das ordens religiosas das aldeias e proclamados os nativos vassalos da Coroa.
1780	D. Pedro III (1777–1786) D. Maria I (1777–1816)	7) Tem fim o ciclo do ouro no Brasil.	Com o fim do ciclo do ouro, é imperativo ao governo estabelecer novas fontes de apropriação ²⁰ de riquezas do território nacional.
1798	D. Maria I (1777–1816) D. João VI (1792–1816)	8) Abolido o Directório.	Os ideais integracionistas do Directório serão retomados posteriormente, embora com nova roupagem via legislação do

²⁰ Adotamos o termo apropriação em detrimento do termo produção como, postura política contrária ao uso desrespeitoso dos bens advindos da Natureza e dos conhecimentos intrínsecos aos Povos da Terra.

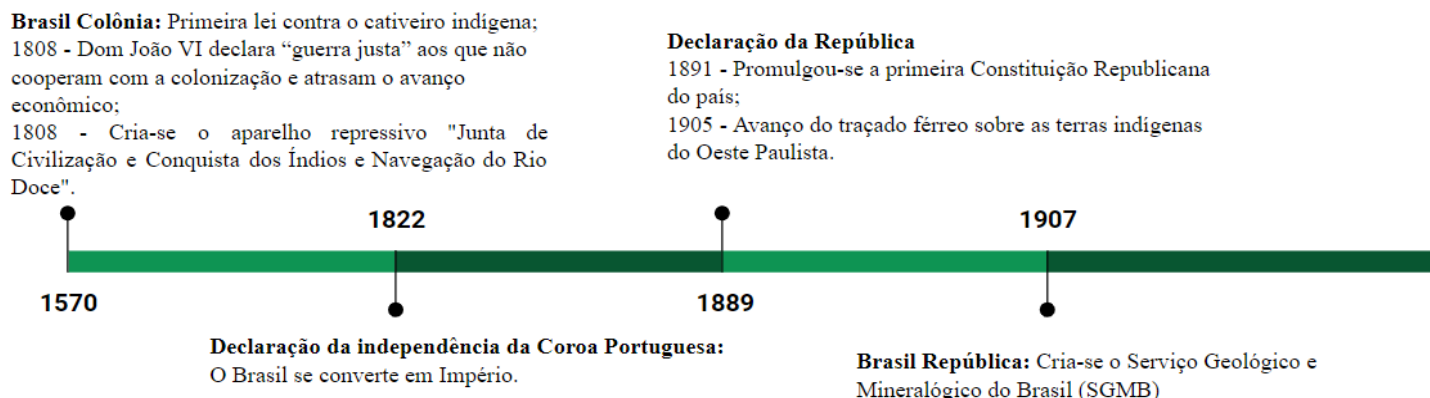
			Império Brasileiro.
1808	D. Maria I (1777–1816) D. João VI (Regente: 1792–1816)	9)Dom João VI declara “guerra justa” aos que não cooperam com a colonização e atrasam o avanço econômico; 10)Cria-se o aparelho repressivo "Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce".	A ideia de “guerra justa” é retomada, com vias dos avanços econômicos latentes e, desta vez, vem acompanhada de aparatos próprios para estimular o avanço econômico mediante “civilização” indígena.
1822	D. Pedro I (1822 - 1831)	11)Declara-se a independência nacional da Coroa Portuguesa.	Com o fim do ciclo colonial, era de se esperar que as estruturas colonialistas fossem suavizadas perante o modelo imperialista. No entanto, os moldes do Império foram inteiramente baseados no modelo anterior, de modo que não se observaram melhorias estruturais no trato dos povos tradicionais.
1845	D. Pedro II (1831 - 1889)	12)Aprovado o Regulamento das Missões.	Renova o objetivo do Directório, e visava, portanto, à "completa assimilação dos índios".
1889	Deodoro da Fonseca (1889 - 1891)	13)Declaração da República.	Com o fim do ciclo imperial, espera-se que as estruturas colonialistas sejam derrubadas, na busca pela construção de um sistema societal mais equânime. Uma vez mais, tal expectativa não se materializa, trazendo para a atualidade a consequência de uma estrutura colonialista vigente a pelo menos cinco séculos.
1891	Deodoro da Fonseca (1889 - 1891)	14)Promulga-se a primeira Constituição Republicana do país	A promulgação constitucional deveria materializar um conjunto de direitos e diretrizes que estruturasse o Estado em um modelo alternativo ao colonialista até então vigente. Uma vez mais, tal expectativa não se materializa, trazendo para a atualidade a consequência de uma estrutura colonialista vigente a pelo menos cinco séculos.

1902	Campos Salles (1898 - 1902)	15) Construção da Estrada de Ferro Vitória X Minas.	O modal ferroviário que já vinha sendo implantado desde 1835, passa a trabalhar na conexão São Paulo/Rio de Janeiro/Minas Gerais. Centros políticos e econômicos do período, é importante ressaltar que no planejamento dos traçados férreos, as populações originárias não eram consideradas outra coisa que não empecilhos para o avanço.
1905	Rodrigues Alves (1902 - 1906)	16) Avanço do traçado férreo sobre as terras indígenas do Oeste Paulista.	A literatura oficial registra o início dos conflitos entre indígenas e não-indígenas no Oeste Paulista.
1907	Afonso Pena (1906 - 1909)	17) Cria-se o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB).	O SGMB, foi um dos grandes responsáveis pelo mapeamento e ocupação dos interiores do país, elaborando não só uma base de dados geológicos e mineralógicos, como também uma base etnológica da ocupação do território.
1908	Afonso Pena (1906 - 1909)	18) Descobre-se a primeira grande jazida mineral (Hematita) em Itabira – MG; 19) Cria-se a Estação Resplendor no que viria a ser o Município de Resplendor - MG.	Como desdobramento dos trabalhos do SGMB descobre-se a jazida de hematita em Itabira e os traçados férreos são uma vez mais alterados de modo a propiciar a escoação da produção com vistas a exportação; de modo que Resplendor recebe uma estação férrea e a população originária ali residente passa a sentir ainda mais os impactos da resistência originária frente aos interesses econômicos dos governantes da Nação.

Fonte: IBGE (2008); CARVALHO (2021); ROTHEN (2017)

Organização: A autora (2022).

Figura 24: Linha temporal correspondente a fase 1 com ênfase às relações governamentais



Elaborado por: a autora (2022).

As Figuras 23 e 24 evidenciam uma relação de tensões entre aparato governamental e povos originários, bem como as escolhas estratégicas referentes aos modelos de exploração da força de trabalho indígena. Ainda mostra que o transporte de pessoas e bens estão voltados para o mercado externo.

Lima (2019) ao trabalhar política pública indigenista em período temporal equivalente discorre que, “fundamentalmente, o período imperial configura-se pela limitação sobre os direitos territoriais indígenas e consequente expropriação de seus territórios para a consequente exploração e ocupação das terras por colonos” (LIMA, 2019, p. 78 - 79). Sendo justamente os interesses na exploração econômica e ocupação de terras por colonos estrangeiros a explicação para a inexistência de relatos sobre os povos indígenas do território nacional no corpo da Constituição Imperial.

1.2 Fase 2 – de 1909 a 1967

Apresentamos a cronologia temática fase 2, a partir da seleção de acontecimentos relevantes, que demonstram como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil, no período de 1909 a 1967 (**Figuras 25 e 26**).

Figura 25: Cronologia temática correspondente a Fase 2, de 1909 a 1967.

Ano	Dirigente nacional do período	Acontecimento	Síntese
1909	Afonso Pena (1906 - 1909) Dr. Nilo Procópio Peçanha (1909 - 1910)	1)Cria-se o Sindicato Brasileiro da Hematita.	A partir das demandas imediatas, cria-se o Sindicato Brasileiro da Hematita que, tinha por fim, ordenar e garantir a efetivação dos interesses econômicos de exploração do minério.
1910	Dr. Nilo Procópio Peçanha (1909 - 1910)	2)Criação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.	Primeiro presidente afrodescendente, responsável pela criação em 1910 do SPI, que mais tarde deu origem à FUNAI, marco inicial indígena por parte do Estado.
1911	Marechal Hermes da Fonseca (1910 - 1914)	3)Vendem-se as terras do Sindicato Brasileiro da Hematita e é criada a empresa privada “Iron Ore Co.	A Iron Ore Co. herda com as terras o traçado férreo pré-existente e passa a investir ainda mais na área de modo a potencializar o escoamento da produção, agora sem os rastros dos interesses públicos em torno da tutela indígena.
1912	Marechal Hermes da Fonseca (1910 - 1914)	4)São estabelecidos acordos com os povos remanescentes do Oeste Paulista.	Tais acordos encerram em teoria os conflitos na área, no entanto sem seguridade e garantias de Terras, isso não se efetiva.
1916	Wenceslau Braz (1914 - 1918)	5)Funda-se Vanuíre, na época ainda como Posto Indígena (PI).	Enfim o pequeno grupo de Kaingang que ainda restavam foram alocados PI Vanuíre, sem maiores estruturas.
1921	Dr. Epitácio Pessoa (1919 - 1922)	6)Estima-se que 90% da população Kaingang do Oeste Paulista tenha sido exterminada.	A ausência de estruturas somada ao ideal implantado de que os indígenas do sertão, ditos bugres, eram empecilhos para a ocupação das Terras, os conflitos seguiram mesmo após a alocação destes em área delimitada.
1926	Arthur Bernardes (1922 - 1926)	7)Cria-se o entreposto Crenaque, Município de Resplendor – MG.	O traçado férreo financiado pela Iron Ore Co. avança ainda mais dentro do território Krenak e os conflitos passam a figurar tema principal dos debates indigenistas em nível nacional.

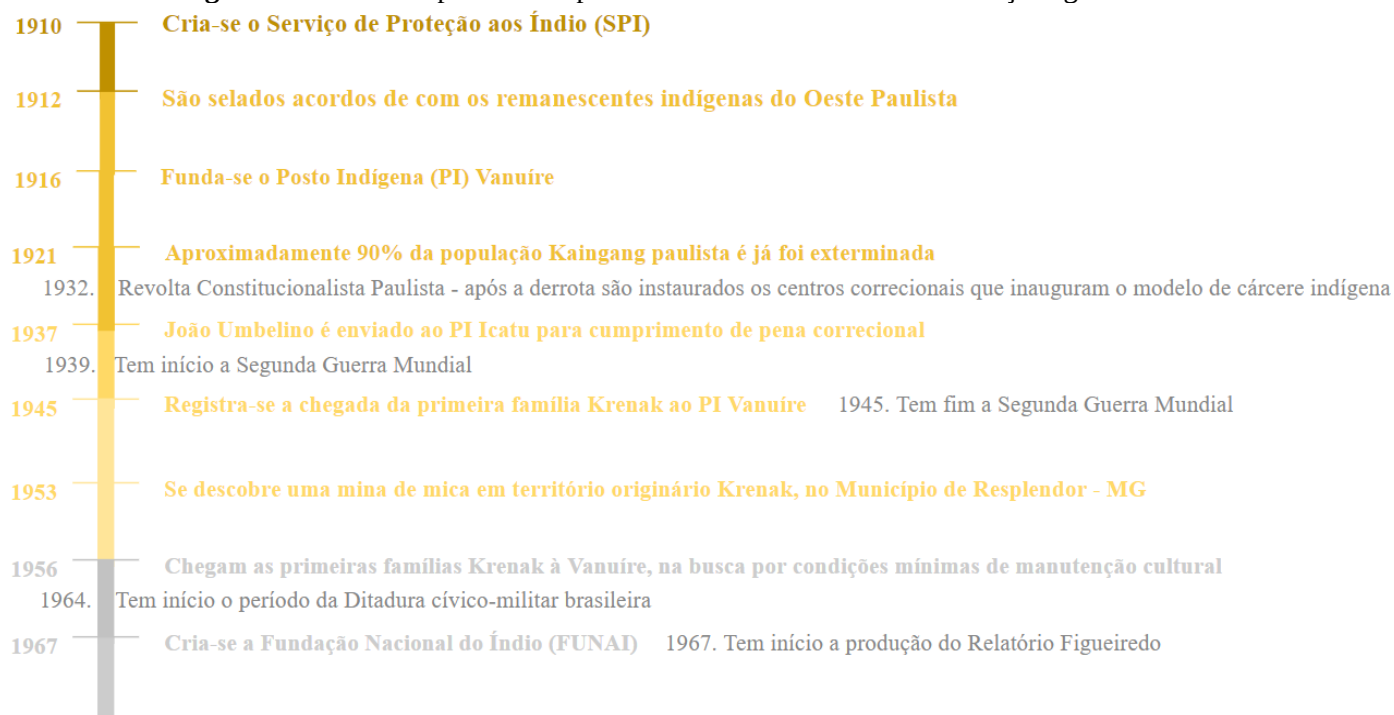
1928	Washington Luís (1926 - 1930)	8)A política de administração dos índios pela União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928.	Se estabelece relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI.
1937	Getúlio Vargas (Estado Novo - ditatorial 1937 - 1945)	9)Registra-se a transferência de João Umbelino, saindo de Resplendor - MG para o PI Icatu (Braúna - SP) para cumprimento de pena correccional.	Tal registro evidencia a prática de centros de correção e prisões temporárias já na década de 1930, com característica própria de transferência territorial de indígenas considerados arredios ou insubordinados. Esse registro especificamente, explica o fenômeno inicial da presença de Krenak há mais de 1.000km de seu território originário.
1939	Getúlio Vargas (Estado Novo - ditatorial 1937 - 1945)	10)Tem início a Segunda Guerra Mundial.	A Guerra teve grande impacto no modelo exportador do Brasil, de modo que também representou impactos na ocupação e uso das terras que já vinham passando por disputa contínua.
1942	Getúlio Vargas (Estado Novo - ditatorial 1937 - 1945)	11)É criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); 12)É criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com intuito de fortalecer a economia interna fornecendo aço e minério de ferro aos Estados Unidos da América do Norte e para a Inglaterra.	Novamente o foco volta para o estado de Minas Gerais e os impactos diretos da implantação de tais companhias nas tensões econômico-territoriais entre os Krenak e os agentes nacionais. A violência aumenta, aumentando consequentemente o número de indígenas considerados arredios e, por extensão, transferidos para os centros correccionais do interior do país.
1945	Getúlio Vargas (Estado Novo - ditatorial 1937 - 1945) José Linhares (1945 - 1946)	13)Tem fim a Segunda Guerra Mundial; 14)Registra-se a chegada da primeira família Krenak à TI Vanuíre (Comunicado da 5ª Inspeção Regional do SPI de 1948).	João Umbelino, liberado de sua sentença correccional, inicia um movimento de retorno à Resplendor que é interrompido pelas notícias de acirramento dos conflitos e acaba por fixar-se na TI Vanuíre. Temos então a primeira família Krenak fixada na TI

			Vanuíre.
1952	Getúlio Vargas (1951 - 1954)	15)Rondon criou o projeto do Parque Nacional do Xingu.	Objetivava criar uma área de proteção aos indígenas.
1953	Getúlio Vargas (1951 - 1954)	16)Descobre-se uma mina de mica dentro do território Krenak, em Resplendor - MG.	Se antes os conflitos derivados do traçado férreo sobre o território já eram intensos, com a descoberta de uma mina de mica dentro do território, os conflitos e invasões passaram a ser ainda mais constantes.
1956	Juscelino Kubitschek (1956 - 1961)	17)Chegam os primeiros Krenak em Vanuíre (historiografia oficial).	Desses processos, grupos familiares vêm ao encontro de João Umbelino e sua família, na esperança de encontrar um local para se estabelecerem temporariamente até os conflitos se acalmarem.
1964	Paschoal Ranieri Mazzilli (1964 - 1964) Mal. Humberto Castelo Branco (1964 - 1967)	18)Tem início o regime ditatorial no Brasil.	O regime ditatorial tem como característica a negação de direitos e uma forte tendência à postura facista. Sendo assim, esse modelo governamental indica um acréscimo exponencial ao cenário de violência e negação de direitos aos povos originários.
1967	Mal. Arthur da Costa e Silva (1967 - 1969)	19)Criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.	Substituiu o extinto SPI na administração das questões indígenas.

Fonte: IBGE (2008); CARVALHO (2021); RIBEIRO (1962); ROTHEN (2017)

Organização: A autora (2022).

Figura 26: Linha temporal correspondente a fase 2 com ênfase às relações governamentais



Elaborado por: a autora (2022).

A Figura 25, evidência tensionamentos entre aparato governamental e povos originários a partir das escolhas estratégicas governamentais. A Figura 26 torna ainda mais evidente a relação entre as escolhas referentes aos modais de transporte e modelos de economia e os tensionamentos para com os povos originários, ao apresentar que entre 1910 (quando do início da atuação do SPI) e 1921, um intervalo de 11 anos, registra-se que os indígenas do Oeste paulista não só foram reduzidos, ‘pacificados’ e realocados, como seguiram sendo exterminados, uma vez que, concomitantemente ao processo de ‘pacificação’ atua sobre a região processos de manutenção da colonialidade, onde os indígenas passam a figurar obstáculo ao avanço econômico regional.

Outro elemento observável é a inserção da militarização da gestão indígena (1969) que tem início já no surgimento do SPI, e se desdobra com o tempo a ponto de ter-se a implantação de reformatórios indígenas/centros correcionais dentro dos Postos Indígenas, centros estes que abriram brecha para violações graves dos Direitos Humanos em pleno século XX, como viria a denunciar-se posteriormente via Relatório Figueiredo (1968).

Por fim, destacamos a ocorrência espontânea de um segundo ciclo de migração interna dos Krenak para Vanuïre, de modo a atentar a efetividade das estratégias de desarticulação dos ditos ‘Índios hostis’ de cada PI, que eram conduzidos com suas famílias a PIs distantes de seus territórios originários e preferencialmente para cumprimento de pena correcional e,

posteriormente ao cumprimento da pena, tinham o retorno ao seu PI dificultado, de modo que por vezes, acabavam por fixar-se ainda que, temporariamente, em outros PI.

Foi desse processo de fixação temporária que chega a primeira família Krenak à Vanuíre e, é desse processo, somado à acentuação dos conflitos em Resplendor que, derivam os ciclos de migração posteriores.

Sobre isso, Pinheiro (1999) e Lima (2019) afirmam que os interesses dos grupos influentes na sociedade, bem como dos atores do governo, estavam direcionados sobre as riquezas presentes nos territórios indígenas e, em benefício de seus interesses, fazia-se uso das políticas de pacificação que retiravam os indígenas de suas terras. Entre as décadas de 1930 e 1940 “muitas aldeias foram transformadas em “colônias disciplinares” e indígenas de diferentes etnias eram enviados para essas colônias com o propósito de corrigir seu comportamento” (LIMA. 2019, p. 85).

1.3 Fase 3 – de 1968 a 2021

A **Figura 27** apresenta a cronologia de contextualização temática Fase 3, a partir da seleção de acontecimentos relevantes, que demonstram como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil, no período de 1968 a 2021.

Figura 27: Cronologia temática correspondente a Fase 3, de 1968 a 2021

Ano	Dirigente nacional do período	Acontecimento	Síntese
1968	Mal. Arthur da Costa e Silva (1967 - 1969)	1)É divulgado o Relatório Figueiredo que evidencia uma série de crimes e violações contra os povos indígenas; 2)Instaura-se o AI nº 5, decreto editado em 13 de dezembro de 1968.	O Relatório Figueiredo que apresenta as denúncias da gestão do SPI aos territórios indígenas é divulgado e, anos mais tarde, perdido em um incêndio. Misteriosamente partes do documento foram encontradas e publicizadas anos depois, denunciando a estrutura desses centros correccionais, bem como modelos de servidão e violação de direitos humanos por parte dos Chefes de Posto.
1969	Gen. Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)	3)Estimulou a exploração amazônica, com a Transamazônica e o Projeto Rondon.	Uma vez mais os interiores são afetados pelos interesses econômicos e, observa-se uma nova leva massiva de migrações internas dos povos originários.
1970	Gen. Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)	4)Instaura-se o Reformatório Krenak em Resplendor - MG.	Apesar das denúncias do Relatório Figueiredo, como já era de se esperar do modelo ditatorial, os reformatórios indígenas são reinstalados e, desta vez com o diferencial de ser geridos parcialmente por indígenas, invertendo assim as cosmogonias e organizações políticas próprias de cada etnia, onde aqueles que se aliaram às estruturas de repressão, tinham benefícios e poderes sobre aqueles que seguiam resistindo.
1972	Gen. Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)	5)Os Krenak de Minas Gerais são deslocados compulsoriamente para a Fazenda Guarani, no Município de Carmésia – MG.	A presença do Reformatório Krenak, um dos principais polos de cárcere e tortura indígena do país, e, os interesses econômicos sobre a área, resultaram em uma série de deslocamentos forçados que, não garantizavam se quer condições de cultivo e manutenção da vida aos Krenak. De modo que, iniciou-se assim um novo movimento de deslocamento para TI Vanuíre. Consolidando uma população Krenak expressiva no interior do Estado de São Paulo.
1973	Gen. Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)	6)Sem poder estar em seu território sagrado, os Krenak retomam seu deslocamento para Vanuíre, desta vez de forma mais intensa; 7)É instaurada a Lei nº6001 de 1973 “Estatuto do Índio”.	

1979	Gen. Ernesto Geisel (1974 - 1979)	8)Criação da União das Nações Indígenas.	Primeira tentativa de defesa da cultura indígena, importante para a consagração dos direitos dos índios na Constituição de 1988.
1985	Gen. João Figueiredo (1979 - 1985)	9)Tem fim o período ditatorial no Brasil.	O fim do período ditatorial pressupõe a reformulação do aparato jurídico sob as vistas da mídia internacional, de modo que, o momento, bem como o período de reformulações se mostra potencialmente vantajoso aos povos originários.
1988	José Sarney (1985 - 1990)	10)É promulgada a Constituição Federal, com efeito, seus artigos 176 e 231.	Ambos os artigos tratam das reservas minerais e das responsabilidades da União para com a proteção dos bens em terras indígenas, respectivamente.
1989	José Sarney (1985 - 1990)	11)É instaurada a Lei nº 7805 que trata da permissão de lavra garimpeira e, em seu artigo 23 determina que a mesma “não se aplica a terras indígenas”.	Trata da permissão de lavra garimpeira e, em seu artigo 23 determina que ela “não se aplica a terras indígenas”.
2002	Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	12)Forte movimento de privatizações de empresas até então nacionais e lucrativas; 13) Institui-se a Port. 230/2002 FUNAI.	A Vale do Rio do Doce e a Light sobretudo, não só contribuíram para o desemprego como, tiveram grandes impactos nas relações territoriais indígenas, uma vez que em diversos pontos do território tinham suas estações de atuação perpassando territórios originários.
2003	Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011)	14)Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República; 15)A lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); 16) IN 01/2003 IPHAN; 17) Res 03/2003 SMA.	Se institui a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira de maneira transversal durante todo o período educacional.
2008	Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011)	18)A LDB é novamente alterada.	Dessa vez, incluindo a obrigatoriedade do ensino de história,

	- 2011)		trajetória e memória indígena de maneira transversal durante todo o período educacional.
2015	Dilma Rousseff (2011 - 2016)	19)Rompe a Barragem do Fundão em Mariana – MG; 20)É aberto o pedido de “Anistia coletiva do Povo Krenak” e reincorporação do Território Sagrado dos Sete Salões ao território do Posto Indígena Krenak; 21) IN 01/2015 IPHAN.	A Terra Indígena Krenak (Resplendor - MG) é diretamente afetada pelo rompimento da barragem. O Rio sagrado do Povo Krenak, nas palavras de Ailton Krenak, está em coma e, com o adoecimento do Rio, todo o Povo Krenak, residente ou não da TI Krenak, adoece profundamente.
2016	Dilma Rousseff (2011 - 2016) Michel Temer (2016 - 2019)	22)A Presidenta, senhora Dilma Rousseff é afastada em maio e sofre um processo de impeachment no final do mês de agosto.	O afastamento da então Presidenta, seguido pela posse de seu vice Michel Temer, inaugurou uma série de debates e pacotes de propostas neoliberais a serem votadas no Congresso brasileiro.
2018	Michel Temer (2016 - 2019)	23)Tem-se início ao debate de uma série de modificações de cunho neoliberal no âmbito jurídico, sendo inaugurada pelas reformas das Leis Trabalhistas; 24)É aberto o pedido de Anistia Geral dos Povos Indígenas que seguem desde o período ditatorial como contraventores da pátria; 25)É eleito Presidente da República o senhor Jair Messias Bolsonaro.	Com o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, uma série de pacotes neoliberais entram em pauta e, os direitos das massas populacionais sem acesso à postos de decisão começam a ser desestruturados sistematicamente, dando espaço para o florescer de um coletivo de ideais fascistas e ultra religiosos que, culmina com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o cargo presidencial; Ao mesmo tempo os povos indígenas seguem em luta pelo direito de anistia geral.
2019	Jair Messias Bolsonaro (2019 - atualidade)	26)Rompeu a Barragem de Brumadinho – MG, segundo rompimento de barragem da VALE; 27)Institui-se a MP 870/2019 que atribui ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o processo de identificar, delimitar, demarcar e registrar as TIs	A vitória de Jair Bolsonaro perante as urnas tem impactos imediatos no cenário nacional e internacional. Imediatamente após a posse, se observa uma série de reformulações e fusões de Ministérios e Secretarias especializadas. Além disso, uma série de decretos, alterações legislativas, produção de medidas provisórias e projetos de lei são lançados ao debate,

		28) O IPHAN - SP adota uma nova interpretação da IN 01/2015 IPHAN. 29) Conselho Estadual de Políticas Ambientais (COPAM - MG), libera retomada de atividades da Samarco/ VALE em Mariana – MG; 30) O Presidente da República, pública a proposta de MP 910 que abre caminhos para grilagem de terras; 31) Aprova-se a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 32) PL 490/2019 é encaminhada para votação, que quer regulamentar a exploração de recursos naturais existentes nas terras indígenas.	tendo todas como plano de fundo, estabelecer facilitação da exploração e invasão dos territórios originários, bem como dos territórios protegidos; regularizar o uso indiscriminado de insumos agrícolas altamente tóxicos para todos os níveis tróficos; regular a invasão de terras, a derrubada de matas protegidas e a exploração mineradora. Com as mudanças nas políticas de governo, uma série de órgãos de proteção e regulamentação socioambiental passam a modificar seu trato e política interna, a exemplo, o IPHAN - SP passa adota uma reinterpretação da IN 1/IPHAN restringir as autorizações de salvamentos de sítios arqueológicos indígenas, promovendo um apagamento da história dos indígenas a partir dos vestígios arqueológicos.
2020	Jair Messias Bolsonaro (2019 - atualidade)	33) A Lei 191/2020 é encaminhada para votação no Congresso Federal. Ela prevê a alteração das Leis 6001/73 e 7805/89, bem como os artigos 176 e 231 da Constituição; 34) É confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil; 35) É instaurada a nova lei biossanitária 14.021/2020 que obriga a tomada de medidas de segurança antes do contato com grupos tradicionais; 36) Entra em debate a MP 910 que incentiva a grilagem de terras; 37) FUNAI publica decreto da Instrução Normativa que reafirma as reivindicações da MP 910; 38) Aprova-se a lei 1.142/2020 com uma série de vetos que comprometem a existência dos grupos	Os direitos originários se veem em risco iminente perante a avaliação do Congresso de um pacote de leis e alterações normativas inconstitucionais, em meio a tal processo o Brasil se vê em pandemia que culminou e segue produzindo mortes diariamente em nosso país. Em meio a tal cenário as normativas e recomendações internacionais de cuidado a populações originárias reproduzidas no efeito da lei 14.021/2020 não foram postas em prática. Ao contrário, 2020 se fez o ano mais estratégico de uma política genocida, etnocida, ecocida, racista, fascista e LGBTQIA+fóbica. A gestão federal, sob o comando de Jair Bolsonaro, aprova uma série de leis que comprometem a existência de diversos grupos tradicionais, bem como restringe direitos, segue estruturando a gestão dos órgãos de gestão indigenistas e de povos tradicionais, além de dar início à processos de reintegração de posse e anulamento de demarcação de terras indígenas (crime internacional).

		tradicionais; 39)Baseados na teoria do Marco Temporal tem início uma série de processos de reintegração de posse e anulamento de demarcação de terras indígenas; 40)Altera-se em setembro a legislação de segurança de barragens por meio da Lei 14.066/2020; 41)É submetido pela APIB a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709; 42)É submetido pela APIB a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6622.	Tal densidade de negação/tomada de direitos não se deu diante do conformismo dos povos originários e tradicionais brasileiros. Assim como, em todo o histórico constitutivo da nação, os povos se uniram em resistência com as mais diversas estratégias e seguem em resistência.
2021	Jair Messias Bolsonaro (2019 - atualidade)	43)Publica-se a Res. nº4 de 22 de janeiro de 2021 da FUNAI que, tem dentre seus objetivos “definir novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI, visando aprimorar a proteção dos povos e indivíduos indígenas, para execução de políticas públicas”; 44)O governo federal, chefiado pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, apresenta novo pacote de pautas prioritárias para o governo federal; dentre elas, inclui-se o Projeto de Lei 191/20, que prioriza em plena pandemia a exploração mineradora em Terras Indígenas; 45) Lideranças sociais e políticas brasileiras passam a ser criminalizadas, sendo enquadradas pela Lei de Segurança Nacional; 46) O Governo federal emite a INC nº1/2021 pela FUNAI e pelo IBAMA;	- A Resolução extrapola os limites legais de atuação da entidade, além de contrariar a Constituição Federal de 1988 e da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho. - Embora não votada, tal posicionamento do executivo federal, trouxe impactos diretos aos povos originários, como é o caso das invasões massivas de garimpeiros à Terra Indígena Yanomami que registrou mais de 20 mil garimpeiros e uma devastação equivalente a 500 campos de futebol. - Lideranças indígenas passam a ser perseguidas e criminalizadas por denunciar as ações genocidas e antidemocráticas do governo, por meio de um instrumento normativo vigente desde o período da ditadura militar. - Dispõe sobre “procedimentos a serem adotados durante processo de licenciamento ambiental de empreendimentos localizados ou desenvolvidos no interior das Terras Indígenas

	47)A base aliada ao presidente começa a analisar o PL 490/2007, que busca alterar as regras de demarcação de Terras Indígenas, adotando como parâmetro a tese do marco temporal; 48) O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi denunciado criminalmente por facilitar a comercialização de madeira ilegal, fruto de desmatamento e invasões a terras indígenas; 49)Em 25 de agosto de 2021, a CMA do Congresso Nacional realizou audiência pública sobre o PL 490/2007 e posteriormente foi encaminhado à Corte Constitucional Brasileira, onde foi pauta de julgamento; 50) Dando continuidade à série de pressões e ameaças da parte do presidente, senhor Jair Bolsonaro, o mesmo realizou chamamentos públicos para mobilização de seus apoiadores junto às forças armadas nacionais que haviam sido convocadas para o dia 07 de setembro .	cujo empreendedor seja organizações indígenas", trazendo a possibilidade de agronegócio intra-território indígena, fragilizando o território e o meio ambiente, uma vez que, possibilita não-indígenas explorando atividades de interesse econômico dentro das Terras Indígenas - Se aprovado, todas as terras indígenas não ocupadas na data de 05 de outubro de 1988 deixariam de ser reconhecidas - Como todo membro do governo de Jair Bolsonaro, Ricardo Salles também serviu à política anti-indígena. Renunciou ao cargo em 23 de junho de 2021 - Desde a publicação da pauta e durante julgamento, que durou entre 26 de agosto de 2021 e 15 de setembro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro fez pressão e ameaças aos povos indígenas e ao tribunal, sugerindo que não cumpriria a decisão caso ela fosse favorável aos indígenas. - A data coincidiria com o acampamento dos povos indígenas e as comemorações da Independência da República e, se configurava como possível data de tomada do poder para um novo regime militar.
--	--	--

Fonte: IBGE (2008); CARVALHO (2021); ROTHEN (2017); LIMA (2019); APIB(2022)

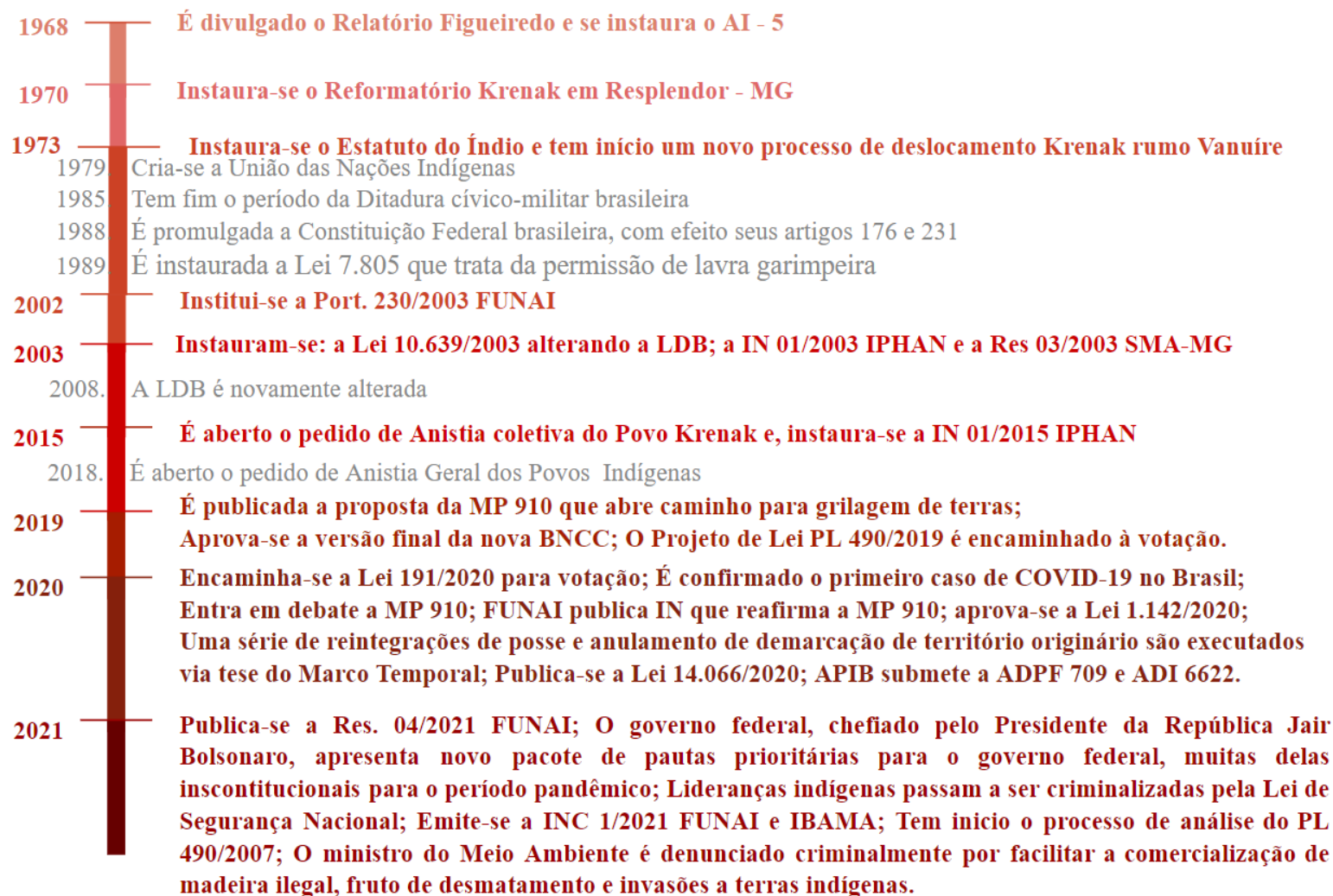
Organização: A autora (2022).

Lima (2019) ao analisar tal período de 1968 a 2021 destaca, a Lei nº 10.172/2001, que possibilitou diagnóstico das deficiências em torno da educação indígena, além de ampliar espaço formativo e de trabalho aos professores indígenas, sobretudo nos níveis infantil e fundamental de ensino.

Lima (2019) ressalta ainda a MP 870/2019 que atribui ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o processo de identificar, delimitar, demarcar e registrar as TIs. Em suplemento, o decreto 9667/2019, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários ficou à cargo do processo supracitado, além do licenciamento ambiental de projetos ambientais nestes espaços.

Tal alteração de cargos, representa uma grande perda aos povos originários e aliados em resistência, uma vez que os interesses dos povos originários não coadunam com os interesses dos agentes do agronegócio, ambos possuindo aspirações e interpretações no tocante à Terra e sua posse muito distintas entre si, a ponto de ser diagnosticável no espectro histórico-temporal o genocídio e a supressão estratégica dos povos originários pelos agentes do agronegócio, com aval ou omissão do aparato estatal de defesa desde o período colonial com o trabalho indígena em modelo de escravidão, passando pelo Brasil imperial que negou suas existências como chamariz de colonos e, pela república que ciclicamente sede um pacote de direitos ao passo que nega e suprime pacotes anteriormente conquistados (**Figura 28**).

Figura 28: Linha temporal correspondente a fase 3 com ênfase às relações governamentais



Elaborado por: a autora (2022).

Três fenômenos são observados a partir da análise das figuras 27 e 28, o primeiro está no grande volume de acontecimentos de grande relevância aos debates originários durante o período ditatorial somado à escassez de dados entorno do número de indígenas desaparecidos e mortos durante o período, característica própria de dinâmicas ditatoriais de governo.

A segunda está no baixo quantitativo de ocorrências nos períodos imediatos após abertura de governo que são inversamente proporcionais à grandeza de seus avanços na área de direitos, como exemplo temos a declaração do Estatuto do Índio pós ditadura Vargas e a Constituição da República pós ditadura cívico - militar.

A terceira refere-se ao acelerado crescimento no quantitativo de acontecimentos por ano observado durante o período vigente de gestão presidencial, marcadamente representado por ocorrências de retrocesso/negação de direitos, sendo algumas medidas consideradas inconstitucionais. Esta anuncia ainda um suposto estágio de fragilidade do modelo republicano que pode ser mais bem caracterizado a partir da análise comparada entre as três historiografias elaboradas de modo a corroborar os dados identificados pelas análises individuais ou negá-los.

2. Historiografias indigenistas comparadas

A partir da análise conjunta das três cronologias (Fases 1, 2 e 3) acima apresentadas, pudemos compreender os dinamismos políticos derivados de cada uma das três fases apresentadas, bem como notar uma incompatibilidade no montante de dados em relação à duração de cada período, observando que a ausência de dados em determinados períodos, não correspondem necessariamente a ausência de acontecimentos, mas sim, à ausência de registros e, isso, em si, constitui-se dado relevante à análise política inscrita na produção de política indigenista.

As **Figuras 29, 30, 31, 32 e 33** apresentam sínteses imagéticas que propiciam uma análise política comparada das três fases.

Figura 29: Síntese correspondente às cronologias das Fases 1, 2 e 3

Fase	Duração da fase (anos)	Tipos de governo	Intervalos temporais derivados dos tipos de governo	Número de acontecimentos
1	338	1)Colonial 2)Imperial	1570 - 1850 1851 - 1888 1889 - 1936 1937 - 1945 1946 - 1963 1964 - 1985 1986 - 2021	19
2	58	1)Republicano 2)Ditatorial (Varguista) 3)Republicano 4)Ditatorial (Militar)		19
3	53	1)Ditatorial (Militar) 2)Republicano		50
Total	449	5	7	88

Elaborado por: a autora (2022).

A Figura 29 explicita a relação já enunciada, que dita sobre a não correspondência entre a duração das fases e o volume de acontecimentos elencados. Para além da ausência de dados na literatura consultada acerca de determinados períodos históricos, em fases, soma-se o enfoque desta pesquisa que, se utiliza da **Fase 1** para apresentar uma contextualização; da **Fase 2** para apresentar o cenário indigenista e da **Fase 3**, mais especificamente nos últimos 20 anos da **Fase 3**, para dar foco de análise as problemáticas atuais derivadas de um histórico de no mínimo quatrocentos anos de Política indigenista no Brasil que se refletem diretamente na manutenção do ser indígena em cada um dos territórios de disputa no país..

Com o intuito de produzir análises a partir do modelo de governança, das três fases elaboradas, derivamos nove intervalos temporais, como apresenta a **Figura 30**.

Figura 30: Intervalo temporal e característica governamental observada

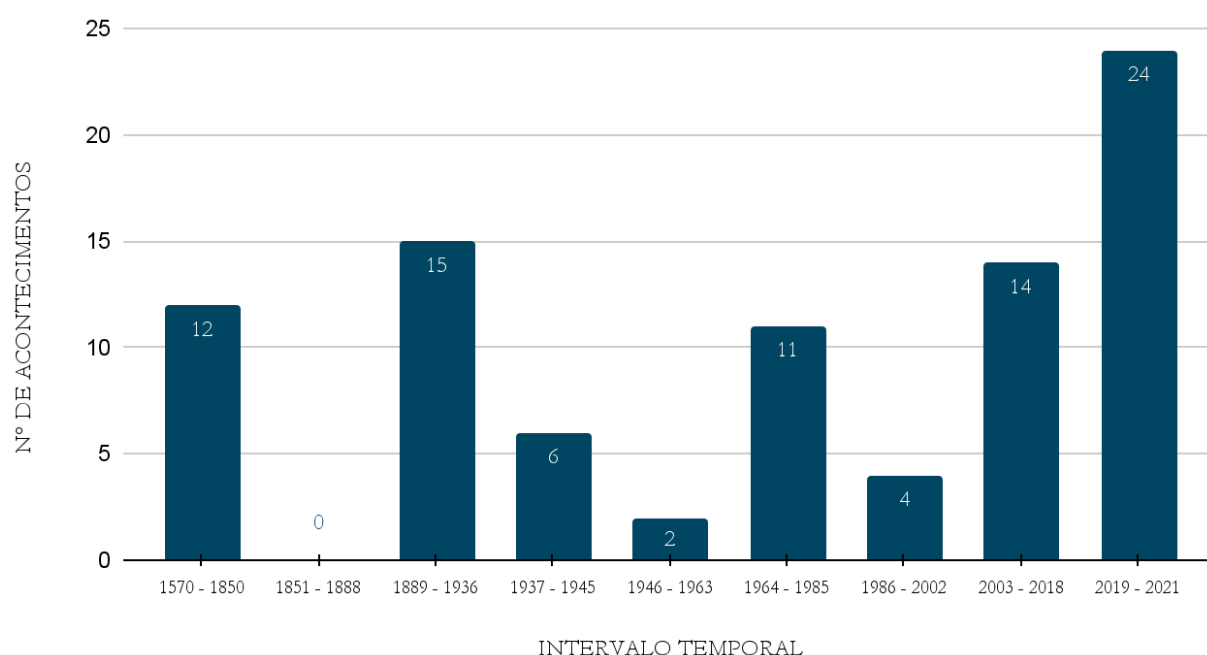
Intervalo temporal	Característica governamental observada
1570 - 1850	Colônia
1851 - 1888	Império
1889 - 1936	República
1937 - 1945	Ditadura Varguista
1946 - 1963	República

1964 - 1985	Ditadura Militar
1986 - 2002	República
2003 - 2018	República sobre a atuação das políticas de governo petistas
2019 - 2021	República sobre a atuação das políticas de governo bolsonaristas

Elaborado por: a autora (2022).

Foi a partir desses intervalos temporais que se produziram os gráficos apresentados pelas **Figuras 31, 32 e 33** que, trabalham de diferentes formas a relação entre os intervalos temporais e o volume de acontecimentos, tendo sempre em mente, as múltiplas origens do volume de acontecimentos registrados por intervalo. Vale ainda ressaltar que o intervalo temporal derivado do tipo de governo correspondente à 1986 - 2021, observável na Figura 27, desmembra-se em três intervalos na Figura 28, de modo a dar ênfase para o período correspondente aos últimos vinte anos de políticas indigenistas de governo.

Figura 31: Acontecimentos relevantes por tipos de governo em intervalo temporal



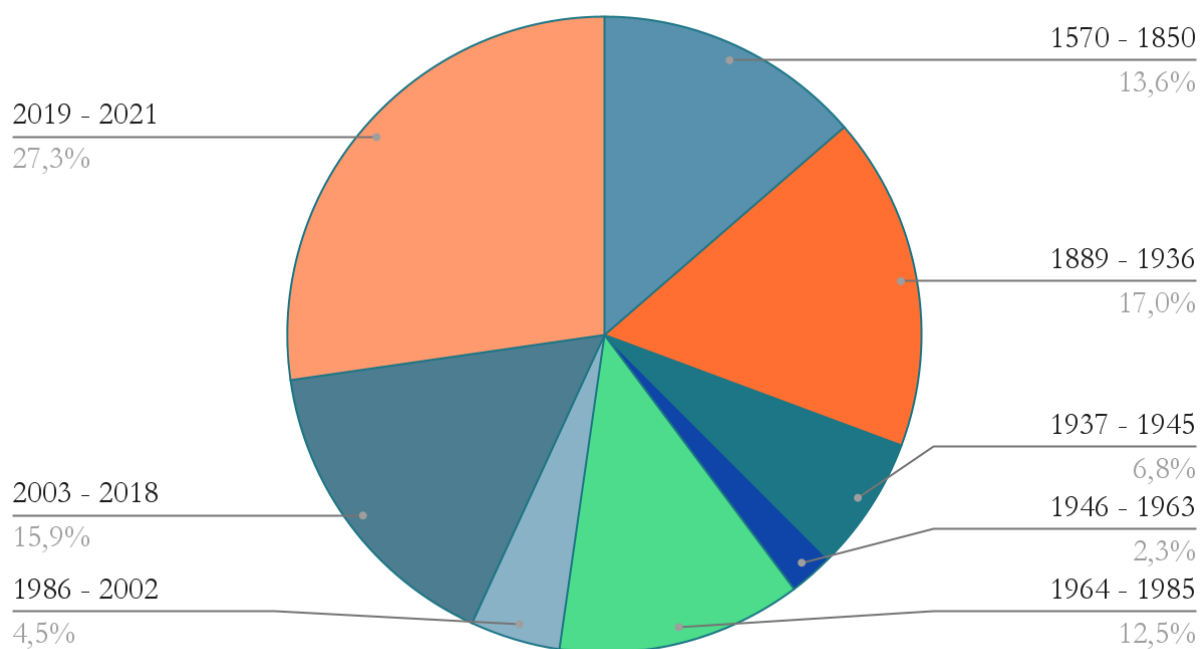
Elaborado por: a autora (2022).

A Figura 31 reforça aquilo já defendido por Carvalho (2021, p. 61) onde, observa-se “uma relação direta entre a lógica de exploração econômica da Nação e as diferentes violências efetuadas contra os Povos da Terra, pelo menos, desde o século XVII e se perpetua até os dias

atuais. Além disso, é possível observar como a política governamental interfere diretamente no trato do Estado para com os Povos da Terra”.

Na busca por qualificar os dados acima apresentados, produzimos ainda duas sínteses imagéticas que tem por objetivo apresentar a distribuição dos acontecimentos relevantes pelas fases por nós estabelecidas, bem como a média anual de acontecimentos em cada fase. Tendo sempre resguardado o fato que, apesar de reveladora, a diferença do montante de acontecimentos por fase de análise é resultado de uma série de fatores, dentre eles: interesse do registro das ações estatais e/ou institucionais; acessibilidade da informação; estrutura de gestão governamental (vide leis de transparência); meios de divulgação científica; interesse social (Figura 32).

Figura 32: Acontecimentos relevantes por intervalo temporal analisado



Elaborado por: a autora (2022).

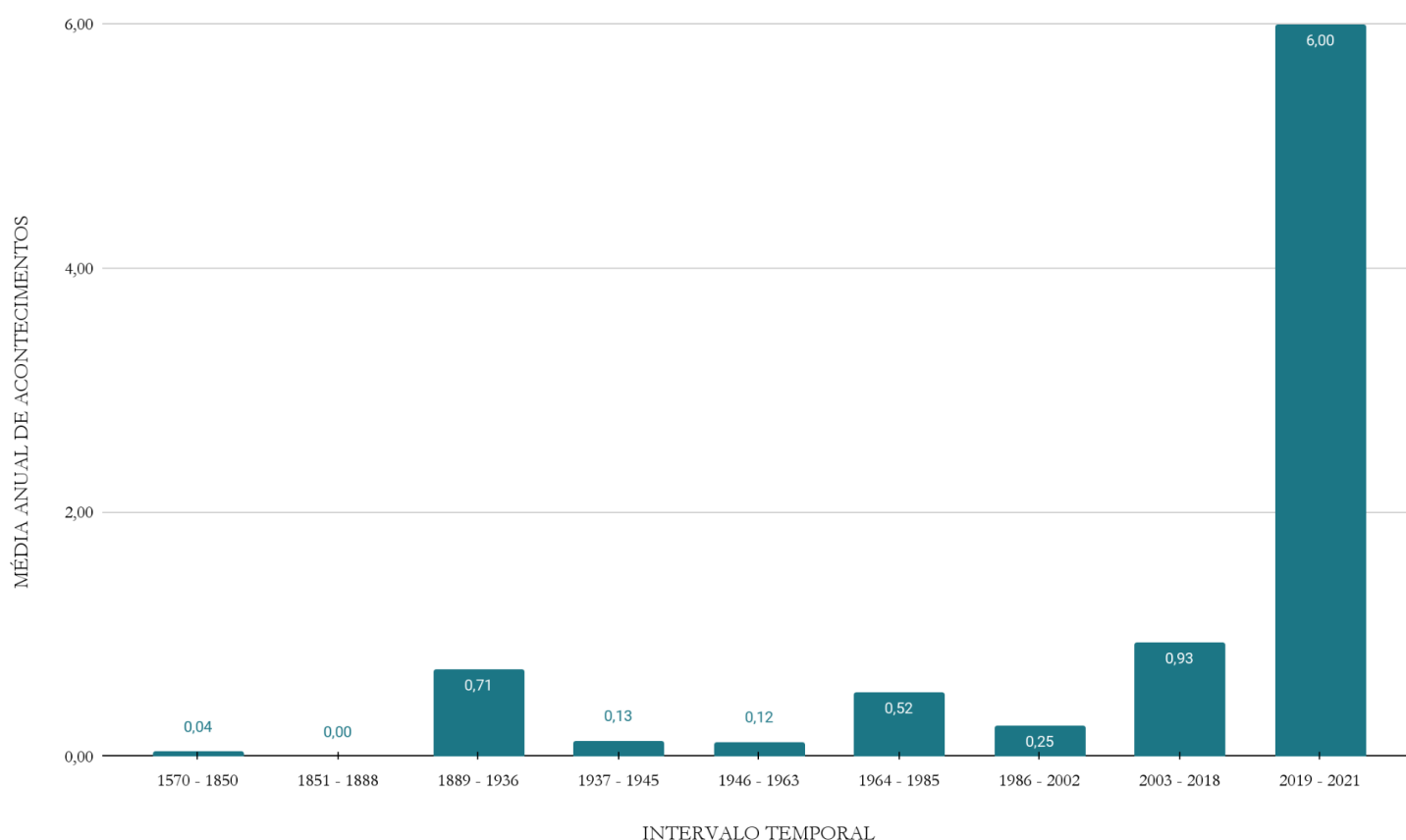
Observa-se que as duas maiores concentrações dos acontecimentos relevantes se encontram nos intervalos temporais correspondentes a 1889 - 1936, período correspondente às primeiras décadas da república brasileira, contendo o surgimento e os primeiros vinte anos de atuação do SPI e; 2019 - 2021, período correspondente ao modelo governista vigente atualmente.

Parece-nos importante ainda destacar a inexistência de dados referentes ao período imperial (1851 - 1888), que atribuímos ao não interesse político em explicitar a existência dos

povos originários, uma vez que, durante este período desejava-se suprimir tal categoria por meio da construção da categoria ‘mestiços’ e para isso os esforços governamentais estavam voltados à propaganda externa do país como nação fértil e detentora de terras livres à colonização (SCHWARCZ, 1993; LACET, 2021).

Além dos períodos entre 1937 - 1945 (6,9%) e 1964 - 1985 (12,6%), uma vez que correspondem aos dois períodos ditatoriais vivenciados no território brasileiro e, devido às características próprias de repressão e controle das mídias, muito embora, os esforços para registrar e resgatar as narrativas diversas e violências efetuadas durante o período sabe-se que o montante de dados acumulado corresponde a uma parcela ínfima do volume real de acontecimentos do período (**Figura 33**).

Figura 33: Média anual de acontecimentos por período analisado



Elaborado por: a autora (2022).

Para padronizar o intervalo de dados, produzimos o cálculo médio de acontecimentos relevantes pela duração em anos de cada intervalo. Sendo assim, observamos que, os intervalos temporais com maior concentração de dados gerados anualmente acerca da temática indígena são: 2019 - 2021 (5,75 acontecimentos/ano); 2003 - 2018 (0,8 acontecimentos/ano) e; 1889 -

1936 (0,71 acontecimentos/ano). Em outras palavras, observamos que, os períodos de maior acesso de dados temáticos concentram-se justamente nos intervalos de análise focal dessa pesquisa, os primeiros anos da república brasileira e os últimos vinte anos.

A Figura 32, somada às análises anteriores, nos mostra ainda que, mais que os dados correspondentes aos períodos ditatoriais, os períodos de redemocratização têm por característica uma condução densa de debates indigenistas, que resulta em um quantitativo reduzido de acontecimentos, porém de grande importância em relação à aquisição de direitos.

Tais dados e avaliações, nos leva a concluir que, os períodos de maior impacto das políticas de governo sobre os povos indígenas do Brasil foram aqueles, correspondentes aos primeiros anos da República, ao período ditatorial brasileiro e ao arranjo governamental vigente.

Tal conclusão somada ao entendimento de que a maturidade e estabilidade do Estado republicano reflete diretamente no trato, fortalecimento e manutenção dos direitos dos cidadãos, nos conduz à um estado de alerta em relação ao arranjo governamental vigente que tende a caracterizar-se como um governo genocida, etnocida e ecocida. Infelizmente tal compreensão não se restringe a esta pesquisa e pode ser observada nos veículos de noticiamento amplamente divulgados.

2.1 Sínteses políticas - primeiras observações

Por todo o período constitutivo da nação brasileira as ações políticas direcionadas aos povos indígenas designados “aliados” proporcionou uma pseudo-cidadania, construída a partir da violação contínua dos direitos sociais que não os permitiam ter autonomia sobre suas decisões, além da restrição de sua liberdade, conforme é abordado por Benevides (1994) e Souza et al. (2017). Além disso, a inexistência de uma agenda verdadeiramente preocupada com a resolução dos conflitos para os indígenas denominados “inimigos”, os choques territoriais constantemente se conformaram por meio de confrontos que se estabeleceram se transformaram em guerras, que favoreceu a destruição de muitas etnias indígenas, corroboram Lima (2021); Rua (2012) e Souza et al. (2017).

Entendemos então que, o projeto colonizador instaurado no Brasil quinhentista, pautou-se em três aspectos (político, cultural e religioso) que, resguardadas as adequações temporais, se mantiveram até atualidade em que observamos uma sociedade colonialista, altamente afetada

pelo neocolonialismo do capital globalizado e ao mesmo tempo altamente endocolonialista²¹ por herança sócio-cultural-política.

Se elencamos a violência estatal, seu par complementar é inevitavelmente acionado, a resistência dos povos originários se fez e se faz presente e continuada por todo o espectro espaço-tempo. A negação histórica da voz, narrativa e percepção originária, bem como a manipulação de dados, sempre foram estratégias de eugenia e homogeneização e, a constituição diversa observada atualmente, demonstram a falência de tais esforços.

Nesse sentido, a classificação serviu não somente como estratégia portuguesa para dominar os índios, mas também como estratégia de sobrevivência de alguns povos indígenas.

Se no primeiro momento legislativo, observa-se uma predominância do protagonismo europeu, isso não significa a ausência de processos de resistência e construção política por parte das mais diversas etnias indígenas, denunciam na verdade, a distribuição dos meios de comunicação e, por conseguinte na atuação da colonialidade do poder e do saber sobre a construção identitária do ser, evidenciando processos como a submissão, escravidão, genocídio, desterritorialização e “aculturação indígena” a partir da perspectiva e interesse europeu do registro.

Tal elemento ganha relevância quando recordamos as contribuições de Bourdieu, 2000, que debate a profundidade causal do uso da linguagem como mecanismo de dominação e subjugação. Ora, ao depararmos com os colonialismos exercidos continuamente sobre os povos originários, o uso do recurso gráfico no registro e divulgação de acontecimentos se mostrou uma das mais potentes ferramentas de manutenção de um direito inato à dominação, pelas narrativas heroicas da conquista ou ainda por seu mérito civilizatório.

O segundo momento legislativo foi marcado pela criação do primeiro órgão indigenista no âmbito das políticas públicas, e pode se destacar neste contexto, o desequilíbrio da administração pública no tocante à promoção da democracia e igualdade para os cidadãos brasileiros, em que a tutela indigenista se dava na superfície de um emaranhado de interesses político-econômicos nacionais e, com vistas para uma assimilação cultural que deveria em um curto período de tempo histórico, encerrar a identidade indígena diversa e estabelecer a identidade silvícola.

O SPI construído sobre uma base que valorizava a humanização das relações, enquanto órgão indigenista do Estado no tocante à organização administração praticou uma

²¹ Refere-se à continuidade histórica de práticas e relações do Estado e das suas elites políticas que o hegemonizaram no sentido de manutenção de assimetrias sociais e culturais sobre minorias étnicas destes tempos coloniais, como no caso dos indígenas da atualidade (MIRANDA e LEMOS, 2014, p. 243).

gestão corrupta e favoreceu os grupos hegemônicos, enquanto agente de dominação utilizou da violência física para sancionar os indígenas, e enquanto ambiente ético e sociocultural, não demonstrou respeito às particularidades indígenas.

Por sua vez, a FUNAI, criada em meio ao cenário da ditadura militar, pouco avançou no trato sério das temáticas indigenistas, muito embora, sobre a pressão internacional, tenha instituído grandes avanços em relação aos direitos dos povos indígenas em sua diversidade.

Após 1985, observa-se uma maior e mais ativa atuação política dos povos indígenas. Neste sentido, por meio de suas ações, as políticas indigenistas passaram a reconhecer a diversidade indígena no âmbito das legislações, com processual avanço do trato respeitoso as pautas indígenas, agora reconhecidas como um problema público, de modo que, as políticas que se formaram buscaram trazer uma nova realidade aos povos indígenas. No entanto, o último ciclo presidencial no qual ainda, nos encontramos (2019 - 2022), tem representado risco contínuo ao histórico de lutas e avanços não só dos povos originários de Brasil, como também, de todos os grupos, massivos ou não, politicamente classificados como grupos minoritários (etnia, raça, classe, gênero, sexualidade, afetividade), pelo simples fato de pertencerem a alteridade em relação ao EU (masculino, branco, heteronormativo, cristão, eurocêntrico) instituído e mantido historicamente como agente do poder nacional.

SPI DE ONTEM, FUNAI DE HOJE: O ENCONTRO DO PASSADO COM O PRESENTE NO TERRITÓRIO

Anteriormente, a historiografia nos apresentou os mecanismos de gestão indigenista e/ou territorial com impacto direto sobre os indígenas do Brasil, durante sua fase colonial, imperial e princípios republicanos. Observamos que, os conhecimentos acerca dos grupamentos indígenas se faziam interessante para fins de captura de força de trabalho a ser escravizada, ou com fins de garantia de lotes de terra; por igual motivo, o massacre dos mesmos se fazia interessante na ocupação da posse das terras de interesse.

Na sequência por meio da análise quantitativo-qualitativa dos acontecimentos relevantes aos povos originários, foi possível identificar os padrões e interesses envolvidos em cada período de aquisição e/ou retração de direitos guiados ou não pela existência de um órgão indigenista especializado. A seguir, debatemos como se deu a implementação dos órgãos indigenistas na república brasileira.

O surgimento de um órgão indigenista brasileiro

A política indigenista dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX consistia basicamente no planejamento, estratégia e execução de um conjunto de projetos de desenvolvimento econômico-territorial, tendo foco na captura de força de trabalho indígena escrava até 1700 e servil até 1900, não ignorando a banalização do massacre dos grupos que estabeleciam resistência por meio da institucionalização da “guerra justa”. Tal abordagem se mostrava suficiente para o Império, mas muito aquém do desejável para o funcionamento republicano, modelo este, que desde o segundo quartel do século XIX já vinha sendo avaliado, perante a pressão internacional, sobretudo de origem inglesa (GOMES, 2021; ZELIC; ZEMA, 2021).

Em 1850, a Lei de Terras, estabelece o que, compreendemos como princípio republicano em terras brasileiras. A terra passa a ser mercadoria e a ela tem direito apenas aqueles considerados cidadãos civilizados, excluindo a posse sobre a terra das populações originárias e das populações escravizadas. Uma série de regulamentações na segunda metade do século apontam para a maturação da ideia, tão necessária para o estabelecimento do mercado consumidor interno e fixação nacional definitiva em um cenário internacional de comércio e relações políticas, dentre as quais a abolição da escravatura de 1888 foi o elemento definidor e, engrenagem motriz para a declaração da independência em 1889 (GOMES, 2021).

Assim, os anos finais do século XIX, se configuram com uma república embrionária, que crescia de garantias fronteiriças e, conseqüentemente, deveria investir na interiorização nacional; a necessidade de estabelecimento de uma identidade nacional, com uma economia

próspera pautada na produção cafeeira no eixo centro-sul e a necessidade de medir os conflitos e obstáculos derivados dos processos de interiorização e ocupação.

Nesse sentido, o interior dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso (atual MT e MS) que, no passado foram símbolo da cobiça bandeirante, assumem novamente protagonismo na atração econômico-populacional, sendo atrativa aos mineiros advindos da mineração decadente; dos imigrantes e, combustível para o acirramento das tensões pré-existentes entre sertanejos locais e povos originários.

O café se tornou patrocinador oficial do avanço do ferrocarril no interior de São Paulo e dentre todas, “a região da Noroeste, com suas transformações e seus progressos, em todos os sentidos, foi, em S. Paulo, o exemplo mais impressionante de colonização pelo trilho, com uma influência poderosa sobre o povoamento” (AZEVEDO, 1950, p. 123).

Não sem antes ter seu avanço impedido pela resistência dos povos originários tidos como bravios, dos quais, as literaturas destacam os povos Jês, sobretudo os Kaingang que fizeram frente ao avanço do traçado férreo por mais de 250 km simultaneamente²². Perante a necessidade pungente de avanço do traçado férreo, somado aos conhecimentos produzidos pela Comissão Geographica e Geológica que já mostravam resultado na atratividade de colonos, se fez imperativa a necessidade de estabelecimento de um órgão de planejamento e gestão das demandas relacionadas aos povos originários. Surge assim, em 1909 o Serviço de Proteção ao Índio - SPI (AZEVEDO, 1950, p. 103 - 123; RIBEIRO, 1962, p. 12 - 37).

A primeira pacificação efetuada pelo SPI ocorreu em 1912, nos sertões a Noroeste do estado de São Paulo, até então dominados pelos índios Kaingang. Esta pacificação processou-se em meio à violenta campanha de imprensa, promovida pelos grileiros que obtiveram Títulos de Posse das terras cortadas pela estrada de ferro Noroeste do Brasil em construção, e queriam dizimar os índios. Para isso, contrataram um bando de bugreiros que eram cercados de prestígio de heróis e a quem pagavam polpudos salários para garantir a construção da estrada e abertura de novas fazendas de café impedidas pelos ataques Kaingang. Estes bugreiros invadiam as aldeias indígenas, devastando roças, queimando casebres e matando homens, mulheres e crianças. Os trabalhadores da estrada, também foram fortemente armados, compraziam-se em atirar a esmo, mata adentro e a espingardear qualquer índio que divisassem. Exasperados com a situação, os Kaingang tornavam-se cada vez mais hostis, chegando à constituir um dos grupos mais aguerridos do Brasil. Faziam incursões quase simultaneamente numa frente superior a 250 km, o que dificultava o avanço do seu número e tornava impossível descobrir onde

²² Muito embora, não haja um consenso acerca da população indígena regional no período, o feito de conter o avanço do traçado férreo por mais de 250 km simultaneamente, nos dá elementos ter dimensão da grandiosidade populacional, bem como de seu poder organizativo e resistência.

ficavam as aldeias e de onde partiam para os ataques (Cf. Correia das Neves, 1958, apud, RIBEIRO, 1962, p. 51 - 52).

Anos após a ‘pacificação’ o SPI verificou que, alguns dos grupos indígenas considerados altamente belicosos, tinham executado uma série de estratégias de negociação e amansamento dos não-indígenas; estratégias estas que foram mal interpretadas e combatidas fortemente com poder de fogo. É interessante observar que, assim como os não-indígenas estavam certos da brutalidade indígena, a recíproca era verdadeira, tendo como referência o histórico violento do invasor de terras. Ribeiro (1962, p. 96), descreve que grupos indígenas, como os Kaingang de São Paulo, acreditavam que a pacificação havia sido produzida por eles sobre o pessoal do SPI e, não o contrário.

Os Kaingang de São Paulo, relataram a seus pacificadores os esforços envidados para amansar os grupos de trabalhadores da estrada de ferro Noroeste do Brasil que avançavam através de seu território. Numa dessas tentativas, um dos chefes Kaingang caminhou desarmado ao encontro das turmas, levando nos braços um filho pequenino, como penhor de seus propósitos de paz. Foi recebido com uma fuzilaria, embora gesticulasse indicando a criança e mostrando que não trazia armas. Ainda assim, repetiu-se a descarga e um tiro prostrou a criança quando ele se retirava. Este acontecimento antecedeu um pouco a entrada da turma de pacificação e estabelecimento da paz, mas não impediu que os mesmos índios repetissem suas tentativas junto ao pessoal do SPI. No caso, tinham boas razões para acreditar que havia um avanço seus pacificadores, pois foi um grupo de índios que entrou um dia voluntariamente no acampamento, estabelecendo o primeiro contato amistoso (RIBEIRO, 1962, p. 97 - 98).

O SPI, e a empreitada das pacificações, em termos humanitários, foi apenas uma fachada. Com seus territórios extremamente reduzidos e constantemente pressionados por posseiros, grileiros, bem como pelo estabelecimento de estruturas de comunicação e transporte, diferentes grupos étnicos foram forçados a deslocarem-se de seus territórios originários em pedaços de terra não necessariamente dotados de lastro identitário com a etnia ou grupo étnico ali reduzido que, recebiam o nome de Postos de Atração e abria espaço para a ‘expansão nacional’ ao passo que, reduzia o medo daqueles que se aventuravam a estabelecer suas vidas nos interiores da nação.

Amparo (2021), declara ainda a profundidade da violência cultural derivada desse processo de limitar ou eliminar a fluidez territorial dos grupos originários de Brasil, com

destaque para os grupos Jês do planalto meridional brasileiro (abrange o sul dos estados do GO e MG, nordeste, sul e sudeste do estado de MS, oeste de SP, e todo o sul brasileiro PR, SC, RS) que tem o trânsito territorial como elemento fundante de seu universo cosmooperceptivo e cognoscitivo.

“Na verdade, a obra de pacificação atende mais às necessidades da expansão da sociedade nacional do que a dos índios. A obra de assistência esta sim é que atendeu as necessidades propriamente indígenas” (RIBEIRO, 1962, p. 99). Tal afirmação se verifica verdadeira quando analisamos o conteúdo do Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1948 que apresenta o SPI como órgão de caráter civilizador e pacificador, que suporta a selvageria infundada, pacificando os grupos indígenas e possibilitando sua civilização, de modo a potencializar sua integração à sociedade civilizada e propiciar maior ocupação e dinamismo econômico aos interiores nacionais (BRASIL, 1948, p. 696 - 699).

A lógica integracionista - que visava o desaparecimento gradual da identidade indígena segue em curso mesmo após a dissolução do SPI (DAVIS MENGET, 1981; GOMES, 2021), como verifica-se a seguir por meio das palavras de Rondon, principal responsável pela formulação do SPI e corresponsável pela estruturação da FUNAI:

(O problema do índio) precisa ser resolvido através da assimilação das populações aborígenes. Os métodos de proteção e assistência aos índios que consistem em organizar exclusivamente vilas ou núcleos coloniais, segregando-os do contato com elementos nacionais mais avançados, contribuem para retardar a incorporação do índio na nacionalidade brasileira. a assimilação do índio ocorrerá espontaneamente com o contato dos lenhadores com as tribos acessíveis, com os núcleos coloniais que progressivamente substituem as aldeias indígenas e as colonizações tardias. (Esta assimilação) tem atraído índios dóceis para núcleos civilizados, permitindo ainda o estabelecimento de famílias rurais próximas à aldeia indígena tradicional que por sua localização e, graças ao caráter de seus habitantes, os têm inclinado para uma transformação progressiva²³ (RONDON, 1969, p. 95, *apud*, DAVIS; MENGET, 1981, p. 53).

Os processos que resultaram na dissolução do SPI, bem como seu balanço são apresentados a seguir.

²³ General Frederico Rondon, **Pelos sertões e fronteiras do Brasil**: sob as Ordens de Rondon, O Civilizador. Reper editora, Rio de Janeiro, 1969, p. 95.

SPI, um órgão em crise - um palanque de publicidade internacional

Em 1957, Darcy Ribeiro, movido, dentre outros fatores pelo crescimento de denúncias internacionais a respeito dos etnocídios cometidos pelo SPI, realizou uma análise comparativa que focava nas mudanças de 230 grupos indígenas entre os anos de 1900 e 1957. Dessa análise derivou-se a categorização de acordo com o nível de integração com a “sociedade nacional em expansão” em cinco grupos, sendo eles: isolados, contato intermitente, contato permanente, integrados e ainda, extintos, sendo a categoria extinto, uma categoria adicional de análise em referência à amostragem inicial do ano de 1900 (**Figura 34**), possibilitando-nos vislumbrar o que significou a gestão do SPI para os povos originários no Brasil (DAVIS; MENGET, 1981, p. 54 - 55).

Figura 34: Comparativo do grau de contato de 230 “tribos” amostrais

Categoria/ano	1900	1957
Isolados	105	33
Contato intermitente	57	27
Contato permanente	39	45
Integrados	29	38
Extintos		87
Total	230	230

Adaptado de: Ribeiro (1970, p. 239).

A Conclusão evidente é que o aumento do contato com a sociedade nacional em expansão não é indicação de aumento das chances de vida dos índios. Ao contrário, em todos os estágios e principalmente no último, o processo de integração nacional significa simplesmente a extinção física e cultural de uma vasta maioria dos grupos indígenas (DAVIS; MENGET, 1981, p. 55).

O autor dá destaque ainda aos três (3) grupos que dentro do período de análise passaram de isolados à integrados que, encontravam-se substancialmente depopulados e beirando a extinção que, foram reduzidos da seguinte forma: os Kaingang de São Paulo, de 1200 indivíduos para 87; os Xokleng de Santa Catarina de 800 indivíduos para 189, e os Umutina do Mato Grosso que foram de 1000 indivíduos para 200. “Integração, para estas tribos, significou

uma série de conflitos constantes com os agentes da civilização e uma alta taxa de declínio demográfico como resultado de epidemias de gripe, sarampo, coqueluche, etc” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 55, grifo nosso).

O que é característico destes grupos indígenas remanescentes não é a sua assimilação nos caminhos da civilização, mas sua desesperada luta para se adaptarem a sociedade parasitária e exploradora em que estão embutidos. Contudo, em outras palavras, implica um processo de acomodação forçada, com ao contrário de assimilação desejada na estrutura da sociedade nacional. Dado seu *status* de minoria desejada. Este é o único caminho pelo qual os índios podem sobreviver (DAVIS; MENGET, 1981, p. 57)

Como já enunciado, os anos finais da década de 1950 e começo dos anos 1960 foram acompanhados pelo movimento de direcionamento e atenção da opinião pública mundial para o trato indigenista no Brasil que, outrora tinha uma visão positiva em torno da atuação do SPI e passa a mudar:

As reportagens procedentes do Brasil, estampadas nos jornais europeus, descreviam uma horrível e definitiva agonia da política indigenista brasileira. O SPI foi acusado de estar contaminado pela corrupção e de ter-se aliado a indivíduos e companhias de dizimação de grupos indígenas nas fronteiras. Uma série de livros e declarações públicas falavam de cobertores sendo dados à índios contaminados por varíola e outras doenças; de incidentes onde *napalm*²⁴ era atirado de aviões sobre as aldeias indígenas; eram exibidas fotografias de aldeias que haviam sido dizimadas, onde apareciam restos de mulheres e crianças espalhados sobre o solo árido e carbonizado. A sentença unânime da Europa era que o Brasil estava pondo em prática uma política de “genocídio étnico” e que as últimas tribos indígenas estavam sendo sumariamente destruídas por uma política nacional de assassinato e aniquilação étnica, deliberadamente perseguida. [...] Em 1967, após uma avalanche internacional de críticas, o governo brasileiro extinguiu o velho Serviço de Proteção aos Índios que contavam já com meio século e criaram em seu lugar uma nova entidade conhecida como Fundação Nacional do Índio (DAVIS; MENGET, 1981, p. 39 - 40).

Ainda sobre a sequência de denúncias que culminou no surgimento da FUNAI, Santos (2020) apresenta:

²⁴ Napalm (mistura de Naftenato de alumínio e Palmitato de alumínio mono e di-hidroxilados), NP (NaPalm) é associado a um conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada, utilizados como armamento militar incendiário convencional.

Em dezembro de 1967, quando as denúncias de genocídio contra os índios alcançavam grande expressão no país e repercutiam no Exterior, o governo extinguiu o SPI. Em seu lugar criou a Fundação Nacional do Índio. Evidentemente preocupado com a opinião pública, o governo envolve a criação da FUNAI em um clima de grandes promessas. Não tinha condição de negar o genocídio, mas pretendia demonstrar que o desaprovava. O Estatuto da FUNAI é apresentado como a síntese dos mais avançados aspectos de indigenismo brasileiro. (...) Entretanto atrás da fachada grandiosa, havia dispositivos que introduziam na política indigenista uma filosofia integracionista, em contradição com os princípios gerais. Atribuem à FUNAI o controle e a administração das propriedades, agora chamadas de “Patrimônio Indígena”, lançando as bases de um sistema empresarial no qual os índios cumprem o papel de mão-de-obra barata (AEPPA, 1974. p. 7, *apud*, SANTOS, 2020, p. 445 - 446).

Dessa sequência de denúncias nacionais e internacionais, derivou-se o processo de inquérito que teve por resultado a comprovação de muitas das denúncias supracitadas por meio do Relatório Figueiredo, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 1968.

“Durante 1968 e 1969 uma nova burocracia tomou corpo no Brasil. Repórteres e comissões de todo o mundo chegaram para observar os primeiros passos de um novo programa e os resultados catastróficos do antigo” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 45). Da pressão e visibilidade internacional acerca da temática indígena brasileira, observou-se um processo de importantes mudanças dentro do que veio a constituir-se a nova política indigenista nacional, dentre os destaques elencamos a criação de uma força policial indígena, a Guarda Rural Indígena Nacional (GRIN), financiamento da pacificação indígena ao longo dos traçados rodoviários a ser implementados e o estudo e implementação do Estatuto do Índio em 1970.

Quer dizer, a diferença do SPI que teve sua atuação pautada na liberação de áreas de interesse econômico-produtivo-comunicacional por meio do princípio de aglutinação dos grupos indígenas em Postos de Atração, possibilitando assim, que no estado de São Paulo (por exemplo) se estabelecessem as monoculturas do Oeste Paulista juntamente ao avanço do traçado férreo; a atuação da FUNAI enveredou pela garantia do estabelecimento do modal rodoviário (DAVIS; MENGET, 1981, p. 41 - 48).

Tendo um impacto cultural ainda mais profundo, uma vez que, ao se dar em meio ao modelo de ditadura cívico-militar, não só estabeleceu normativas de julgo de valor e punição, baseados no ideal moral importado da Europa, dentro dos territórios indígenas, como também instituiu a GRIN que, inverteu os sistemas hierárquicos, cosmogônicos, cosmo perceptivos,

cognitivos, filosóficos e culturais próprios de cada etnia presente na nação ao estabelecer uma guarda dotada de privilégios e poder de subjugação de seus pares. Tudo isso, sob boas vistas das comunidades nacionais e internacionais, graças ao exitoso sistema de divulgação e publicidade adotado pelo governo federal (DAVIS; MENGET, 1981, p. 41 - 48; SANTOS, 2020).

Em suma, a FUNAI, instituída à fins dos anos 1960 e início da década de 1970, seguiu premissas notavelmente mais respeitosas em relação às populações originárias, mas, ainda assim, com foco no desenvolvimento nacional. Ribeiro, 1967, argumenta que sua política se estruturou em duas premissas: “o desenvolvimento nacional precisa se realizar apesar da presença indígena e que esta não pode servir de obstáculo à expansão e ao crescimento” e que a “expansão econômica criará as condições necessárias para eventual integração e assimilação dos índios na comunidade brasileira” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 53 – 54; GOMES, 2021).

Considerações: política indigenista *in locu*, avanço e/ou retrocesso

Em sua análise, Lima (2019, p. 137) afirma que “as políticas indigenistas e o indigenismo na aldeia são resultantes de um longo processo de lutas e afirmações”, além disso, naquele momento não foram diagnosticadas tensionamentos territoriais relativos a invasão de terras, no entanto, a ausência de políticas elaboradas de cunho ambiental, dificultavam a articulação regional pela gestão ambiental e autonomia.

Nossa análise não nega as apreensões estabelecidas por Lima (2019), mas as complementa, agregando elementos históricos e afetivos²⁵ de modo a possibilitar a análise a partir de um panorama histórico mais diversificado, sobretudo em relação às vozes produtoras de saber e dado científico.

Desse modo, nossa análise caminha de modo a diagnosticar que o aspecto fundador da TI Vanuíre, datado de 1912 e sendo o primeiro efetivado pelo SPI, tem por consequência a necessidade de mostrar-se à sociedade como um projeto civilizador de sucesso. Verificamos então, uma TI ilhada em meio à uma série de propriedades agrícolas de pequeno e médio porte (estratégia de aceleração da conversão da identidade indígena para a silvícola, adotada no início do século XX) que, apesar de sua fragilidade territorial e cultural e, grande dependência estatal

²⁵ o afetivo aqui, possui função de pertença identitária por meio dos mecanismos da memória anteriormente apresentados.

derivada da constrição territorial que impossibilita a manutenção e subsistência local, tem certa estabilidade quanto à seus processos reguladores.

É justamente dessa estabilidade territorial via regulamentação que, a meu ver, reside a maior fragilidade local. Sob um status de estabilidade, a pauta territorial que unifica os povos indígenas de Brasil, acaba por distanciar um pouco o grupo em questão, principalmente quanto se entende que, as demandas referentes às principais etnias ali concentradas (Kaingang e Krenak) não possuem prioridade em nível estadual por processos históricos de ocultação seletiva e, de igual modo, os processos de resistência e ressignificação produzidos no território da TI, acabam por diferenciá-los muito de seus parentes que seguiram em outros territórios de resistência.

Acerca das fragilidades observadas, as marcas da gestão do SPI ainda se fazem presentes no dia a dia da comunidade. Dentre os relatos e narrativas coletados, o enlutamento derivado dos processos de violências e violações de corpos e direitos (venda de indígenas; estupros, torturas punitivas e raptos que resultam em parentes desaparecidos até hoje), bem como as memórias que afirmam que os períodos de produção algodoeira e têxtil sem remuneração como sendo o período de maior prosperidade local e que, quando defrontada com os dados relatoriais da 5ª Inspetoria, observa-se que em tais períodos, a alimentação se baseava em fubá e leite, com abate de alguns poucos bovinos em períodos de colheita.

Em contraposição as motivações e políticas indigenistas atuantes diretamente sobre o território da TI Vanuíre, identifica-se a potência local que, instituiu seus museus e um programa autogestão de valorização da memória, definindo personalidades internas à comunidade consideradas como patrimônios locais vivos, portadores de saber e, verdadeiros museus vivos. Tal movimento não se deu pela política indigenista oficial, mas pela parceria e fortalecimento local com o apoio de universidades e museus regionais que se uniram à comunidade no exercício de valorização do saber.

De modo que, diferente do que objetivavam as políticas indigenistas efetivadas durante o século XX, tanto pelo SPI quanto pela FUNAI, o desaparecimento da identidade indígena, a TI Vanuíre é a materialização de um programa de assimilação cultural fracassado (não efetivado), é a materialização de processos pungentes de resistência que reafirmam diariamente a vivacidade da cultura ancestral.

Desdobramentos das políticas instituídas no passado

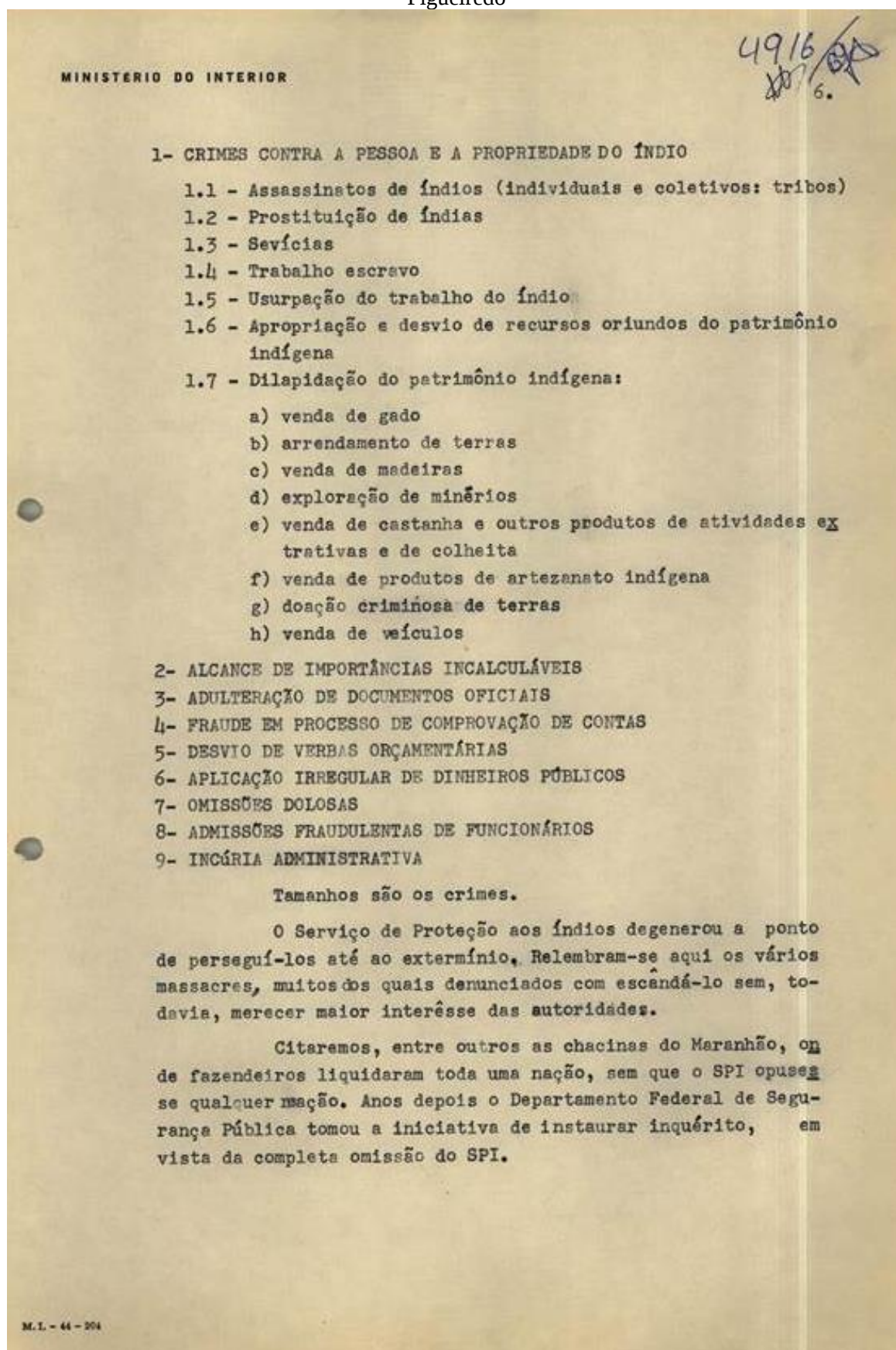
Não é desconhecido o fato que as violências e violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil não são novos. Na perspectiva dos milhões de pessoas que

aqui viviam muito antes do início do século XVI, quando se inicia o processo de invasão que se desenvolveria ao longo de séculos, muitas foram as violências que se abateram sobre estes povos num processo de genocídio que se estende aos dias atuais (SANTOS, 2020, p. 428).

Tal processo se manteve por toda a história da nação, tendo como característica, a criação dos principais mecanismos de defesa e garantia de direitos aos povos originários ocorrer nos períodos de transição do modelo político-governamental e serem acompanhadas de densos debates e forte propaganda internacional, resultando em políticas muito importantes e pouco quantitativas. Já nos períodos em que o estado-nação se encontrou diante de regimes autoritários e com tendências fascistas, observa-se a tendência contrária, o quantitativo de políticas implementadas se mostrou maior, tendo pouco ou nenhum debate e propaganda internacional e, geralmente, tais políticas configuram-se como mecanismos de tomada e restrição de direitos e, não de promoção de direitos.

No Brasil república, o órgão indigenista (SPI) criado para proteção e manutenção dos povos originários, foi justamente aquele que possibilitou a violência, quando não a praticou diretamente por meio de seus agentes contra os indígenas no intuito de garantir a liberação de terras para o avanço econômico-político-territorial da nação (SANTOS, 2020, 434 - 439). Fato que se corrobora por meio da leitura do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014) e Relatório do Procurador Jader Figueiredo (1968), como apresenta a **(Figura 34)** que, evidencia as tipificações de crimes identificados durante o inquérito que resultou no Relatório Figueiredo.

Figura 34: tipificações de crimes identificados durante o inquérito que resultou no Relatório Figueiredo



Fonte: BRASIL, 1968.

Denunciam graves violações aos direitos humanitários e profundas violações culturais e civilizacionais referentes à implementação de práticas violentas (BRASIL, 1968; 2014).

Entendendo o panorama geral do que representa a totalidade histórica da conduta política em torno dos debates indigenistas, principalmente no que tange às questões territoriais, apresentamos no **Quadro 2** a síntese proposta pelo (ARMAZEM, 2023).

Quadro 2: Transcrição de possibilidades à reparação indígena

MECANISMOS DE NÃO-REPETIÇÃO

Apresentamos abaixo alguns exemplos de mecanismos de não-repetição, que poderiam ser implementados pelo Estado brasileiro a título de reparação às graves violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas ao longo de nossa história e para que nunca mais se repita.

1. Demarcação das Terras Indígenas e estabelecimento de prazo legal para duração dos processos de identificação e demarcação de cada etapa que o constitui, tendo como marco inicial a solicitação de estudo ou reestudo realizada sobre terras reclamadas pelos povos indígenas e o final a homologação com registro em cartório;
2. Monitoramento via satélite realizado pelo INPE em tempo real das invasões e desmatamento de terras indígenas, com formação de quadro técnico indígena para operação do sistema e criação de um setor de repressão a estes crimes na Polícia Federal;
3. Criação de um fundo oriundo da taxa do imposto pago por todo setor do agronegócio e mineração destinados a implementação da Política de Desintrusão, Reparação Ambiental e Reflorestamento de Terras Indígenas;
4. Tramitação prioritária para processos no Judiciário brasileiro que atentam contra os artigos 231 e 232 da Constituição e criação pela ENFAM de curso de revigoração constitucional sobre os direitos dos povos indígenas, como requisito para atuação no julgado, obrigatório a todos juízes e juízas que julgarão tais processos;
5. Proibição por Decreto de interrupção judicial de estudos de identificação e delimitação de terra indígena, cuja etapa deve ocorrer independente de contestações judiciais de partes envolvidas, garantindo o direito indígena de realizar processos de regularização de terras indígenas não demarcadas, sendo tais estudos fonte de reunião de documentos e provas para uso também no judiciário. As suspensões de estudos de identificação e delimitação é, portanto, grave atentado aos

direitos indígenas tanto no que diz respeito aos artigos 231 e 232 da Constituição, quanto ao direito ao acesso pleno à justiça e ao judiciário brasileiro;

6. Criação no âmbito do Congresso Nacional da Comissão de Consulta aos Povos Indígenas, com poder de veto, formada exclusivamente por representantes indígenas eleitos, para aplicação da OIT 169 no processo legislativo, promovendo a escuta legislativa permanente às proposições que afetem a vida dos povos indígenas;

7. Criação de mecanismo de consulta direta plebicitária a membros de comunidades ou povos atingidos por proposições legislativas ou grandes projetos que incidam em seus territórios, mediante a utilização de urnas eletrônicas a cada vez que se faça necessário realizar uma consulta;

8. Criação no Congresso Nacional nos sites da Câmara dos Deputados (sessão Assunto) e Senado Federal (sessão similar) de uma página agregadora com o tópico Povos Indígenas junto aos demais temas já existentes, para promover a desinvisibilização do tema e o acompanhamento de proposições, audiências e discussões no Congresso Nacional aos indígenas e à população em geral;

9. Produção de nova versão oficial do mapa do Brasil publicado pelo IBGE com Estados, Municípios, Terras Indígenas, Quilombos e Unidades de Conservação unificados em um único mapa para promoção de educação inclusiva e respeito aos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, bem como ao meio ambiente, proporcionando uma leitura geográfica pedagógica e reparadora a ser adotado nas redes de ensino do país em todos os níveis; substituindo o mapa atual de Estados e municípios que desconsideram a existência dessas partes importantes do nosso país;

10. Criação de um novo modelo de gestão da política indigenista com direção indígena e mecanismos de consulta aos povos indígenas para referendar nomes indicados para mandato nas instâncias de direção em todos os níveis;

11. Criação de curso permanente e obrigatório sobre Povos Indígenas e seus direitos destinado a servidores públicos da FUNAI e Departamento de Polícia Federal que atuam em suas funções ou em ações que envolvam povos indígenas.

12. Criação de uma política pública de mapeamento, digitalização, disponibilização na internet com acesso livre e universal da documentação sobre povos indígenas contidas em Museus e Arquivos Públicos, em âmbito municipal, estadual e federal, que será reunido pelo Arquivo Nacional, promovendo com o acesso à memória histórica a efetivação da Lei 11.465/2008, que cria a

obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país.

PROCESSOS DE REPARAÇÃO IDENTIFICADOS

Estado	Povo	Início	Final	Processo
DF	Panará/Kreen-AKarore	1992	1997	ACO nº 94.15665-0
TO	Avá-Canoeiro	2012		ACP nº 0002515-18.2012.4.01.4302
AM	Tenharim/ Jiahui	2014		ACP nº 0000243-88.2014.4.01.3200
MG	Krenak	2015	2021	ACP nº 0064483-95.2015.4.01.3800
MT	Xavante Marawaitsede	2016	Em curso	Inquérito civil n. 1.20.004.000072/2014-82/ ACP nº 0002766-51.2016.4.01.3605
AM	Waimiri-Atroari	2017	Em curso	ACP nº 1001605-06.2017.401.3200
TO	Avá-Canoeiro	2018	Em curso	Inquérito Civil nº 1.36.002.000070/2015-24// ACP nº 1000093-43.2018.4.01.4302
DF	Avá-Guarani	2019	Arquivada	ACO 3300 // NÚMERO ÚNICO: 0028715-02.2019.1.00.0000
PA	Surui-Aikewara	2021	Em curso	Processo nº 1001757-46.2021.4.01.3901
MS	Guarani-Kaiowá Terra Indígena Sucuri'y	2021	Em curso	ACP nº 5002453-59.2021.4.03.6002
DF	Avá-Guarani	2021	Em curso	PETIÇÃO INICIAL – AJC/PGR Nº 454447/2021 // ACO 3555// NÚMERO ÚNICO: 0023301-52.2021.1.00.0000

Fonte: ARMAZEMMEMÓRIA, 2023. **Produzido por:** Julio Zelic e Marcelo Zelic.

O Quadro 2, sintetiza o fato de que, à processos tão complexos e duradores de violência e negação estrutural de direitos, cabe ao Estado, conduzir um intenso processo de reparação histórica aos Povos Indígenas do Brasil que, seja permeado por mecanismos sérios e efetivos de não repetição.

APREENSÕES COLETIVIZADAS E CONSIDERAÇÕES

Opto por subdividir as considerações a partir de três pontos de reflexão em torno dos debates centrais da pesquisa: os desdobramentos das políticas indigenistas a partir da Terra Indígena Índia Vanuíre; as novidades interpretativas obtidas a partir da análise histórica da ocupação territorial e seus diferentes interesses registrados e; as considerações obtidas a partir das políticas de interesse indigenista produzidas no espectro tempo-espço; e, um quarto momento composto por uma análise geral do processo de pesquisa, retomando o objetivo geral, e esboçando uma síntese das potenciais contribuições produzidas para os debates indigenistas.

Políticas Indigenistas e a Terra Indígena Índia Vanuíre

Como já explicitado no corpo do texto, as políticas indigenistas estabelecidas e atuantes sobre a TI Vanuíre, tiveram impactos sobretudo nos aspectos territoriais, perpassando também sobre a memória afetiva, e relação individual e coletiva com as violências ali exercidas.

Especificamente no caso da TI Vanuíre, a estabilidade territorial se mostra ainda um entrave, uma vez que, o território demarcado é notavelmente reduzido e todo seu entorno constrito por propriedades agrícolas de pequeno e médio porte que, restringe o crescimento demográfico da comunidade e a definição de áreas cultiváveis, além de impossibilitar práticas como a caça. A pesca por sua vez é uma atividade muito comprometida pela deriva de agrotóxicos utilizados nas propriedades vizinhas, bem como da descarga irregular de esgoto nos corpos d'água do entorno, de modo que, para os casos como o desta TI, o território derivado do processo estatal de aldeamento durante a atuação do SPI, representa o confinamento territorial e sociocultural de cosmo percepções distintas àquela convencionada e por muito tempo veiculada como padrão social.

Tal fato não anula a relevância e importância do processo demarcatório e regulatório das Terras Indígenas no contexto local ou mesmo no contexto nacional, uma vez que, embora não responda à realidade territorial autorreinvindicatória das mais diversas etnias que se encontram em território nacional, garantem o direito mínimo à (re)existência e manutenção dos padrões culturais e ancestrais de vida e sua gestão.

Os processos de ocupação territorial e a manutenção do Estado colonialista

Ao retomarmos os elementos históricos acerca dos processos de ocupação territorial, conformação dos limites nacionais e produção de política indigenista anterior ao período republicano, observamos:

- 1) Desrespeito sistemático aos acordos estabelecidos com vistas ao benefício próprio (seja dos governantes ou dos ‘desbravadores’ comissionados);
- 2) Recorrente inversão de valores, imputando aos povos originários em resistência o papel de assassinos ferozes, enquanto os invasores, recebem ônus de pacificadores, civilizadores, ousados desbravadores e corajosos;
- 3) A banalização da violência para com os indígenas e negros escravizados;
- 4) O uso recorrente da ausência e/ou distorção de dados de modo a produzir documentação favorável aos ditos ‘interesses da nação’ a exemplo do não registro gráfico e cartográfico da presença indígena em território nacional ou ainda, do não registro preciso das bandeiras de incursão territorial, de modo que os mais precisos dados são obtidos dos relatórios jesuítas à Coroa Espanhola;
- 5) Desde o período colonial, a grande maioria das políticas “favoráveis” aos povos originários foram dotadas de interesses de divulgação internacional, de modo a favorecer o estabelecimento de acordos de fortalecimento econômico-político-territorial, não passando assim, de políticas de fachada;
- 6) A declaração da república só foi possível em 1889, devido à instituição prévia da Lei de Terras que, não reservava os interesses e direitos dos povos originários de América; muito embora, a Lei de Terras siga até a atualidade sendo desrespeitada continuamente pelos descendentes dos bandeirantes de outrora ou ainda dos mineiros que se apossaram de grandes parcelas territoriais durante o século XIX.

Em suma, a análise histórica da gestão indigenista pelos diferentes atores do poder se mantém colonialista desde a chegada dos invasores europeus ao continente americano. Exceto em alguns momentos da história os direitos originários conquistados derivam dos princípios e crenças da parcela gestora da nação; de modo que, geralmente, os direitos surgiram a partir da demanda e pressão constante dos agentes internacionais, acompanhados de pressão contínua das mídias alternativas, intelectuais, ativistas e movimentos sociais em resistência.

É sintomático que ainda nos dias de hoje, mais de 450 anos após a primeira legislação contra o cativo indígena, tenhamos de lidar com um cenário genocida que, valoriza o esbulho de territórios ancestrais em nome da produção de alimento ((agro) pecuária) ou riqueza nacional

(garimpo) que, não alimenta seu povo, pelo contrário: destrói matas e biomas únicos; compromete toda a biodiversidade nacional; contamina solos, rios e lençóis freáticos; compromete a saúde da população dos entornos produtivos; caça, violenta, e mata aqueles que ousam resistir; viola corpos que ousam existir na outridade.

Em outras palavras, os estudos nos permitem compreender que, o Estado brasileiro, mesmo após a adoção do modelo republicano, não abandonou a cultura colonialista que valoriza o ideal másculo-branco-heteronormativo-classe média-alta/alta. É urgente a inversão de valores nacionais, valorizando a diversidade de seres e saberes, restabelecendo os parâmetros nacionais de interação com a Natureza, seus elementos e seres que a compõem; bem como os princípios alimentares, nutricionais e produtivos da sociedade.

Agregando a análise política do último ciclo presidencial, afirmo ainda que, tais reestruturações são pautas urgentes não só pelo caráter ambientalista, ou pela garantia da vida dos povos originários, mas pelo direito à vida. É dizer, pelo direito de ser e permanecer diverso, saudável e próspero, independentemente da constituição identitária²⁶ de cada membro da sociedade nacional.

Política Indigenista - a negação sistemática de existências ao longo de 527 anos

Sobre o primeiro período legislativo, nos períodos colonial e imperial, destacou-se que as políticas indigenistas da época foram uma forma de explorar a força de trabalho indígena e retirar as riquezas do território brasileiro.

os aldeamentos foram formas de realizar transformações na cultura indígena que progressivamente deveriam abandonar as características intrínsecas aos seus hábitos e tradições. O resultado deste processo foram as mortes por epidemias mediante o confinamento, configurando na destruição de etnias inteiras. Quanto aos indígenas que não se submeteram aos aldeamentos, é importante destacar que estes sofreram violências que ocorreram por meio de guerras e escravizações. Deste modo, no âmbito político, é perceptível que independente da classificação, os povos indígenas estiveram à margem das decisões políticas e eram vistos apenas como instrumentos para captação de

²⁶ A Constituição identitária engloba os aspectos de identidade étnica, racial, econômica, religiosa, de gênero, afetiva, cosmooperceptiva, filosófica, política, etcetera.

riquezas e posteriormente como mão-de-obra para fixação da colônia portuguesa (LIMA, 2019, p. 140) .

No tocante ao segundo período legislativo, já no Brasil república, se destaca a criação do primeiro órgão indigenista, cuja premissa era proteger os povos indígenas brasileiros, muito embora, o órgão progressivamente tenha se mostrado ineficiente, dando seguimento à política de desterritorialização e violência no mais amplo sentido em nome do progresso. O desrespeito às existências indígenas em sua diversidade foi generalizado. Não podemos nos esquecer, no entanto, do potencial organizador que os povos originários adquiriram no processo de resistência e auto-organização contra as medidas governamentais, tomando sempre os cuidados necessários para não nos fazer soar como “mal (violação/negativa de direitos) que veio para o bem (organização dos povos)”.

O terceiro período evidencia um conjunto de ganhos e vitórias por parte dos povos originários organizados, sobretudo no âmbito jurídico, bem como um conjunto de estratégias muito bem implementadas por parte dos governos (em seus diversos níveis) para a não efetivação ou ainda efetivação tardia e/ou deficitária dos direitos adquiridos.

Observa-se ainda a grande densidade de retirada de direitos no último ciclo presidencial que, compara-se ao período da ditadura cívico-militar brasileira, como bem apresenta Gilberto Vieira dos Santos (2020). Diante de todo o panorama analisado e, considerando os relatos e denúncias verificados não só em campo como por meio das mídias, sobretudo, das mídias alternativas.

O governo bolsonarista²⁷ feriu continuamente a existência da diversidade que se encontra em território brasileiro; negando as (r)existências dos Povos da Terra; suprimindo os

²⁷ Ressaltamos que no momento da construção desse documento, o Brasil se encontrava em pleno período eleitoral em vias do 2º turno da disputa presidencial. Destacamos ainda que, após a aprovação do texto pela banca de qualificação, houve a consolidação de um novo modelo de governo, estando no presente momento, a nação vivenciando o intenso ciclo de transformações políticas derivado do plano de metas emergenciais do Governo Lula que, prevê uma série de medidas que devem ser efetivadas dentro dos primeiros cem (100) dias de governo.

O senhor Jair Messias Bolsonaro perdeu as disputas presidenciais e não foi reeleito, no entanto uma porção considerável de sua base político-partidária aliada foi, elemento que tornará a governabilidade atual muito dificultosa; sobretudo no tange a produção e implementação de política pública no Estado de São Paulo, uma vez que o candidato à governador eleito é Tarcísio de Freitas, apoiador e amigo do Ex-Presidente. Encerramos este ponto, destacando as conquistas: Mulheres indígenas foram eleitas; o senhor Jair Messias Bolsonaro não foi reeleito; muito embora tenha ocorrido um atentado terrorista de cunho golpista, o senhor Luís Inacio Lula da Silva tomou posse de seu cargo, bem como todos os membros do novo e importante Ministério dos Povos Indígenas do Brasil, tendo como ministra a senhora Sônia Guajajara e, Anielle Franco também foi exitosamente empossada ao cargo de ministra da Igualdade Racial.

mecanismos de manutenção e renovação da Mata, da Água e da Natureza, bem como de todos os seres que nelas vivem ou que dela dependem.

Isso significa que desde o princípio de sua candidatura até o fim de sua gestão, o Ex-Presidente da República, senhor Jair Messias Bolsonaro, foi criminoso, adotando uma série de posturas anticonstitucionais e, pondo em prática um plano de governo que foi genocida, etnocida, ecocida, fascista, racista e machista.

Considerações

Retomando o objetivo geral proposto “evidenciar como as políticas estatais brasileiras impactaram o debate e a posse dos territórios originários no Brasil, a partir das narrativas dos agentes históricos que vivem na Terra Indígena (TI) Índia Vanuíre, de 1910 a 2021, bem como da análise arquivística documental”, faz-se necessário que o objetivo foi atingido com sucesso, no entanto, por diversos fatores, não possível partir das narrativas, de modo que a análise restringiu-se ao nível da análise documental e os registros orais coletados foram utilizados como suporte à condução da pesquisa.

Além disso, a pesquisa conduziu-nos a uma maior compreensão dos impactos diretos que as escolhas governamentais empenham sobre o território nacional, direcionando os fluxos migratórios internos, incentivando e relativizando a supressão de etnias inteiras em prol de um pretenso desenvolvimento econômico-social, ocultando dados ou criando normativas, legislações e narrativas outras que beneficiem um grupo dotado de poder econômico em detrimento à outros grupos com interesses culturais e identitários ancestrais.

Foi possível ainda afirmar que as Terras Indígenas não correspondem a totalidade do território originário dos mais diversos grupos étnicos do país, muito menos se dedica a considerar os aspectos ancestrais que complexificam a noção de Território indígena; atualmente no Brasil, as TIs confinam os povos originários em parcela ínfima de sua complexidade territorial, mas nem por isso deixam de ter sua importância, visto que, a regularização e homologação de Terras é um, se não o mais importante instrumento de garantia e resguardo de direitos sobre a terra em um país que dia após dia se configura como nação que mais desmata no mundo, além de uma das nações com maior emissão de gás carbono.

Assim, resguardando a importância e a demanda urgente da homologação e regularização de Terras Indígenas, nos encontramos com o título deste trabalho “Do Território originário à confinamento territorial – uma análise histórico-cultural da política territorial indigenista no Brasil” de modo a exprimir já no título nossa percepção da multiplicidade do

território originário, seus processos de produção e resistência ao longo do espectro tempo (Quadro 3).

Quadro 3: A concepção de um título síntese

DO TERRITÓRIO ORIGINÁRIO – composição múltipla territorial composta pelo território ancestral e ancestralizado ao longo do tempo de resistências, derivado das relações culturais e identitárias produzidas na e com a Terra.

À CONFINAÇÃO TERRITORIAL – composição físico-política das Terras Indígenas brasileiras que, reduzem os territórios originários a extensões ínfimas que tornam muito difícil a reprodução da vida a partir dos moldes cosmoperceptivos culturalmente reivindicados por cada etnia, impossibilitando por exemplo a caça, a rotatividade das áreas de cultivo e, ainda dificultando os mecanismos de ampliação populacional intragrupo.

UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CULTURAL – o caminho de análise pautado na conjunção dos elementos históricos e políticos que conformam a cultura de uma sociedade (neste caso, a brasileira) e se manifestam na produção, efetivação e permanência de elementos culturais manifestos tanto na materialidade, quanto na *práxis* dos agentes em seus mais diversos níveis e nichos de atuação.

DA POLÍTICA TERRITORIAL INDIGENISTA NO BRASIL – conjunto de iniciativas e medidas adotadas e/ou produzidas pelo Estado em relação às populações indígenas em sua diversidade, relacionando-se à todos os níveis de interesse possíveis e que, neste caso, receberam no debate territorial, recorte de pesquisa.

Elaboração: A autora (2023).

Ademais, elenco a seleção das principais contribuições da pesquisa para a temática trabalhada:

1. Ampliação do arcabouço **histórico acerca da ocupação do oeste-paulista**, agregando elementos como as bandeiras, as missões jesuíticas e os caminhos do charque no processo de conformação territorial, bem como registros dos fluxos humanos de diferentes etnias originárias sobre tal território, a partir dos conflitos derivados da presença dos invasores;
2. Evidenciação do **oeste paulista como território de domínio espanhol até o século XVIII**, apresentando um novo caminho de obtenção de dados etnológicos para a área;
3. Evidenciação dos **diferentes interesses políticos** relacionados à produção de conteúdo acerca dos povos originários de Brasil, bem como os **impactos derivados do uso de cartografias excludentes**;
4. Produção de um **histórico de avanços e retrocessos vinculados à efetivação dos direitos indígenas no Brasil**;

5. Identificação de um **padrão funcional de avanços importantes dos direitos indígenas de Brasil em períodos de transição do modelo de governo**;
6. **Compilação de dados diretamente relacionados às políticas indigenistas efetivadas diretamente no território atual da T.I Índia Vanuïre** que serão convertidos em uma cartilha documental e representacional e deverá ser apresentado como devolutiva à comunidade.
7. Descrição da **múltipla componencialidade do conceito território**, dentro dos debates originários
8. Aprofundamento dos debates acerca da não repetição de padrões violentos.

Após todo o diálogo estabelecido entre os governantes, seus interesses, a produção e perpetuação de políticas estatais, as conformações territoriais e os direitos originários, chego à conclusão que, independentemente do nível de seguridade territorial de um Povo, sobretudo sendo ele, passível de classificação como um dos povos da Terra, toda movimentação política sendo efetivada ou não, põe em risco a manutenção da coletividade Povos da Terra.

Em outras palavras, o direito conquistado de um povo representa o direito conquistado de todos os povos e, de igual modo, a negativa, o retrocesso, o desterro, ou ainda a chacina de um povo é violência a todos. Tal afirmativa se corrobora continuamente ao longo do debate apresentado ao longo da produção deste documento.

REFERÊNCIAS

Referências utilizadas

A

- ABREU, D. S. **Formação Histórica de uma cidade Pioneira**: Presidente Prudente. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. 1972..
- ABREU, J. C. **Capítulos da história colonial – 1500/1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**; tradução por Júlia Romeu. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANA. Agência Nacional de Aguas e Saneamento Basico. **Dados Abertos**. Disponível em: Procurar por '*' | Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
- AMPARO, S. S. Da invisibilidade da questão indígena na geografia: relato de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura. In: **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p. 253-277, dez. 2007. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/populacao-indigena/artigos_teses_dissertacoes/artigo_7_sandoval_amparo_da_invisibilidade_da_questao_indigena_na_geografia.pdf
- AMPARO, S. S. Horizontes Indigenistas I: Ensaios sobre Questão Indígena e Ordenamento Territorial (2007 - 2014). Edição do autor, Brasil Central, 2021. Fotos do Autor. Editado por Arcaica Ltda. ISBN 9798513655237
- APIB. **Retrospectiva 2021**. Luiz Eloy Terena e Sônia Guajajara, 2022. disponível em: <https://apiboficial.org/retrospectiva-2021/>
- ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo, Exposição Cenários – As cidades do interior de São Paulo no começo do século XX. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>.
- AZEVEDO, F de. **Um trem que corre para o oeste - estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional**. Livraria Martins Editora S.A. São Paulo, SP, 1950.

B

- BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia. Lua Nova, n. 33, p. 5-17, 1994
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**- 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **BRASIL 1948 - Recursos e Possibilidades**. Rio de Janeiro, 1948.
- BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório do Procurador Jader Figueiredo**. Brasília, 1968. Disponível em: <http://janetecapiberibe.com.br/relatorio-figueiredo/> Disponível ainda em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo/> Disponível ainda em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&hf=www.mpf.mp.br&pagfis=201427
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final – volume II – textos temáticos**, Capítulo Indígena. Brasília, 2014.
- BOTELHO, I. dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, v. 15 n.2, p. 73-83, 2001.
- BOURDIEU, p. **Um mundo norte-americano**. A nova bíblia de Tio Sam. *Jornal Le Monde*, Dossier: 1 de maio de 2000. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=271>.

C

- CARVALHO, J. A. **Território e trajetória Krenak – o olhar geográfico de uma disputa de narrativas**. Júlia Araújo Carvalho. Presidente Prudente, 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/210897/carvalho_ja_tcc_prud.pdf?isAllowed=y&sequence=6

CAMPESTRINI; GUIMARÃES

CEGOV. **Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas** [recurso eletrônico] / Rosa Maria Castilhos Fernandes [e] Angélica Domingos. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. 197 p. pdf

CIMI

CLAVAL, p. La geografía cultural. **Buenos Aires: Eudeba, 1999.**

COMAROFF, J; COMAROFF, J. **Etnicidad**. S.A. Madrid. Editorial Katz.2011

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO (CPI - SP). **Índios em São Paulo**. Disponível em: <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/>.

CURIEL, O. (2014) Género, raza, sexualidad - debates contemporáneos. **Intervenciones en estudios culturales**, vol. 3, núm. 4, Enero-Junio, p. 41-6.

D

DAVIS, S. H. MENGET, p. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. Junqueira, C. Carvalho, E. A. de. São Paulo, Cortez, 1981.

F

FACCIO, N. B. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema**: estudo dos sítios de Iepê, SP, V. 1 e 2 (Livre docência em Arqueologia) São Paulo, MAE/USP, 2011.

FACCIO, Neide Barrocá. **A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia**: a contribuição do LAG/MAR. In: Revista Confins, USP, São Paulo - SP, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21188> ; DOI : 10.4000/confins.21188.

FERREIRA, Joelson. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**/ joelson Ferreira, Erahsto Felício; prefácio de TunyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé). - Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021. ISBN 978-65-594-1088-0

G

GOMES, F. H. B. **A inefetividade dos direitos territoriais indígenas e o genocídio cotidiano dos povos indígenas no Brasil (1988-2020)**. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

GUERRA, E, F; ARRUZZO, R, C. Geografia e Povos Indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. In: **DOSSIÊ GEOGRAFIAS INDÍGENAS**, Revista Nera, n. 54 (23), 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/451>.

H

HOLZER, W. **O Lugar na Geografia Humanista**. Revista Território. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/politica-indigenista-do-seculo-xvi-ao-seculo-xx.html>

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sítios Arqueológicos In: **Banco de Dados**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOGQ5ZjM0MmUtMTBiNi00YmEyLTljYTItZjJmZjVlYTUyODZmIiwidCI6Ijg2ZjcwMTg4LWZmZmEtNDI3OS1iNjQzLTliOTZiYWQxZDgwOSJ9&pageName=ReportSection04265b30eab806d46f52&pageName=ReportSectioncb401e1e0d537493b485&pageName=ReportSectioncb401e1e0d537493b485>

J

JUNQUEIRA, C. CARVALHO, E. A. de. **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo, Cortez, 1981.

K

KAYSER, H.E; LACERDA, M. G; RURACK, K. p. **Os direitos dos povos indígenas do Brasil : desenvolvimento histórico e estágio atual**. Porto Alegre: SAFE, 2010. Print.

L

LACET, K. M. S. Seres e Saberes – **Outridades e Violências: Contributos decoloniais para a desconstrução de privilégios**. (dissertação). Universidade do Porto 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134292/2/478722.pdf>

LAGE, A.C. Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: Que metodologias podemos construir com os movimentos sociais?, **e-cadernos CES** [Online], 02 | 2008, posto online no dia 01 dezembro 2008. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1394>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1394>

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LIMA, A. T de. **Política pública indigenista brasileira: Análise das transformações a partir do estudo de caso da aldeia indígena Vanuíre (Arco-Íris - SP). Tupã - SP**, 2019. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) Faculdade de Ciências e Engenharia - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/181462>.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

M

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos - tekoha - Dourados/MS**. Tese de doutorado. FCT/Unesp, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127974>

MONTOYA, A.R. **Conquista Espiritual – feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martin Livreiro, 1985.

MIRANDA E LEMOS, C. Cidadania e direitos culturais: proteção das minorias, In: SCHIOCCHE, T. **Direito, biotecnologia e sociedades tradicionais**. Curitiba: Editora Juruá, 2014.

N

NACUZZI, Lidia. **Leyendo entre líneas: una eterna duda acerca de las certezas**. En: Visacovsky, Sergio y Rosana Guber (comp.) *Historias y estilos de trabajo de campo en la Argentina*: 229-262. Buenos Aires, Antropofagia, 2002.

NACUZZI, Lidia y Carina Lucaioli. **El trabajo de campo en el archivo: campo de reflexión para las ciencias sociales**. Publicar IX N° X: 47-62, 2011.

NEVES, G.R. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., *Território: Globalização e fragmentação*. 5. ed., São Paulo: Hucitec; Anpur, 2002.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE (1987). Mapa color. Escala 1: 5.000.000, 1943. Disponível em: <https://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>

P

PEREZ, Glauco Constantino e OKUMURA, Mercedes e ARAUJO, Astolfo G. de Mello. **Novas observações sobre a distribuição dos grupos ceramistas pré-históricos no oeste e sul do Estado de São Paulo, Brasil**. Revista Noctua: Arqueologia e Patrimônio, v. 1,

n. 5, 2020 Tradução . . Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/479b8d4b-e58a-491a-8de4-b51f14ed4e2f/PAGMA.81%20-%203047424.pdf>.

PINHEIRO, N. S. **Vanuïre Conquista, colonização e indigenismo: Oeste Paulista, 1912-1967**. 1999. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Entre América e Abya-Yala – tensões de territorialidade**. Periódico Desenvolvimento e Meio Ambiente. Paraná: Editora UFPR, n.20, 2009.

R

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo, série Temas, v.29 Geografia e política, 1993.

RIBEIRO, D. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1962 Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:ribeiro-1962-politica>

RIBEIRO, D. **Os índios e a Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1970.

RIBEIRO

RIOS, L. da C. M; CINTRA, J. p. . Análise da Carta Geral das Bandeiras Paulistas e suas deficiências. In: **Atas do VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Porto, Portugal, 2019. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18297.pdf>

ROTHEN, J. C. **Monarcas e Presidentes do Brasil**. 2017. Disponível em: <https://rothen.pro.br/site/monarcas-e-presidentes-do-brasil/>

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2012.

S

SAMPAIO, T. **Considerações geographicas e economicas sobre o Valle do Rio Paranapanema**. Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo, 4. São Paulo: Typographia King, 1890. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1890_consideracoes

SANTOS, G. V. dos. Governo Bolsonaro: o retorno da velha política genocida indígena. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 426–457, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12527. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12527>. Acesso em: 2 set. 2022.

SOUZA, F. da C.; BARROZO; RUIZ, S. C. M.; MORAES, N. R. de. Políticas Públicas: Estatuto Científico. In: PORTO JÚNIOR, G.; BAPTISTA, R.D.; SOUZA, F. da C.(Orgs.) **Convergências entre os campos da Comunicação, Democracia e Gestão Social**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, vol. 2

T

TAUNAY, A. E. **História geral das bandeiras paulistas**. Tomo primeiro. São Paulo. TYP. IDEAL - HEITOR L. CANTON v.1, 1924.

TAUNAY, A. E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Escripta á vista de avultada documentação inédita dos Archivos Brasileiros, Hespanhoes e Portuguezes. Tomo Segundo. TYP. IDEAL - HEITOR L. CANTON. Rua Ribeiro de Lima, 22. S. Paulo. 1925.

TAUNAY, A. E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Escripta á vista de avultada documentação inédita dos Archivos Brasileiros, Hespanhoes e Portuguezes. Tomo Sexto. TYP. IDEAL - HEITOR L. CANTON. Rua Ribeiro de Lima; N. 26. S. Paulo. 1930.

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. **Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1937. (1922)

TAUNAY, A. E. **História do Café no Brasil**. Volume duodécimo. No Brasil República 1906 - 1927 (Tomo II). Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro - Brazil. 1941. Disponível em: <https://ia600402.us.archive.org/9/items/historiadocafnob1939vol10/historiadocafnob1939vol10.pdf>

TAUNAY, A. E. **Pequena História do Café no Brasil (1727 - 1937)**. Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro - Brazil. 1943 (?).

THIOLLENT, M. – **Metodologia da Pesquisa – Ação**. 1947, 17ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

W

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.

Z

ZELIC, M; MOREIRA, E; ZEMA, A.C. (orgs). **Genocídio indígena e políticas integracionistas** : demarcando a escrita no campo da memória [livro eletrônico] / Baulina Baniwa ... [et al.]. — 1. ed. — São Paulo : Instituto de Políticas Relacionais, 2021. PDF

Fundos arquivísticos consultados

Armazém de memórias. Centro de referência virtual indígena. **Memória Interétnica** – disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/memoria-interetnica/>

Armazém de memórias. Centro de referência virtual indígena. **Comissões da Verdade Comissão Estadual da Verdade (SP)**. disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=comissaoverdade&pagfis=16748>

Armazém de memórias. Centro de referência Virtual. **Documento Brasil nunca mais** – disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DOCBNM&pasta=&pesq=indigenas&pesquisa=Pesquisar&pagfis=74856>

Armazém de memórias. Centro de referência Virtual. **Indígena** – disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>

Armazém de memórias. Centro de referência Virtual. **Luta pela terra** – disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/crv-luta-pela-terra/>

Armazém de memórias. Centro de referência Virtual. **Genocídio Indígena – Violência continuada** – disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/especial-genocidio/>

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital – Brasil. **Projetos**. Disponível em: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>

BRASIL. Ministério da Justiça. **Acervo virtual da anistia** – disponível em: <http://memorialanistia.org.br/>

BRASIL. Arquivo Nacional – **Banco de dados Memórias Reveladas** – disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br>

Museu do Índio – Acervo Bibliográfico. **ACERVO SP/INSPETORIA-REGIONAL-5_IR5\099_VANUIRE\CAIXA 26\PLANILHA 237 (29)** – disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&Pesq=vanuire&id=1854503711511&pagfis=122634

Museu do Índio – Acervo Bibliográfico. **Vanuíre – ocorrências de 1 à 165**. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico&Pesq=vanuire&id=243204491388&pagfis=165763

Museu do Índio – FUNAI. **Acervo bibliográfico e museológico**. Disponível em: <http://base2.museudoindio.gov.br/cgibin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>

OBIND – Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas. Disponível em: <http://obind.eco.br/>